

Carla Mourão

**A “experiência cultural” na prevenção  
do abuso de drogas na adolescência**

**TESE DE DOUTORADO**

**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica

RIO DE JANEIRO  
Fevereiro de 2005



**Carla Mourão**

## **A “EXPERIÊNCIA CULTURAL” NA PREVENÇÃO DO ABUSO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA**

### **Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Maria Euchares de Senna Motta

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2005



**Carla Mourão**

**A “experiência cultural” na prevenção  
do abuso de drogas na adolescência**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor pelo Programa  
de Pós-graduação em Psicologia Clínica da  
PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo  
assinada.

**Prof<sup>a</sup>. Maria Euchares de Senna Motta**  
Orientadora  
Departamento de Psicologia — PUC-Rio

**Paulo Fernando Carneiro de Andrade**  
Coordenador Setorial do Centro Técnico-Científico — PUC-Rio

Rio de Janeiro, fevereiro de 2005.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Carla Mourão**

Graduou-se em Psicologia em 1989. No mesmo ano iniciou sua formação em psicanálise. Nos anos 90 iniciou suas pesquisas sobre a questão da toxicomania, que continua sendo seu principal tema de pesquisa. No ano de 2001 passou a dedicar-se mais profundamente à prevenção do abuso de drogas entre adolescentes. Participou de diversos congressos e fez palestras em várias instituições sobre o tema da prevenção e da clínica da toxicomania. Possui alguns artigos publicados sobre o assunto. Foi coordenadora técnica do CEPRAL (Centro de Estudos e Prevenção do alcoolismo) do Hospital Escola São Francisco de Assis. Participou da elaboração do projeto e fez parte da equipe técnica do projeto UNIDAD (Unidade de atenção às adições) do CIAP (Centro de Investigação e Atendimento psicológico) da PUC-Rio.

### Ficha catalográfica

Mourão, Carla

A experiência cultural na prevenção do abuso de drogas na adolescência / Carla Mourão; orientadora: Maria Euchares de Senna Motta. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Psicologia, 2004.

184 f.; 30 cm

Tese (doutorado) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas

1. Psicologia — Teses. 2. Adolescência. 3. Cultura. 4. Drogas — Prevenção. 5. Abuso de drogas. 6. Toxicomania. I. Motta, Maria Euchares de Senna. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para meus pais, Ewald e Heloiza.

Para meus filhos, Pedro e Manuela,  
de novo e sempre.

## Agradecimentos

À Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Euchares de Senna Motta, pelo saber transmitido e pela atenção, gentileza, suavidade e carinho com que acompanhou meu percurso. E também pelo exemplo de como um verdadeiro professor pode acolher, apoiar e incentivar seus alunos.

Ao Dr. Alúcio Pereira de Menezes, por tantas coisas, tantas..., que a lista não caberia aqui nessas páginas.

Aos coordenadores gerais, coordenadores e adolescentes do Grupo Cultural Afro reggae, da Companhia Étnica de Dança, do Espaço de Construção da Cultura, da Escola de Teatro *Spetaculum* e do Centro Cultural Jonga de Serrinha, e da Escola de Circo da Fundação Progresso, pela disponibilidade e generosidade com que partilharam suas experiências, sem as quais esse trabalho não seria possível.

Aos meus filhos, Pedro e Manuela, pela contribuição com relação à compreensão do “universo adolescente” e pela força que me dão para continuar caminhando e tentando, a cada dia, ser uma pessoa melhor.

À todos os adolescentes que fazem parte da minha vida, e que muito me ensinam, sempre. Essa nova geração faz acreditar, realmente, em “outros mundos possíveis”.

À minha amiga Clélia de Ehlers Oliveira, por seu carinho, estímulo e pela generosidade com que partilha comigo sua experiência clínica e seu conhecimento sobre psicanálise e também pelas sugestões preciosas.

À minha amiga Rosane Grippi, pela generosidade com que se prontificou a me socorrer num momento de exaustão, realizando uma excelente revisão do texto, e por suportar minha “crise pós-parto”, impulsionando-me, com toda paciência, até o final da tarefa.

À minha amiga Gilda Sodré, pelas sugestões, atenção, carinho e estímulo.

Ao meu amigo Eduardo Neves, pelas correções e pelo apoio em momentos cruciais.

Ao meu amigo Marcelo Jacques, pela versão do resumo em francês.

À minha amiga Paula Carneiro da Rocha, pela confiança e generosidade.

Ao Prof. Dr. Marcelo Cruz, pelo estímulo que sua confiança na minha capacidade e no meu trabalho me proporcionam.

À Marize, Verinha e Marcelina, pela ajuda nos assuntos burocráticos.

À CAPES pelo apoio financeiro.

## Resumo

Mourão, Carla. **A “experiência cultural” na prevenção do abuso de drogas na adolescência.** Rio de Janeiro, 2005. 180f. Tese de Doutorado — Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa trata da metodologia de programas criados por organizações não governamentais que oferecem atividades ligadas às artes e à cultura para crianças e jovens. O objetivo é apresentar soluções preventivas alternativas para a problemática do abuso de drogas na adolescência. Utilizamos a psicologia do desenvolvimento emocional infantil de D.W. Winnicott como referência teórica para a análise da pesquisa de campo realizada com os programas culturais comunitários, com o objetivo de avaliar a possibilidade de sua utilização na prevenção do abuso de drogas entre adolescentes. Chegamos assim à questão da importância de se trabalhar em função dos principais indicadores de risco que operam ainda na infância, período considerado como determinante, mas no qual o desenvolvimento da personalidade ainda não alcançou uma configuração definitiva.

## Palavras-chave

Adolescência, cultura, prevenção, abuso de drogas, toxicomania.

## Resumè

Mourão, Carla. **L'expérience culturelle dans la prévention contre l'abus des drogues dans l'adolescence**. Rio de Janeiro, 2005. 180f. Tese de Doutorado — Departamento de Psicologia, Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cette recherche se propose d'analyser la méthodologie de certains programmes créés par des organisations non gouvernementales offrant à des enfants et des jeunes des activités liées à l'art et à la culture. Notre but est de présenter des solutions préventives alternatives contre l'usage abusif des drogues dans l'adolescence. La psychologie du développement émotionnel enfantin d'inspiration winnicottienne sert de base théorique à l'analyse de la recherche sur le terrain aussi bien qu'à l'évaluation de l'efficacité des programmes culturels communautaires en ce qui concerne la prévention contre l'usage abusif des drogues dans l'adolescence. Nous touchons ainsi à la question des plus importants indicateurs de risques opérant dans l'enfance, période certes déterminante mais où le développement de la personnalité n'a pas atteint sa configuration définitive.

## Mots-clés

Adolescence, culture, prévention, abus de drogues, toxicomanie.

*Assim, sem muito alarde, Winnicott amplia os conceitos de “fenômenos transicionais” da primeira infância, para incluir o “espaço potencial” da vida adulta no interior da cultura. Próximo ao fim de sua vida, Winnicott passou a interessar-se mais e mais por compreender não apenas aquilo que leva os humanos a adoecer, mas aquilo que os leva a nutrir-se ao cuidarem um dos outros em meio à herança cultural.*

Masud Khan, *Da pediatria à psicanálise*.

*Eu acho que nosso futuro é ser sociólogos. (risos)*

Paulo Henrique, 15 anos.

*Pô, eu quero cara! Eu quero trabalhar com sociologia, etnografia, teatro, tudo ligado ao social. O teatro te proporciona saber tudo. Saber sobre a cultura da Amazônia, de lá do Sul, eu adoro isso! Saber mais...*

Bruno, 16 anos.

Diálogo entre adolescentes do Espaço de Construção da Cultura

*Olho por todo o meu passado e vejo  
Que fui quem foi aquilo em torno meu  
Salvo o que é vago e incógnito desejo  
De ser eu mesmo de meu ser me deu*

Fernando Pessoa, *Poesias*.

## Sumário

1. Introdução	12
2. Prevenção do uso/abuso de drogas	17
2.1. Definindo prevenção	18
2.2. Política Nacional de drogas e prevenção	20
2.2.1. Redução da oferta e redução da demanda	20
2.2.2. Redução de Danos	25
2.2.3. Redução de Danos com crianças e adolescentes	32
3. Os campos médico, jurídico e sociocultural e a prevenção do abuso de drogas com adolescentes	34
3.1. A mídia, a opinião pública e o uso e abuso de drogas na adolescência: que espetáculo!	48
3.2. Os jovens consumidores de drogas no meio do “tiroteio espetacular”	61
4. Adolescência, prevenção, programas culturais comunitários e psicanálise	67
4.1. Programas culturais comunitários	67
4.1.1. Pesquisa de campo: metodologia	67
4.1.2. Descrição do campo	68
4.1.3. Algumas considerações sobre a experiência e a reflexão surgidas a partir do trabalho de observação participante de campo	74
4.1.4. Uso/abuso de drogas, estratégias de prevenção e programas culturais	76

4.1.5. A possibilidade de aplicação da metodologia dos programas culturais na prevenção do abuso de drogas entre adolescentes de classe média e alta	79
4.2. Adolescência, prevenção e psicanálise	87
4.2.1. Adolescência, abuso de drogas e psicanálise: a teoria de D.W. Winnicott — do brincar à experiência cultural	87
4.2.1.1. Ilusão/desilusão na primeira infância	89
4.2.2. O “vácuo” adolescente: entre o brincar e a experiência cultural	92
4.2.3. Quando o objeto transicional é uma droga!	95
4.3. Privação da prevenção ou prevenção da privação: as formulações winnicottianas para a prevenção e o tratamento do comportamento anti-social e da delinqüência e os programas culturais – um modelo?	97
4.3.1. Agressividade e destrutividade na infância	108
4.3.1.1. “O uso do objeto”	117
5. Os programas culturais, a “experiência cultural” de Winnicott e a “experiência estética” de Dewey: por uma “ética da estética da existência”	121
5.1. Arte, criatividade e constituição do eu ( <i>self</i> ) na obra de Winnicott	121
5.2. A filosofia e a “experiência estética” de Dewey	130
5.2.1. Cultura e estética popular: o <i>Funk</i> e o <i>Hip-Hop</i>	145
5.3. “Ética da estética da existência”	156
6. Conclusão	169
7. Referências bibliográficas	179

## INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a metodologia de programas criados por organizações não governamentais que oferecem atividades ligadas às artes e à cultura para crianças e jovens, tendo como referência teórica a psicologia do desenvolvimento emocional infantil formulada por D.W. Winnicott. O objetivo é trazer novas contribuições para o campo da prevenção do abuso de drogas entre adolescentes.

A questão do abuso de drogas e da drogadição<sup>1</sup> nos ocupa há vários anos. Ao longo do tempo, nossa atenção se desdobrou por algumas vertentes desse tema, sempre numa perspectiva de interseção entre psicanálise e cultura.

O interesse pela relação entre adolescência e prevenção originou-se de dois motivos: da observação clínica e do trabalho vinculado à prevenção do uso/abuso de drogas, realizado no então chamado Conselho Estadual de Entorpecentes do Rio de Janeiro<sup>2</sup> (MOURÃO, 1999). O trabalho diretamente ligado à prevenção despertou-nos, definitivamente, para os impasses da atividade preventiva e, conseqüentemente, para a busca de soluções alternativas nesse campo.

Ao abordar o tema da prevenção com adolescentes (Id., *ibid*), ouvimos críticas contundentes, que coincidiam com nossas próprias críticas à orientação preventiva dominante.

A partir dessa experiência, estabeleceu-se a necessidade de conhecer mais de perto algum trabalho comunitário alternativo voltado para adolescentes. Foi assim que chegamos ao Grupo Cultural Afro-reggae, onde realizamos entrevistas com os jovens envolvidos no programa, com o coordenador e com o coordenador geral.

---

<sup>1</sup> Utilizamos aqui o termos drogadição e toxicomania como sinônimos, já que os dois termos guardam um sentido comum: o exagero de escravização do psiquismo ao corpo. Para isso ver Bento, 1993 e Le Poulichet, 2000. Utilizamos esses dois termos em detrimento de outros propostos pela literatura especializada (dependência química e farmacodependência). Apesar de o termo “farmacodependência” ser utilizado pela OMS e a adição por drogas ser mais conhecida pelo termo “dependência química”, não os utilizamos aqui pelo fato desses termos sugerirem um quadro que destaca apenas o papel da substância química, negligenciando assim a dinâmica implicada na relação do sujeito com o objeto droga.

<sup>2</sup> Atual Conselho Estadual Anti-drogas (CEAD).

O Afro-reggae é uma ONG (Organização Não-governamental), que iniciou suas atividades na Comunidade de Vigário Geral. A princípio, o trabalho consistia na alfabetização de crianças e em sua iniciação pedagógica e cultural. Para os jovens eram oferecidas atividades ligadas à “Usina Musical”, uma escola de música que existe até hoje, onde eles aprendem a tocar vários instrumentos. A partir da Usina Musical surgiram as bandas, algumas das quais são hoje profissionais e fazem apresentações pelo mundo todo.

O projeto teve início em 1993. Quando o conhecemos, em 1998, participavam dele 400 crianças e jovens entre dois e vinte e cinco anos. Foi com grande satisfação que, ao revê-lo em 2002, encontramos um trabalho bem mais maduro, resultado de idéias e práticas que se desenvolveram muito além das expectativas. De lá para cá, o Grupo Cultural Afro-reggae ampliou bastante suas atividades, passando a atuar, inclusive, em outras comunidades do Rio de Janeiro<sup>3</sup>.

A partir do encontro com o Afro-reggae e dos resultados animadores que eles vêm obtendo no trabalho preventivo com jovens, nos interessamos por conhecer outras ONGS que também vêm se destacando nesse campo<sup>4</sup>.

A partir desses novos encontros, e da convivência mais próxima com o cotidiano desses grupos, surgiu o estímulo para a realização desse trabalho, no qual também se busca lançar mais luz sobre o esforço daqueles que estão se movimentando no sentido de oferecer alternativas criativas para crianças e jovens que correm o risco de se tornarem vítimas da violência, da cooptação pelo tráfico de drogas ou do sofrimento e da degradação causados, muitas vezes, pela toxicomania.

O que mais nos chamou a atenção, desde o primeiro contato com tais programas, é o sucesso significativo que ele vêm alcançando na prevenção do abuso de drogas entre os jovens, ainda mais, quando comparado ao desempenho dos esforços preventivos tradicionais.

Desde então, de posse de algumas informações sobre os programas, e do contato mais próximo com o cotidiano dos mesmos, surgiram diversas perguntas: O que acontece ali? O que, nesses trabalhos, faz a diferença com relação às tentativas preventivas tradicionais? O

---

<sup>3</sup> Para isso, ver José Júnior, 2003.

<sup>4</sup> Espaço de Construção da Cultura, Escola de Teatro *Spetaculum*, Companhia Étnica de Dança, Centro Cultural Jongo da Serrinha, Escola de Circo da Fundação Progresso.

que será que esses programas oferecem de especial, que faz com que consigam, sem focar especialmente a questão das drogas, um bom resultado também nesse âmbito?

Ao comparar as entrevistas feitas com adolescentes<sup>5</sup> que não estão envolvidos em nenhum desses programas (que deixaram bem claro que a informação, mesmo que transmitida de forma isenta de moralismos ou de técnicas de amedrontamento, não é suficiente para prevenir a experimentação ou o abuso de drogas), com as entrevistas realizadas com os adolescentes das ONGS (que apontam para a importância de suas práticas, ou seja, de seu envolvimento mais estreito com a arte e com a cultura como atividades preventivas), passamos a refletir sobre algumas outras questões: por que a informação científica sobre os perigos e danos causados pelo consumo abusivo de drogas, mesmo que destituída de cunho moral, calcada em princípios éticos e de bom senso, não é suficiente para que os jovens não se tornem drogaditos? Que tipo de experiência é essa, que os adolescentes dos projetos culturais comunitários descrevem como sendo tão intensa e significativa para eles a ponto de transformar suas vidas? O que será que está em jogo nessas experiências? A confiança no grupo? A valorização das experiências coletivas? O contato maior com a tradição cultural?

Assim, a medida em que a pesquisa foi se desenvolvendo, percebemos que, para uma compreensão mais ampla do assunto, seria necessário buscar o auxílio de alguns outros campos de conhecimento. Geralmente esses programas utilizam uma abordagem educativa, ainda que se trate de uma educação “informal”, que é definida por alguns coordenadores como Arte-educação. Foi dessa forma que tópicos como Educação, Arte, Estética e Cultura foram surgindo durante a elaboração do trabalho.

No que diz respeito à educação, observa-se uma relativa escassez de trabalhos e de profissionais de educação especializados no abuso de drogas, embora essa escassez não se justifique pela falta de uma demanda social nesse sentido.

Diante dessa situação, parece ser importante que o meio acadêmico, especialmente da área educacional, se sensibilize com relação à questão da prevenção do abuso de drogas, a exemplo do que aconteceu com a educação sexual, que migrou do terreno exclusivo da área médica, passando a ser repensada por educadores, psicólogos, historiadores e filósofos.

---

<sup>5</sup> Mourão, 1999.

Embora a literatura brasileira sobre o uso e abuso de drogas entre estudantes seja relativamente numerosa quando comparada a outros temas que associam educação e saúde, ela não tem praticamente nenhuma relação com educação. As pesquisas nesse campo, em geral, têm se concentrado apenas na avaliação da incidência do uso de drogas entre estudantes de ambos os sexos que freqüentam os diferentes níveis escolares, nas diferentes regiões do país. Ainda são poucas as iniciativas que interpretam esses dados numa perspectiva de articulação entre o comportamento dos estudantes diante do consumo de drogas e os padrões culturais da sociedade brasileira (CARLINI-COTRIM & ROSEMBERG, 1990). Tais dados seriam de grande importância para o estabelecimento de diretrizes preventivas mais adequadas, eficazes e contextualizadas à realidade brasileira.

Existe muita controvérsia sobre qual seria, hoje, o melhor enfoque para lidar com a prevenção do abuso de drogas. Por outro lado, mesmo com toda a polêmica que envolve o assunto, há concordância sobre a importância da transmissão da informação. No entanto, observa-se também que a informação tem pouco alcance quando não são levadas em conta as condições concretas de vida que facilitam o abuso de drogas nos vários segmentos populacionais.

Enfim, com relação à abordagem da infância e da adolescência, e também da experiência que parece estar em jogo no trabalho das ONGs pesquisadas, o presente estudo, como já mencionado acima, se fundamenta no trabalho teórico-clínico de D.W. Winnicott.

A importância do brincar na vida dos sujeitos foi destacada por Winnicott (1975 [1971]), a partir de seus estudos sobre os fenômenos transicionais, que incluem desde o emprego primitivo de um objeto ou técnica transicional até os estados mais elevados de capacidade dos seres humanos para a experiência cultural.

No primeiro capítulo encontra-se a definição de prevenção e a distinção entre prevenção primária, secundária e terciária, tanto no contexto mais amplo da saúde mental, quanto no âmbito do consumo de drogas. Nesse capítulo também se inicia uma análise crítica, que é aprofundada no segundo capítulo, com relação aos trabalhos preventivos mais comumente praticados no Brasil, tendo a política Nacional de Drogas como referência.

No segundo capítulo, tratamos de algumas questões que dizem respeito às instituições diretamente relacionadas com a questão da prevenção. Nesse capítulo também

empreendemos uma análise da política brasileira de drogas, relacionando-a com a situação dos jovens usuários de drogas e dos toxicômanos no Estado do Rio de Janeiro.

Na primeira parte do terceiro capítulo apresentamos a metodologia, bem como as observações, reflexões e resultados da pesquisa de campo, relacionando esses dados com a teoria de Winnicott sobre o brincar e a experiência cultural. Na segunda parte são apresentadas as articulações feitas entre a psicopatologia manifestada na área dos fenômenos transicionais e a drogadição, e também entre as formulações winnicottianas sobre a tendência anti-social e delinquência, e a questão do abuso de drogas entre adolescentes.

No quarto capítulo, continuamos a apresentar as reflexões de Winnicott sobre a “experiência cultural”, referindo-a ao conceito de “experiência estética” trazido por John Dewey (1980 [1934]). Todo esse capítulo se desenvolve em torno do questionamento sobre o papel da arte e da cultura na vida cotidiana, especialmente nos campos da filosofia e da educação.

Na medida em que a arte e a cultura popular estão sujeitas a todo tipo de críticas abusivas, da parte daqueles que vêem a estética popular como um campo inferior com relação às “belas artes” e a “alta cultura”, e sendo os elementos da cultura popular da máxima importância no trabalho realizado pelas ONGs pesquisadas aqui, problematizamos algumas questões colocadas por Dewey, e desenvolvidas mais recentemente por Shusterman (1998): o que é arte? Será que alguma abordagem teórica é capaz de garantir o estatuto da “obra de arte” distinto de outros objetos que são frutos do “fazer humano” e que são, muitas vezes, utilizados pelas pessoas em sua vida cotidiana?

Nesse capítulo também apresentamos o resultado de nosso estudo e observação de campo sobre o *Funk* e o *Rap*, elementos marcantes no cotidiano dos programas estudados, e sobre o movimento *Hip-Hop* carioca e sua influência no universo cultural das ONGs pesquisadas.

## 2 PREVENÇÃO DO USO/ABUSO DE DROGAS

Uma avaliação geral sobre a evolução do consumo de drogas no Brasil aponta para uma grande defasagem entre a legislação, as políticas públicas e os problemas reais de saúde da população brasileira. Nas últimas décadas, as poucas mudanças no quadro nacional do consumo de psicotrópicos foram para pior, mais especificamente no que diz respeito à maconha e à cocaína (NOTO, 2002).

Essa observação revela uma situação constrangedora e preocupante: as medidas adotadas nos últimos anos para reverter esse quadro não tiveram a eficácia esperada e, além disso, negligenciaram várias questões de saúde<sup>1</sup>.

Assim, torna-se não só um desafio à inteligência e ao bom senso dos operadores da Política Nacional de Drogas, mas uma necessidade, cada vez maior, para a sociedade civil como um todo, a criação e o desenvolvimento de práticas mais eficazes que possam auxiliar as pessoas (especialmente as crianças e os jovens) a conviver com drogas, mantendo sua integridade e autonomia, apesar das várias problemáticas que permeiam seu cotidiano: a pobreza, a solidão, as questões colocadas pela adolescência, a falta de perspectivas, a falta de convivência com os pais, a exclusão social, o abandono, a violência, o isolamento social, o desemprego, entre outras.

Diante desse panorama, vários autores do campo indicam a prevenção como a melhor solução encontrada até o momento para lidar com essa situação. No entanto, são tantas as dificuldades, de diversas ordens, para a efetivação de uma verdadeira prática preventiva com relação ao consumo de drogas que, até o momento, pelo menos no Brasil, estamos longe de poder apresentar resultados mais significativos nesse âmbito.

---

<sup>1</sup> As intervenções mais praticadas nesse período foram baseadas na repressão e no controle, mesmo já tendo sido comprovadas suas inúmeras limitações e conseqüências. (Id., *ibid*).

## 2.1 DEFININDO PREVENÇÃO

A noção atual de saúde, estabelecida a partir da definição da OMS (Organização Mundial de Saúde), de que ela “é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consiste apenas na ausência de doenças ou de enfermidades”, tem contribuído para uma reavaliação do papel e das possibilidades dos serviços de saúde, no sentido de uma revisão de seus indicadores (VUYLSTEEK, 1991).

Em função dessa evolução do conceito de saúde, a noção de prevenção também evoluiu de seu modelo médico original e tradicional no campo da patologia somática monocausal para um modelo pedagógico mais adequado a uma patologia multicausal das doenças, em relação com o comportamento psicossocial e o modelo individual de personalidade. A terminologia diferenciada que passou a ser utilizada nesse campo evidencia bem essa evolução:

- **Prevenção primária:** quaisquer atos destinados a diminuir a incidência de uma nova doença numa população, reduzindo o risco do surgimento de novos casos.

- **Prevenção secundária:** quaisquer atos destinados a diminuir a prevalência de uma doença numa população, reduzindo a evolução e a duração.

- **Prevenção terciária:** quaisquer atos destinados a diminuir a prevalência das incapacidades crônicas numa população, reduzindo ao mínimo as deficiências funcionais consecutivas à doença.

A distinção entre esses três níveis na prevenção também é feita com relação à dependência de drogas:

### **Prevenção primária**

Considera-se como tal o conjunto de ações que procuram evitar a ocorrência de uso abusivo de drogas numa população, ou até mesmo seu consumo experimental.

A divulgação de informações é o modelo de prevenção primária mais conhecido e utilizado. Ele se apresenta a partir de duas vertentes principais: o

modelo do amedrontamento (que se baseia no enfoque dos prejuízos decorrentes do uso de drogas), e o modelo da informação científica (informação ampla e isenta de conteúdos morais). O modelo do amedrontamento mostrou-se ineficaz e inadequado, depois de ter sido amplamente utilizado num passado recente. Da mesma forma, o modelo de informação científica, apesar de preconizar a transmissão de informações isentas, também não obteve resultados significativos como medida preventiva isolada, uma vez que as alterações dos conceitos da população não implicam, necessariamente, em mudança de comportamento (NOTO & FORMIGONI, 2002).

Mais recentemente surgiram outros modelos de prevenção primária. Nesse conjunto, incluem-se modelos que procuram fortalecer os hábitos saudáveis, e a oferta de alternativas esportivas e culturais e modelos voltados para a modificação do ambiente, das condições e práticas institucionais, e ainda alguns que se utilizam da sensibilização das lideranças naturais para atuarem como multiplicadores do trabalho preventivo.

Existem, atualmente, três propostas distintas de prevenção primária: o aumento do controle social, o oferecimento de alternativas e a educação.

O modelo preventivo baseado na educação desdobra-se, por sua vez, em diferentes orientações. Tais propostas baseiam-se em diversos pressupostos teóricos e filosóficos, em função de suas respectivas concepções sobre o ser humano e/ou sobre a educação. Essa variedade só vem a enriquecer a polêmica entre os defensores de cada teoria.

### **Prevenção secundária**

A prevenção secundária é o conjunto de ações que busca evitar às complicações decorrentes do uso de drogas entre pessoas que fazem uso ocasional e que apresentam um nível relativamente baixo de problemas decorrentes do uso.

Essas ações têm como objetivo sensibilizar as pessoas com relação aos riscos do uso de drogas, favorecendo a mudança de comportamento através do aprendizado de novas atitudes e escolhas mais responsáveis. Segundo NOTO e SILVA (2002), os serviços específicos de prevenção secundária ainda são muito pouco explorados no Brasil, em função das inúmeras dificuldades relacionadas à implementação desse tipo de trabalho. Isso porque, muitas vezes, os usuários ocasionais de drogas não identificam qualquer prejuízo imediato do uso da droga

e ainda sentem prazer em usá-la. No caso das drogas ilícitas, a identificação dos usuários se torna mais difícil, por se tratar de um comportamento clandestino.

### **Prevenção terciária**

A prevenção terciária caracteriza-se por ações que, a partir de um problema já existente, procura evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas sérios. É também sua função a busca da melhora da qualidade de vida dos usuários junto à família, ao trabalho e à comunidade em geral.

As políticas públicas de redução de danos, como a distribuição de seringas entre usuários de drogas injetáveis, buscam reduzir os efeitos negativos do uso de drogas, não só para o indivíduo, como para a sociedade. Essa estratégia será mais detalhada logo adiante. Por ora podemos adiantar que o princípio básico que a norteia é o reconhecimento do fato de que as pessoas usam, e muitas delas continuarão usando drogas, independente das intervenções convencionais.

Outras ações também se inserem no âmbito da prevenção terciária, tais como as ações voltadas para a identificação e o tratamento de casos emergenciais (síndromes de abstinência, overdoses, tentativas de suicídio entre outros) e/ou com pacientes portadores de problemas que necessitam de encaminhamento (hepatite, cirrose, Aids, entre outros). Elas também envolvem a orientação familiar e o auxílio na reabilitação social dos usuários.

## **2.2 POLÍTICA NACIONAL DE DROGAS E PREVENÇÃO**

Para traçar um breve panorama das práticas preventivas dominantes no Brasil hoje, é necessário termos como pano de fundo a Política Nacional de Drogas, já que esta tem também a função de nortear as intervenções nesse campo.

### **2.2.1 Redução da oferta e redução da demanda**

No Brasil, segue-se, em geral, duas diretrizes traçadas pelo governo americano: o modelo moral/criminal e o modelo de doença (MARLATT, 1999).

O modelo moral/criminal, como expresso na política de controle de drogas dos Estados Unidos, é o de que o uso de certas drogas é um crime que merece punição. Como decorrência desse modelo, que pressupõe que o uso de drogas ilícitas é moralmente incorreto, o sistema de justiça criminal tem colaborado com os formuladores da política nacional da “guerra às drogas”, cujo objetivo final é promover o desenvolvimento de uma sociedade livre das drogas, a partir da “redução da oferta”. Em função dessa política, o Departamento de Drogas dos Estados Unidos direciona seus recursos, principalmente, para a promoção de programas de intervenção que visam à redução do suprimento de drogas que chegam ao país, como, por exemplo, a destruição do suprimento de plantas de coca na América Latina. Outros órgãos nacionais, bem como as polícias estadual e local, recebem verbas para aprisionar traficantes e usuários de drogas na tentativa de reduzir ainda mais o fornecimento.

O modelo de doença, que também é muito bem aceito e seguido no Brasil, define a dependência de drogas como uma doença biológica/genética que requer tratamento e reabilitação. Nesse caso a ênfase é dada aos programas de prevenção e tratamento que procuram remediar o desejo por drogas por parte do indivíduo, numa abordagem de “redução do uso”. Apesar da aparente contradição entre considerar o usuário de drogas como criminoso que merece punição ou como uma pessoa que precisa de tratamento, esses modelos concordam que o objetivo final de ambas as abordagens é reduzir e, finalmente, eliminar a prevalência do uso de drogas. O modelo moral/criminal e o modelo de doença compartilham um valor comum: a insistência na abstinência como única meta aceitável da prevenção, do tratamento ou do encarceramento (Id., *ibid*).

Apesar da tentativa, por parte de alguns profissionais da área, em apontar os efeitos da criminalização e da repressão ao consumo de drogas, a tendência repressiva vem, progressivamente, ganhando terreno no Brasil. Essa tendência está diretamente relacionada com a aproximação, cada vez maior, de nossa política de drogas com a política americana.

Como consequência maior dessa “parceria” temos a questão do uso de drogas colocada, definitivamente, em termos de segurança nacional no Brasil<sup>2</sup>. A

---

<sup>2</sup> Nossa Política Nacional de Drogas passou a ser, desde junho de 1998, atribuição da Casa Militar da Presidência da República, contando com um general como responsável pela coordenação da então formada Secretaria Nacional Anti-Drogas. Estas mudanças foram feitas, como é de domínio

atual Lei Brasileira de Entorpecentes (Nº 6.368, de 1976) vem sendo modificada por projetos de lei que, no entanto, continuam a reproduzir seus defeitos básicos (MACRAE, 1997). Para MacRae, o substitutivo do Projeto de Lei Nº 1873, de 1991, adotado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, para dar parecer à política nacional de drogas, apresentaria duas falhas básicas: a primeira seria a de continuar considerando a questão das drogas em termos de uma categoria de substâncias declaradas ilícitas, ignorando as diferenças entre seus eventuais usuários e os contextos sócio-culturais de uso e a segunda seria a opção por ignorar aspectos relacionados com a prevenção do uso abusivo de psicotrópicos.

Embora alguns tópicos desse Projeto de Lei nos permitam vislumbrar a intenção de uma maior flexibilidade na Estratégia Nacional de Controle de Drogas, a ênfase predominante sempre foi e continua sendo a redução da oferta de drogas disponíveis.

O paradigma de redução da oferta incorporado na Política Nacional de Drogas consiste de um grande número de políticas e intervenções, cujo objetivo coletivo é efetivar a total proibição das drogas ilícitas.

Ao tratar da história da droga na cultura em outra pesquisa, ficou demonstrada a intimidade dos homens, de todas as partes do mundo, desde os tempos mais longínquos, com os mais variados tipos de drogas. Com relação aos fatos apresentados nessa pesquisa, podemos concluir que a necessidade humana de “tirar férias” da realidade de vez em quando é um fenômeno praticamente universal. Em todos os lugares, em todas as épocas, os seres humanos procuraram e encontraram os meios para evadir-se de suas existências, muitas vezes aborrecidas e desagradáveis (MOURÃO, 1999).

Hoje as coisas não são muito diferentes, mas são mais graves. O número de usuários e, conseqüentemente, das pessoas que se tornam dependentes de drogas vem crescendo progressivamente, especialmente nos últimos 30 anos (BUCHER, 1992).

---

público, logo após a visita do então presidente brasileiro ao presidente norte-americano Bill Clinton, em Camp Davis, em fins de 1997. Como conseqüência dessa decisão, o Brasil passou a dar maior ênfase ao combate ao tráfico e à repressão ao uso de tóxicos, o que implica no encaminhamento de mais recursos financeiros para este setor e no afastamento institucional cada vez maior do Ministério da Saúde como órgão de decisão central nessa questão. Hoje, como nunca, as drogas ilícitas passaram a ser, oficialmente, uma questão de segurança nacional no Brasil. (CARLINI-COTRIM, 1999: 10).

O recurso às drogas pode se processar em diversas situações de crise social. Ele pode ocorrer no interior de grupos que obedecem a determinadas ideologias de revolta, por exemplo, ou de “contra-cultura”, como vimos acontecer nos anos 60/70.

No caso da ampliação da crise social, esta atinge não só os valores culturais, mas também a estruturação sócio-econômica, desencadeando uma miserabilidade crescente de amplas faixas da população. O consumo de drogas pode atingir, então, todas as parcelas fragilizadas do corpo social e se propagar com rapidez, inclusive entre os menos favorecidos. Isto se evidencia com particular clareza nos países do “terceiro mundo”, e tal evolução pode ser constatada também no Brasil (Id., *ibid*).

Ao refletirmos sobre esses fatos, fica mais difícil entender porque a maioria dos modelos de prevenção do uso/abuso de drogas apresentados acima não levam em consideração essa realidade, baseando suas campanhas em slogans simplistas, tais como o americano “Just say no” (Simplesmente diga não), ou o brasileiro “Drogas nem morto”. Ou seja, o sucesso na empreitada parece pouco provável, quando se tem essa visão mecanicista do problema das drogas e quando não existe questionamento sobre as motivações dos que se tornam usuários.

A política de drogas dos Estados Unidos e a do Brasil, que segue as mesmas diretrizes, baseiam-se no critério de “tolerância zero”, isto é, na idéia de que *qualquer* uso ilegal de drogas, inclusive o consumo ocasional de maconha, é tão intolerável quanto um padrão diário de uso de injeção intravenosa de cocaína ou heroína (MARLATT, 1999).

Outro grande obstáculo à formulação de políticas e intervenções mais flexíveis e eficazes, vem a ser o sentido militar, guerreiro, que envolve todo o campo semântico da drogas, mesmo quando se abordam outros aspectos que não dizem respeito ao tráfico de drogas. É como se esse desejo onipotente de erradicar totalmente as drogas e seu consumo da face da terra pudesse ser implementado coletiva e ideologicamente através do “combate”, da “guerra”, das práticas militares-marketeiras e midiáticas “contra as drogas<sup>3</sup>”.

O slogan contra as drogas é, certamente, uma metáfora paradoxal e mesmo curiosa. A droga designa uma molécula que, se por um lado tem efeitos quando

---

<sup>3</sup> Para isso, ver Mourão, 2002.

consumida, por outro não se lhe pode atribuir os projetos e as intenções de um inimigo. Sendo assim, podemos nos perguntar, quem é o inimigo contra o qual a “guerra” está declarada?

Trata-se da possibilidade que o ser humano sempre teve, não só por intermédio das drogas, mas também de outras maneiras, de produzir transformações sobre si mesmo? Trata-se do consumidor, do toxicômano, de quem cultiva a droga ou do especialista suspeito de provocar uma “desmobilização”? Dos pequenos traficantes, dos grandes traficantes, que geralmente têm ligações com o mundo oficial? Do bandido do “colarinho branco” que lava o dinheiro oriundo do tráfico? Da polícia corrupta que fatura em cima dos consumidores flagrados? Um dos principais paradoxos do “combate” vem a ser o fato de que os últimos inimigos tiram a possibilidade de existir a partir, justamente, do estado de guerra declarado (STENGERS & RALET, 1991).

Esse panorama de guerra só dificulta ainda mais a efetivação dos esforços preventivos existentes atualmente.

Embora pronunciamentos posteriores à criação da Secretaria Nacional Anti-Drogas pareçam ter “relativizado” essa tendência, tudo volta no final ao mesmo ponto. Para ilustrar esse “eterno retorno da prática guerreira”, trazemos aqui uma matéria publicada pelo jornal O Globo em 27 de janeiro (CERQUEIRA, 2001). Nessa matéria, o então ministro da justiça disse que, em função da divulgação do Relatório Mundial sobre as Drogas, que constata que a humanidade está conseguindo controlar o avanço das drogas graças aos investimentos aplicados em atividades preventivas, iria direcionar a maior parte dos recursos do “combate às drogas” para a prevenção. Hoje da verba de 200 milhões anuais 75% são destinados para a repressão — registrando a decisão de equilibrar essa partilha em 2002 nos seguintes termos: 75% para a prevenção e 25% para a repressão. No entanto, logo depois das “boas novas”, ele retrocede: “O Brasil está definitivamente alistado no combate às drogas”. E, assim, nos deixa com uma intrigante questão: para quem são destinados respectivamente a prevenção e o combate? Será possível adotar uma legítima direção preventiva quando ela é animada pelo espírito da “batalha”?

### 2.2.2 Redução de Danos

Em contraste com essa política proibitiva, apresenta-se o modelo de RD (Redução de Danos). A RD é uma alternativa de saúde pública para os modelos moral/criminal e o modelo de doença, mencionados anteriormente.

Não é possível precisar como surgiram os PRDs (Programas de Redução de Danos) se os considerarmos em sua forma atual, após anos de contínuas transformações, em função da experiência prática de inúmeros programas espalhados pelo mundo e da avaliação sistemática desses programas ou de alguns de seus componentes (BASTOS, 2003).

No entanto, é possível delimitar o início dos PTSs (Programas de Troca de Seringas), que na época consistiam apenas na troca das seringas usadas por seringas estéreis entre os UDIs (Usuários de Drogas Injetáveis). Tais programas foram criados na década de 80 por associações de usuários de drogas da Holanda (*Junkiebonden*), a partir da constatação, pelos próprios usuários, do aumento do índice de infecção pela hepatite B entre eles. Ou seja, essa informação esclarece dois erros comuns quando se fala em troca de seringas: os PTSs não foram criados por profissionais, mas pelos próprios usuários de drogas, e não foram implementados em função da aids e sim das hepatites, especialmente a do tipo B.

Apesar de já haver casos de aids e infecções por HIV nessa época, eles não consistiam numa ameaça clara para a população. Embora já houvesse usuários de drogas infectados pelo HIV, eles não apresentavam ainda quaisquer sintomas. Naquele período, a questão da aids nos países ocidentais estava mais restrita aos homossexuais masculinos e as pessoas que recebiam transfusões de sangue ou seus hemoderivados.

Desde então, a partir da prática adquirida, da participação efetiva dos profissionais de saúde e da constatação de que o HIV/aids estava afetando significativamente os usuários de drogas, os PTS passaram a incorporar novas alternativas de prevenção, até se transformarem, de fato, ao longo de seus mais de vinte anos de evolução, nos atuais PRDs. Apesar disso, a maioria dos programas existentes no mundo, ainda continuam a ser conhecidos como PTSs. O Brasil é uma exceção, onde a expressão “programas de redução de danos”, que é a denominação mais correta, já é consagrada e amplamente utilizada.

No entanto, apesar do reconhecimento, no Brasil e no mundo, da importância das ações de RD; até mesmo nos Estados Unidos onde, como já visto, impera a política de “guerra às drogas”, o conhecimento trazido por essa prática ainda fica circunscrito a grupos “iniciados”, que os conhecem e apóiam. A maioria das pessoas envolvidas em trabalhos com usuários de drogas ou no enfrentamento da epidemia de HIV/aids, ainda demonstram reservas e até mesmo o repúdio total à RD, mesmo sem saber exatamente do que se trata (SAMPAIO & CAMPOS, 2003).

Na medida em que se observa hoje o esgotamento cada vez maior da política de “guerra às drogas” e da carência de políticas mais eficientes, a RD vem sendo reconhecida em todo o mundo como uma estratégia valiosa para o enfrentamento da questão do abuso de drogas<sup>4</sup>. Inicialmente entendida como “programas de trocas de seringas”, a RD ultrapassou uma abordagem sanitária, passando a se constituir, mais recentemente, como política de saúde pública, onde já se esboça o espaço participativo e de inclusão social dos usuários de drogas (BASTOS, 2003).

Os PRDs constituem-se como uma opção viável para diversas questões fundamentais no campo do abuso de drogas.

Os programas que têm como princípio básico reduzir os danos do uso imoderado de drogas, sem pretender, necessariamente eliminar o consumo, são alternativas úteis e essenciais para solucionar a questão de que nem todos os usuários de drogas desejam ou conseguem abandonar o consumo de drogas que lhe trazem danos, sejam esses danos imperceptíveis ou evidentes.

Outra vantagem dos PRDs é a de reunir num determinado local/instituição, um conjunto variado de ações que podem ser desenvolvidas de forma independente. Existem vários projetos ou programas dirigidos basicamente para a distribuição de preservativos ou encaminhamento de pacientes para testagem e aconselhamento. No entanto, essas intervenções ganham muito quando realizadas de forma integrada, o que é perfeitamente possível por se tratarem de atividades que podem ser desenvolvidas de forma simultânea. Portanto, um usuário de drogas, ao procurar um PRD, pode trocar suas seringas, receber preservativos, ser consultado e fazer exames laboratoriais, curativos, ser vacinado contra hepatite B

---

<sup>4</sup> Para isso, ver Mourão, 2002.

ou gripe, receber apoio psicológico, auxílio para o processo de reinserção profissional e se beneficiar de inúmeras outras ações e iniciativas. Em resumo, os PRDs são programas integrados de assistência e promoção da saúde dirigidos à população de usuários de drogas.

Uma das maiores dificuldades para a implementação e a aceitação por parte de profissionais de saúde e da sociedade que os PRDs enfrentam, deve-se à crença de que a troca de seringas seria uma espécie de incentivo ao consumo de drogas. Apesar dessa questão ter sido exaustivamente formulada em diferentes momentos e em praticamente todas as comunidades onde tais programas foram implementados, em diferentes países, não existe qualquer estudo científico que respalde essa hipótese, muito pelo contrário. Todos os estudos realizados até o momento, sem exceção, demonstram que esse suposto aumento do consumo de drogas não é observado na prática e que, na verdade, os PRDs servem como “ponte” para as instituições e programas que oferecem tratamento para fração significativa de usuários de drogas que nunca havia estado antes em contato com o sistema de saúde (Id., *ibid*).

Uma outra crítica freqüente, no caso dos PRDs que fazem substituição de heroína por metadona no tratamento de heroínômanos (ação iniciada na Holanda e hoje praticada em alguns outros países) é de que essa iniciativa procederia de uma visão fatalista da toxicomania como doença crônica e, portanto incurável. No entanto, os dados científicos de pesquisas controladas demonstram que a Holanda é o país onde se registra o maior número de engajamento de alcoólicos e toxicômanos em centros de tratamento. Em Amsterdã, por exemplo, observa-se hoje o maior número de inscrições em programas de desintoxicação. Depois da introdução dos ônibus de distribuição de metadona e dos centros ambulatoriais de fornecimento, a freqüência aos programas de desintoxicação triplicou. A maior parte dos clientes desses centros, foram clientes dos “programas metadona”, antes de se inscreverem na desintoxicação. Ou seja, pelo menos no caso da Holanda, os resultados positivos apresentados acima se baseiam num imperativo primordial que guia a política dos países baixos: a necessidade de um contato mais próximo com os toxicômanos quer eles desejem ou não uma cura de desintoxicação (STENGERS & RALET, 1991).

O exemplo holandês resume um aspecto que faz parte da idéia chave dos PRDs em geral: oferecer um leque, o mais abrangente possível, de alternativas

preventivas, de suporte psicossocial e promoção da saúde, tendo sempre em vista uma postura receptiva e amigável e sem exigências complexas em termos de abstinência, horário, frequência etc, o que é comumente chamado de “propostas de baixo limiar”.

O conjunto de alternativas é oferecido a cada cliente do programa e ele pode se engajar em uma ou mais atividades, de forma sequencial ou simultânea, por exemplo, passando a praticar o sexo mais seguro, a partir do recebimento dos preservativos e, ao mesmo tempo, sendo motivado a participar de um curso de marcenaria ou costura.

Como se pode observar, não se deve preestabelecer o fluxo ou predeterminar os limites de abrangência quando se trata de ações de RD.

No mundo todo, os melhores resultados vêm sendo obtidos em programas que adotam ações bastante amplas e flexíveis, e que oferecem aos usuários de drogas uma vasta gama de opções preventivas e alternativas que não reconhecem limites entre prevenção, tratamento e promoção da saúde, conferindo materialidade à idéia de apoio a uma população sabidamente estigmatizada (BASTOS, 2003).

Com relação à questão da abstinência, a abordagem de RD não tem nada contra ela, muito pelo contrário. A RD só não encara a abstinência como a única meta aceitável da prevenção e do tratamento, como é o caso de alguns modelos citados anteriormente. A RD estimula os indivíduos com comportamento excessivo ou de alto risco a dar “um passo de cada vez”, para reduzir as conseqüências prejudiciais de seu comportamento. A abstinência é incluída como ponto final ao longo de um *continuum*, que varia de conseqüências extremamente prejudiciais a conseqüências menos prejudiciais. Ao colocar os efeitos prejudiciais do uso de drogas em um *continuum*, em vez de dicotomizar o uso de drogas como legal ou ilegal, ou de diagnosticá-lo como indicativo da presença ou ausência de uma doença aditiva, os defensores da redução de danos incentivam qualquer movimento rumo à sua diminuição como um passo na direção certa. As iniciativas de prevenção primária, por exemplo, destinadas a desestimular o uso de drogas antes que ele se inicie, não apenas reduzem como eliminam os danos que podem decorrer desse uso (MARLATT, 1999).

Entretanto, diferentemente dos programas de prevenção que focalizam unicamente a abstinência e promovem uma abordagem de “tolerância zero”, de

“simplesmente diga não”, os programas de prevenção baseados em RD visam acomodar também aqueles que já disseram “sim”, ou que estão inclinados nessa direção, no que se refere a experimentar drogas. Tais programas podem ser estruturados em ambientes de grupo, para se discutir tanto a abstinência quanto o uso de drogas.

Os programas de prevenção educativa baseados no modelo de RD compartilham vários elementos comuns. Busca-se a informação dos participantes e evita-se a dependência de materiais desenvolvidos por especialistas adultos e administrados de maneira impositiva. O formato dos programas é interativo, com estímulo à discussão ativa. O uso de drogas e de álcool é integrado em discussões sobre atividade sexual, por exemplo, em vez de serem abordados como tópicos isolados, não relacionados. O objetivo é ajudar as pessoas a desenvolverem motivação e habilidades associadas com o melhor manejo de si mesmas.

No Brasil, a recente criação de algumas associações centradas na RD é o contraponto positivo às dificuldades institucionais e políticas que esses programas enfrentam na conjuntura atual (ANDRADE, 1998).

O primeiro serviço de troca de seringas foi realizado na Bahia, pelo PRD (Programa de Redução de Danos) do CETAD (Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas) da Universidade Federal da Bahia, em Março de 1995. Alguns fatos nacionais foram muito importantes para a abertura desse programa. Em 1989, a tentativa de troca de seringas entre UDIs pelo governo municipal de Santos resultou em ameaça de prisão para os técnicos responsáveis, inclusive o Secretário Municipal de Saúde. Diante dessas ocorrências a Secretaria Municipal de Saúde desistiu de seu propósito, em troca do arquivamento dos processos instaurados pela promotoria pública local. Essa decisão baseou-se na preocupação de não criar precedentes que impediriam a realização da troca de seringas em outras partes do país.

Dificuldades parecidas, como as descritas acima e outras, tais como a insuficiência de recursos financeiros e os embates jurídicos em torno da legalidade da troca de seringas (sendo São Paulo, especialmente a baixada santista, palco da maior oposição), foram vivenciadas por outros PRDs em vários estados.

A fase de implantação dos PRDs no Brasil está concluída. Após nova tentativa frustrada de troca de seringas em Santos, em Dezembro de 1995, quando a polícia apreendeu equipamentos de prevenção pertencentes ao governo

municipal, o governo de São Paulo sancionou uma lei que autoriza a troca de seringas.

Mas, apesar da redução de danos com UDI já estar sendo praticada no Brasil, embora ainda enfrente vários obstáculos, o movimento de ampliação do modelo para usuários de drogas por vias não-injetáveis e para a prevenção do uso/abuso ainda é muito tímido.

Vários PRDs, no Brasil e em todo o mundo, trabalham com usuários de diferentes drogas, consumidas por diferentes vias. No entanto, a prioridade concedida aos usuários de drogas injetáveis por parte da maioria das ações públicas em diversos países, incluindo o Brasil, deve-se, exclusivamente, ao fato das políticas de RD terem se tornado mais visíveis em anos recentes em função do HIV/aids, nos quais os riscos reais e simbólicos da exposição injetável são realmente importantes.

Mas é nesse ponto que se encontra o principal equívoco quanto à relação exclusiva que se faz entre a RD e os usuários de drogas injetáveis. Embora a via parenteral seja muito eficiente na transmissão do HIV e tenha um papel quase exclusivo na transmissão da hepatite C, tanto no caso da transmissão pelo HIV como no da hepatite B, a via de transmissão sexual é igualmente fundamental. Assim, em se tratando da prevenção de doenças infecciosas, a postura correta consiste na implementação de programas dirigidos para qualquer população de usuários, especialmente os usuários de *crack*, que, segundo pesquisas desenvolvidas em todo o mundo apresentam altas taxas de infecção para diversas doenças de transmissão sexual, como HIV e a sífilis (BASTOS, 2003).

No entanto, a discussão não se esgota, absolutamente, no problema das doenças infecciosas. A fim de corresponder à proposta do presente trabalho, torna-se necessário destacar que a preocupação com a prevenção das infecções de transmissão sexual e/ou sanguíneas e as morbi-mortalidades pela ingestão de drogas por causas diversas (arritmias cardíacas, convulsões etc), é apenas um dos aspectos da problemática, que obviamente devem ser abordados<sup>5</sup>. Mas, para além das questões de saúde física, há outros danos a serem prevenidos, para os quais convergem justamente os esforços desta pesquisa: o estabelecimento de quadros de toxicomania entre crianças e adolescentes, a violência das cenas de uso, a

---

<sup>5</sup> Para isso ver Bastos, 2003.

violação dos direitos humanos de usuários e de seus familiares, o engajamento de adolescentes no tráfico, a prostituição juvenil etc. Ou seja, apesar de legítima, a priorização de uma determinada população de usuários há que se estender ao conjunto mais amplo possível de usuários de drogas.

Finalmente, para um resumo da situação real atual do movimento de RD, em termos gerais, podemos atribuir-lhe hoje duas facetas, sendo uma otimista e outra bastante desanimadora. O aspecto otimista refere-se ao amplo espaço conquistado ao longo dos anos, que vão desde as ações de RD coroadas de êxito, até o amplo reconhecimento da proposta de RD em diversos fóruns e sociedades.

Uma das maiores vitórias é o “evitamento” de epidemias pelo HIV/AIDS e, em proporções menores, das hepatites virais (Id., *ibid*: 40) em países como a Austrália e a reversão de grandes epidemias como a nova-iorquina, ou mesmo, guardando as devidas proporções, as epidemias de HIV/aids no Brasil.

Outra conquista importante diz respeito à criação de políticas mais racionais e efetivas no controle de bebidas alcoólicas e de alguns de seus potenciais danos, como a prevenção de acidentes com veículos automotores.

Por outro lado, o “desanimador”, observa-se que as ações de RD estão ausentes ou são bem escassas em contextos onde elas justamente são mais necessárias: nas comunidades mais pobres ou nos países onde existe maior estigmatização e marginalização dos usuários de drogas.

Outra questão importante a ser ressaltada é a de que as iniciativas de RD se opõem radicalmente às políticas de drogas e às políticas econômicas vigentes hoje na maioria dos países do mundo. Dessa forma, um dos maiores desafios colocados aos movimentos de RD em todo o mundo é o de conseguir formular estratégias que possibilitem o estabelecimento de coalizões que permitam um enfrentamento mais efetivo das políticas de drogas atuais, que fomentam a injustiça e são coniventes com o arbítrio e com a imposição, ao invés de apoiarem o debate e a pesquisa.

Da mesma maneira, o próprio conjunto de políticas econômicas de exclusão, que condenam a maior parte da população à marginalidade, ao desemprego ou subemprego, subtraindo-lhes o direito à moradia, alimentação, educação e saúde, tem conseqüências perversamente simultâneas com as atuais políticas de drogas e outras formas de injustiça e preconceito, ampliando os danos, que alguns autores definem como “políticas de maximização de danos” (Id., *ibid*: 40).

Assim, se, por um lado, não podemos nos esquecer que as drogas determinam efeitos adversos, algumas vezes bastante graves, por outro lado também devemos ter sempre em vista o fato de que seu consumo, num contexto mais amplo, inclui as políticas de drogas, a atuação dos sistemas de saúde e jurídico-policial, a estrutura social, as culturas e valores sociais e a dinâmica do capitalismo atual. Nesse contexto, o estabelecimento de políticas públicas éticas e viáveis depende de diagnósticos apurados com relação aos obstáculos potenciais e às possíveis alianças e interlocutores.

### **2.2.3**

#### **Redução de Danos com crianças e adolescentes**

No trabalho de RD com crianças e adolescentes, não existe a possibilidade de ações implementadas exclusivamente a partir de consultas bilaterais (criança X “reductor”/ profissional de saúde). A presença de familiares e/ou responsáveis é necessária e indispensável e, se possível, de lideranças e conselhos comunitários para a formulação de qualquer proposta. Obviamente, esse rigor é adotado não só em função da maturidade e do discernimento do ponto de vista jurídico (os critérios legais de maioridade), mas principalmente em função dos critérios nos quais se baseiam qualquer acordo entre pares. Assim, não se pode considerar, especialmente as crianças, como interlocutores plenos com relação a decisões complexas em assuntos sensíveis como vida e morte (BASTOS, 2003).

As propostas mais importantes de ação com crianças e adolescentes são, em geral, aquelas que enfatizam sua recondução à escola, a negociação para a retomada do contato familiar ou o estabelecimento de relações comunitárias e/ou institucionais construtivas.

Há ainda um aspecto fundamental a ser destacado: o consumo específico de solventes orgânicos. Quanto a essa questão a resposta de Bastos é taxativa: eles não devem ser utilizados por crianças. A médio e curto prazo, a verdadeira redução de danos decorrentes do uso dessas substâncias consiste no enfrentamento dos fatores de predisposição ao uso e na ênfase absoluta na abstinência. Os solventes orgânicos podem lesar diretamente o sistema nervoso central e são altamente tóxicos para a medula óssea, podendo levar a lesões cerebrais e cerebelares irreversíveis. Por esse motivo, são especialmente graves para

organismos em desenvolvimento, além de dificultarem o crescimento e serem potencialmente causadores de quadros hematológicos graves, incluindo as leucemias, no caso da inalação de benzeno ou gasolina.

### 3

## OS CAMPOS MÉDICO, JURÍDICO E SOCIOCULTURAL E A PREVENÇÃO DO ABUSO DE DROGAS COM ADOLESCENTES

O estudo sobre o abuso de drogas e sobre a toxicomania obriga o pesquisador, que não quer correr o risco de realizar uma abordagem muito restrita, na qual alguns aspectos essenciais para uma compreensão mais ampla da problemática sejam deixados de lado, a levar em conta algumas perspectivas que se sobrepõem e se entrecruzam na abordagem do tema.

Assim, para problematizar adequadamente a questão que nos concerne, torna-se necessário levar em conta os campos que podem influenciar diretamente no processo de implementação de estratégias preventivas eficazes para adolescentes.

A eclosão das mais diversas toxicomanias coloca-se como um grito de alerta por parte jovens, em nome de todos. Ela parece ser, ao mesmo tempo, uma expressão caricatural, insuportável para os adultos, de suas próprias dificuldades.

Para Bergeret<sup>1</sup> (1990: 13), a toxicomania não é uma entidade autônoma, nova e terrível, “que caiu subitamente como um ciclone, sobre um universo pacífico e inocente”<sup>2</sup>. Para ele, a toxicomania não existe em si senão como um signo. Um signo doloroso, certamente, mas apenas um sinal de uma desordem dos sistemas de pensamentos, observados, tanto entre os mais jovens, quanto entre os adultos e, ao mesmo tempo, um pedido de ajuda. Em outras palavras, o essencial seria menos o sintoma do que as causas que engendram sua aparição. Isso sem esquecer que essas causas estão associadas a aspectos econômicos e sociais e, sobretudo, à individualidade de cada sujeito.

Os toxicômanos começam a manifestar seu sofrimento através do comportamento, que vem a ser a expressão mórbida de sua patologia. Na toxicomania, as manifestações comportamentais se caracterizam por uma relativa

---

<sup>1</sup> Psicanalista que, em 1975, fundou o *Centre national de documentation sur les toxicomanie*, na Universidade de Lyon II.

<sup>2</sup> Tradução minha.

intensidade e pela tendência à repetição. Esses dois indicadores, por si só, poderiam ser suficientes para atrair a atenção daqueles que se preocupam com a saúde de um determinado sujeito, seja no âmbito familiar, médico-social ou escolar.

No entanto, existem famílias que tem dificuldades em enxergar os primeiros sinais de sofrimento psíquico de um jovem. Encarar esses primeiros indícios implica em expor a maneira como o ambiente, mais ou menos perturbado, afeta esse adolescente. Um olhar mais atento às manifestações comportamentais do sujeito poderia evitar evoluções mais nefastas e/ou desfechos dramáticos. A prevenção começaria pela conscientização sobre o significado desses indícios.

Quando o toxicômano se torna um dependente severo, antes que os efeitos do abuso de drogas se tornem evidentes, a família, muitas vezes, acredita que o sujeito gozava de uma saúde perfeita. Não é raro escutarmos dos pais de um adolescente, diante de uma situação de internação de urgência, toda a expressão de seu espanto em frases do tipo: “Como poderíamos suspeitar, ele, até então, parecia tão normal, tão feliz!” Ou seja, na maioria das vezes, a família e todos aqueles que cercam esse indivíduo só conseguem enxergar a realidade no momento em que os estragos se sucedem, quando os ataques psíquicos diversos, consecutivos à ação secundária da droga utilizada, já são muito evidentes. É interessante lembrar que essa situação é muito semelhante as que ocorrem nas primeiras crises psicóticas entre jovens.

Para evitar os riscos das toxicomanias, são os pais que dispõem de muito mais elementos que podem ser considerados como evidentes e alarmantes para a avaliação da situação em seu conjunto, colocada a partir dos primeiros sinais de alerta. No entanto, essa tarefa, que não implica só em lidar com a evolução afetiva de um adolescente, mas também com as principais posturas que interferem no ambiente familiar, não é muito fácil. Mas, apesar dessas dificuldades, é melhor agir quando os primeiros sintomas aparecem. A percepção precoce de alguns sinais de conflitos mais sérios nessa fase pode, muitas vezes, evitar complicações posteriores muito mais graves, como as toxicomanias crônicas tão comuns e comentadas nos dias de hoje.

Além da família, podemos identificar alguns outros atores sociais de fundamental importância para o trabalho de prevenção primária e secundária com

adolescentes, não só no âmbito das drogas, mas da saúde mental em geral. Nesse caso, destaca-se, a princípio, o papel do médico.

Em outros tempos, se algum signo incomum aparecesse, não apenas no âmbito físico, mas também na esfera do comportamento, era ao médico que se recorria. Este, por sua própria formação, se via inclinado a prescrever algum medicamento, mesmo que a desordem assinalada fosse, evidentemente, de ordem funcional, e a tranquilizar o sujeito e seus familiares através do “calmante”, quando se tratava de problemas de comportamento. Se as dificuldades não desaparecessem e os sintomas surgissem, mais claramente, na esfera psíquica, nesse caso, ainda na tentativa de manter a questão estritamente no campo da biologia, recorria-se ao psiquiatra.

Esse quadro tem mudado muito, pelo menos aparentemente. Não podemos negar que, numa perspectiva teórica, existem escritos científicos sérios que tratam de psicopatologia e que se referem às descobertas da psicologia clínica e da psicanálise. Por outro lado, na prática, muitos profissionais ainda continuam a tratar com indiferença ou com psicotrópicos poderosos, os indícios ainda discretos de uma evolução depressiva, até mesmo pré-psicótica, que seria muito mais facilmente tratada através de psicoterapias individuais e familiares bem conduzidas.

A concepção que se faz de saúde está intimamente relacionada com a de doença. A idéia de saúde aparece sempre ligada ao modelo médico de pensamento, ou seja, a uma representação negativa das dificuldades para as quais se deveria atentar, a partir do momento em que aparecessem. Em contrapartida, uma política de saúde bem conduzida, em todos os níveis, deve levar em conta os sujeitos “de risco”, antes que as desordens físicas, comportamentais ou afetivas se instaurem verdadeiramente.

Assim, os médicos, bem como outros profissionais da saúde, podem e devem estar engajados nesse tipo de tarefa.

O recrudescimento da toxicomania teve como conseqüência o aumento da demanda de tratamento e da necessidade de formação de profissionais adequadamente capacitados para atuar nesse campo. No contexto brasileiro, essa demanda se expressa na criação de novas unidades públicas ou privadas que se dedicam à assistência e/ou prevenção e, também na transferência de profissionais de saúde para essa área. Outra mudança decorrente dessa situação, reflete-se na

preocupação mais recente das universidades em “desenvolver conhecimento específico e, principalmente, adequar seu ensino para a formação de médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, advogados e outros profissionais aptos a lidar com questões relativas ao uso de álcool e outras drogas” (CRUZ, 2003 : 69).

O ensino médico se fundamenta, em grande parte, no treinamento com doentes graves e privilegia o tratamento de doenças agudas, o que impede o desenvolvimento da capacidade de identificação precoce de problemas de curso insidioso. A falta de valorização das dimensões psicológicas e sociais trazem empecilhos para profissionais que não sejam treinados adequadamente para a abordagem do problema. Os preconceitos, o moralismo, as atitudes negativas e pessimistas com relação ao tratamento de usuários de álcool e drogas, o conhecimento inadequado e as capacidades práticas mal desenvolvidas também se constituem em grandes obstáculos para a relação médico-paciente. Assim, a maioria das interações desses profissionais com tais pacientes é caracterizada pela hostilidade, desconfiança e antipatia mútuas (CRUZ, 2003).

O que nos surpreende nessa discussão sobre o papel e as deficiências profissionais no campo da saúde, especialmente no campo médico, é que as mesmas críticas feitas hoje por diversos autores, já foram formuladas por outros há, pelo menos, mais de cinco décadas.

O artigo de D.W. Winnicott “O alicerce da saúde mental” (2002), escrito em 1951, poderia passar perfeitamente por um artigo atual, na medida em que reivindica as mesmas habilidades que faltam nos profissionais e no sistema de saúde contemporâneos. Ele nos diz que a saúde mental, apesar de ser uma extensão do trabalho comum de saúde pública, vai mais longe, na medida em que provoca alterações nas pessoas que compõem o seu universo. No mesmo texto, o autor diz considerar bastante significativo que o relatório da segunda sessão da Comissão de Especialistas em Saúde Mental da Organização Mundial de Saúde<sup>3</sup> se preocupe principalmente com o tratamento a ser dispensado à infância, considerando como ponto pacífico “algo que não poderia ter sido aceito por médicos há 50 anos – ou seja, que a base da saúde mental é construída na infância e, é claro, na adolescência” (Id., ibid: 191).

---

<sup>3</sup> Genebra, 1951.

Outro fato que impressiona Winnicott, positivamente, no relatório, é o reconhecimento, por parte da comissão, de que “o profissional de saúde mental em treinamento tem mais a fazer do que aprender. O estudante defronta-se com um problema emocional em virtude da natureza do seu objeto de estudo, independentemente de qualquer dificuldade intelectual para entender os fatos. O seu impacto emocional inicial é maior do que o da sala de dissecação ou do anfiteatro cirúrgico”( Id., ibid: 192).

Winnicott reconhecia a importância do papel do médico na prevenção de doenças psíquicas. Em 1959 ele afirma que a prevenção da psicose também é da responsabilidade dos médicos, no caso pediatras:

“A doença mental emerge sem ser percebida das dificuldades normais inerentes à natureza humana, e que dão o colorido próprio à tarefa de ajudar crianças a crescer, seja pelos pais, por enfermeiras ou por professores. A profilaxia da psicose é, portanto, da responsabilidade dos pediatras, do que eles devem ter conhecimento.” (WINNICOTT, 2000 [1958]: 315).

Na realidade, muitos anos antes de Winnicott escrever o trecho citado acima, que é de 1959, no período que compreende os anos de 1939 a 1945 ele já nos fornece importantes contribuições sobre a questão da prevenção, especialmente da prevenção secundária. Mas, em todas as vezes que ele menciona a atividade preventiva, de sua importância para bebês, crianças e adolescentes, ele o faz no contexto da psicose, da tendência anti-social e da delinquência, o que também não deixa de incluir a questão do abuso de drogas.

Em seu livro “Privação e Delinquência”, Winnicott e seus colaboradores relatam suas experiências com as crianças que foram removidas durante a Segunda Guerra. Esse episódio, apesar de tão distante no tempo, pode fornecer subsídios para se refletir sobre a situação da prevenção do abuso de drogas com crianças e adolescentes hoje. Se em 1951, a OMS já tinha uma visão tão esclarecida sobre a importância do cuidado com crianças e adolescentes, como medidas preventivas de doenças mentais, por que a situação no campo da saúde parece permanecer quase a mesma desde então?

A princípio, as crianças removidas das grandes cidades foram alojadas em lares de pessoas comuns. No entanto, logo se tornou evidente que parte desses

meninos e meninas eram difíceis de acomodar, além de alguns lares terem se mostrado inadequados como lares adotivos.

Os conflitos resultantes dessa situação degeneraram rapidamente em comportamento anti-social<sup>4</sup>. Uma criança que não se adequasse a determinado alojamento ou voltava para casa e para o perigo, ou então mudava de alojamento. Um grande número de mudanças de alojamento já era um indício da situação deteriorada e tendia a assinalar o início de algum ato anti-social. Foi exatamente nesse momento que a opinião pública foi de fundamental importância para solução do problema das crianças e adolescentes anti-sociais. Se, por um lado houve um certo alarmismo e o acionamento dos tribunais “que ainda representavam as atitudes usuais com relação à delinquência” (Id., *ibid*: 61), por outro, havia o interesse por parte do Ministério da Saúde, com o crescimento do interesse local em fornecer a essas crianças um tratamento alternativo, de modo a impedir seu encaminhamento para os tribunais.

Winnicott nos informa então que, numa grande proporção de casos, houve realmente prevenção da delinquência. Uma criança que estaria fadada ao tribunal juvenil, antes de sua admissão no programa, era acompanhada durante toda a adolescência, até arrumar um emprego, sem qualquer incidente maior e sem controle do Ministério do Interior. Ou seja, a dificuldade era vista como uma questão de saúde individual e social, e não apenas como uma questão (inconsciente) de vingança pública.

Ainda com relação à prevenção da delinquência, naquele momento, Winnicott defendia ser este um trabalho profilático que atendia ao Ministério do Interior, cuja missão principal é a implementação da lei. Mas ele informa que, por alguma razão, encontrou uma grande oposição a essa idéia por parte de médicos que trabalhavam para o Ministério do Interior.

A criação de alojamentos para removidos, espalhados por todo o país, conseguiram impedir que muitas crianças chegassem aos tribunais, economizando grandes somas de dinheiro e produzindo cidadãos em vez de delinquentes. Do ponto de vista médico, o fator importante e inédito até então, é que tais crianças

---

<sup>4</sup> Apesar de Winnicott fazer uma única alusão em seu livro “Privação e delinquência” sobre a distinção entre delinquência e comportamento anti-social, ao dizer que a defesa anti-social organizada está carregada de ganhos secundários e reações sociais, ele parece usar os dois termos como sinônimos. Nos parece que a distinção que o autor faz está relacionada apenas com o nível da patologia.

ficaram subordinadas ao Ministério da Saúde. “Só podemos esperar que o Ministério da Educação, que está agora (1945) assumindo o controle do trabalho, atue em tempos de paz tão bem como o Ministério da Saúde atuou em tempos de guerra, nesse trabalho de profilaxia.” (Id., *ibid*: 85).

Nesse ponto, sentimo-nos tentados a fazer outra analogia entre a experiência que Winnicott e sua equipe relatam ter ocorrido com as crianças e adolescentes, durante a remoção de crianças na Segunda Guerra Mundial e a situação atual das crianças e adolescentes brasileiros, mais especificamente, os que habitam no Estado do Rio de Janeiro. Dessa vez, podemos comparar o tratamento dispensado às “crianças e adolescentes de risco”, durante a 2<sup>a</sup> guerra na Inglaterra, com as ações que vêm sendo implementadas com as crianças e adolescentes de risco durante a “nova guerra<sup>5</sup>” que vivemos hoje no Rio de Janeiro.

Mas, antes de entrar nesse âmbito, talvez seja melhor começar por definir quem seriam essas crianças e adolescentes de risco no Rio de Janeiro em 2004.

As conseqüências mais nefastas ou fatais do envolvimento com drogas não são “privilégio” dos adolescentes. No entanto, sabemos que esta população pode ser considerada, sob certo ponto de vista, como “grupo de risco” no que diz respeito a essa problemática.

Em nossa cultura, a necessidade adolescente de desafiar riscos funciona como verdadeiras cerimônias de iniciação. Tal disposição encontra muitas vezes expressão no uso abusivo de drogas e em outros comportamentos “anti-sociais”.

Nas sociedades primitivas, a passagem da infância para o estado adulto é mais claramente marcada do que para nós. Esta passagem se faz através de dolorosas provas de iniciação. Os modelos de iniciação mudam de uma sociedade para outra, mas todos servem ao mesmo fim: a integração social do sujeito no mundo dos adultos. O jovem adquire então um nome e aprende o que deve saber sobre os valores da sociedade onde um lugar lhe é reservado. O tempo de passagem da infância ao estado adulto pode durar de quinze a quarenta anos.

---

<sup>5</sup> Apesar do uso constante do termo “guerra”, por parte da mídia e da opinião pública em geral, para definir a situação em que a cidade está imersa atualmente, e do envolvimento de ex-militares em grupos mercenários, a comparação entre as definições tradicionais de guerra, conflito e crime organizado, com a situação vivida no Rio de Janeiro não pode ser definida conceitualmente pela expressão “guerra”, principalmente pelo fato do Estado não ser o objeto específico dos ataques. No entanto, é útil compreender as tendências cambiantes da guerra atual, a fim de encontrar uma denominação mais abrangente para os conflitos entre as facções da cidade. Os analistas militares definem o fenômeno atual que se apresenta no Estado do Rio de Janeiro como “guerra de quarta geração”, ou “nova guerra”. (DOWDNEY, 2003).

Alguns desistem de se expor à prova de iniciação, marginalizando-se e tornando-se verdadeiros “zeros sociais” (DELUZ, 1999: 9).

Em nossa sociedade ocidental não existe esse acompanhamento mais rigoroso por parte dos adultos da aventura cultural dos adolescentes. Os pré-adolescentes não sabem muito bem para que estão sendo iniciados, chegando à idade adulta sem garantias quanto ao lugar que lhes é reservado entre os mais velhos e entre seus pares.

Dessa forma, a grande maioria dos jovens adultos entrevê seu futuro apenas sobre a perspectiva inquietante do desemprego. Para muitos, o estatuto de “assistido para sempre” aparece como a melhor das soluções. Nesse caso, perpetua-se a dependência infantil e o Estado assume o lugar dos pais.

Uma das regras fundamentais do jogo implícito da sociedade é de que é obrigação do jovem arcar com o preço de seu lugar e sua independência no mundo dos adultos. Ao deixar a adolescência, cabe a cada criança descobrir isso, quase sempre sozinha, e a inventar sozinha ou entre seus pares, no grupo de adolescentes, seus próprios “ritos de iniciação”.

Sem dúvida, estamos falando de uma fase de mutação. Uma fase tão importante para aqueles que entraram na adolescência como o nascimento para o recém-nascido e os primeiros quinze dias de vida. O nascimento é uma mutação que permite a passagem do feto ao bebê e sua adaptação à respiração e à digestão.

Assim, o adolescente atravessa essa fase de mudanças sobre a qual nada pode dizer e na qual, para os adultos, ele é objeto de questionamentos que, dependendo do ambiente familiar, são carregados de angústia ou de total indulgência. Durante essa mutação, o adolescente parece reproduzir a fragilidade do bebê ao nascer, extremamente sensível ao olhar e às palavras do outro (DOLTO, 2004).

Para exemplificar esse momento difícil, Dolto (Id., *ibid*) utiliza as imagens dos camarões e das lagostas, que perdem seu invólucro natural: neste momento, eles se escondem debaixo das pedras, enquanto se desembaraçam de suas conchas, para adquirirem defesas. Durante esse processo, as pancadas os ferirão para sempre. Sua carapaça cobrirá novamente as cicatrizes que jamais se apagarão. Do mesmo modo, o ambiente que cerca esses jovens, as pessoas que estão a sua volta, exercem um papel essencial durante esse período, mesmo que não estejam diretamente encarregadas de sua educação. Elas podem favorecer o

desenvolvimento e a confiança em si e a coragem de superar suas impotências, ou, ao contrário, o desânimo e a depressão.

Depois desse rápido panorama das dificuldades próprias da adolescência, talvez não seja um exagero dizer que a adolescência já é, por si só, um “período de risco”, tanto no que diz respeito ao abuso de drogas, quanto a outras formas de “atentados psíquicos”, utilizando a expressão de Bergeret (1990). Mas esta seria uma conclusão muito radical, considerando-se que alguns adolescentes contam com a ajuda de um mundo interno mais estruturado e/ou com ambientes mais favoráveis, para ultrapassar o “perigo”.

Em resumo, os adolescentes de risco hoje, considerando-se que o tipo de guerra que vivemos está ligada diretamente às atividades do tráfico de drogas no varejo, seriam aqueles que se encontram envolvidos com drogas, seja através do uso ou da participação no tráfico<sup>6</sup>.

Nesse ponto, poderíamos dividir esses adolescentes de risco, a princípio, em dois grupos: os adolescentes de baixa renda, para os quais a maior atração das drogas é participar do processo de venda, onde eles ganham bem mais do que os seus pais, e os jovens de classe média/alta em situação de abuso de drogas. Os últimos também estão expostos à violência da polícia e dos traficantes, ao comprarem drogas nas favelas, e que também, em função do abuso de drogas, podem chegar ao tráfico e à prostituição.

O tráfico de drogas no varejo opera em duas dimensões. A primeira, mais óbvia, diz respeito à oferta de benefícios materiais para recrutar os jovens, o que já representa muito no contexto brasileiro de retração de mercado de trabalho e precariedade. “Mas há um outro tipo de benefício que nós geralmente negligenciamos, mas cuja importância é crucial: é o benefício simbólico, afetivo.” Ele se apresenta como quadro típico nas grandes metrópoles brasileiras. O menino pobre, freqüentemente negro, circulando pelas ruas. Esse menino é um ser invisível, um ser socialmente invisível (SOARES, 2001: 3).

Essa dimensão estética, auto-constitutiva, estruturante, é o que está em jogo quando alguém lança mão do recurso da força. O medo pode ser um recurso extremo. O medo que se provoca no outro pode ser uma tentativa desesperada de

---

<sup>6</sup> Vivemos uma situação onde o número de mortos, especialmente de jovens, só é comparável, e muitas vezes supera, às sociedades em guerra. (DOWDNEY, 2003). “Vivemos uma guerra civil, sem razão, sem ideologia, sem bandeira, na qual a juventude é o alvo principal dos ataques.” (SOARES, 2001).

auto-valorização, um esforço de recuperação da auto-estima deteriorada, uma busca de acolhimento, daquilo que sempre foi negado, por experiências traumáticas variadas e consecutivas. Tal experiência é comum a todos os sujeitos, mas ela é mais dolorosa para as camadas sociais que vivem a exclusão (Id.,ibid).

Para complementar essas considerações, apresentamos um outro tipo de invisibilidade que, nos parece, atingir também os meninos de classe média/alta, e que se manifesta na fala desse jovem:

*“Eu tenho muitos amigos que entraram nessa, que foram fundo na coisa da droga e acabaram se ferrando com a polícia. Eu acho que o que rola mesmo é uma grande necessidade de chamar a atenção dos pais. Porque, tá difícil, né? Os pais trabalham muito, não tem muito tempo pros filhos e até acontecer a merda eles fingem que não tão vendo nada. Quando acontece, aí eles param tudo e vão olhar pro cara. As vezes já é tarde. Não é que eu teja culpando só os pais, entende? Eles precisam trabalhar, as vezes se sentem até culpados e dão um monte de coisas pros filhos, pra aliviar. Mas isso não adianta. Na maioria das vezes os pais não vêem o que tá rolando porque não querem, ou não agüentam. Mas isso é pior, porque quando a coisa estoura não tem como fugir.” (B., 18 anos).*

A fala desse jovem, somada à escuta do discurso de vários outros, nos faz pensar que a geração jovem atual tem mais dificuldade em encontrar seu lugar na sociedade do que as gerações anteriores e a sociedade, por sua vez, em encarar esse mal-estar. Por outro lado, os pais não dispõem de muito tempo para exercer sua função de pais.

As rupturas e violências que se apresentam nos dias de hoje podem fazer com que os jovens se distanciem do convívio familiar e social. Esse fenômeno, hoje em dia, está difundido também na classe média e alta.

Parece que o que esses jovens buscam — seja recorrendo às armas, ao uso abusivo de drogas ou a outras manifestações menos espetaculares, dentre outras reparações — é o efeito de visibilidade provocado por essas passagens ao ato.

Com relação à analogia com a Segunda Guerra, quando Winnicott diz que as medidas forçadas pela opinião pública “amedrontada” pelas crianças e adolescentes que apresentavam comportamentos anti-sociais acabaram por ir ao encontro das necessidades dos meninos e meninas ingleses, parece que, pelo menos no contexto carioca, até então, o desfecho não tem sido, apesar dos esforços de muitos nesse sentido, tão favorável para as crianças e jovens de risco.

Vamos começar por analisar a postura da sociedade com relação a um dos grupos de risco que citamos: os meninos e meninas de baixa renda, moradores das

favelas, com todas as facilitações para serem cooptados pelo tráfico, como já visto acima.

Os programas que apresentamos aqui são realizados, justamente, com o objetivo de lidar essa demanda. No entanto, existe uma grande defasagem entre a gravidade da situação e as medidas adequadas e eficazes existentes para fazer frente ao problema.

Assim, a implementação de mais programas de prevenção nas favelas do Rio de Janeiro por parte do estado e/ou da sociedade civil, que ofereçam verdadeiras alternativas culturais e econômicas ao tráfico de drogas para crianças e adolescentes é uma necessidade urgente.

Como resultado da carência de tais programas, e da ineficácia na mobilização preventiva durante a “nova guerra”, — que é nova apenas na terminologia, mas que vêm se intensificando há mais de vinte anos, sob nossos “olhares sonolentos” — nos deparamos com uma lista (DOWDNEY, 2003) bastante extensa e dramática da qual fazem parte, em sua grande maioria, aqueles que deveriam ser os principais alvos de cuidados por parte do governo e da sociedade civil, isto é, as crianças e jovens:

- Os níveis de mortes de jovens menores de 18 anos cresceram muito desde o fim dos anos 70;
- Os homicídios por armas de fogo no Rio de Janeiro são a maior causa externa de morte de crianças e adolescentes;
- O grupo etário entre 15 e 17 anos é o mais afetado pelas mortes por tiros.
- A análise comparativa da mortalidade relacionada com conflitos contemporâneos na cidade do Rio de Janeiro mostra que morre mais gente por armas de fogo no Rio do que na Colômbia, Sierra Leoa, Afeganistão, Uganda e Israel.
- As histórias de assassinatos, torturas, tiroteios, envolvimento de crianças como vítimas das perdas, se tornou uma realidade aceita e normal para os moradores das favelas, forçados a viver esse destino em silêncio.
- Milhares de crianças e adolescentes das favelas encaram a entrada para o tráfico como sua melhor opção, apesar de terem consciência de que a morte é o desfecho mais provável, decorrente dessa “escolha”.

A experiência que Winnicott nos transmite sobre seu trabalho durante a guerra, ligado à remoção das crianças, parece ter sido, pelo menos durante aquele período específico, uma intervenção preventiva bem-sucedida, que impediu que muitas crianças chegassem aos tribunais, e, além disso, como ele diz, economizou grandes somas de dinheiro e produziu cidadãos em vez de delinquentes.

Winnicott também diz que, mesmo que tenha havido um certo alarmismo naquele momento e “o acionamento dos tribunais que ainda representavam as atitudes usuais com relação à delinquência, por outro, essas crianças tiveram um tratamento alternativo, de modo a impedir seu encaminhamento para os tribunais”.

A intenção da articulação feita aqui entre as duas situações de “guerra” é, através da exemplaridade, guardando-se algumas distinções quanto aos contextos geográfico, sociocultural e temporal, apontar para uma série de questões de valor atual para o campo da prevenção, e não enaltecer a bondade e eficiência do povo inglês. Não pretendemos induzir o leitor a acreditar que os ingleses, “bonzinhos” e bem-intencionados foram, por isso, bem-sucedidos naquele momento e nós, os monstros do terceiro mundo, não estamos nos saindo muito bem na tarefa porque adoramos ignorar e enclausurar criancinhas pobres. No mínimo, o que podemos concluir a respeito disso é que há uma tendência das pessoas em pouparem suas energias até que sejam tocadas, mais contundentemente, por algum tipo de mal-estar. Ou seja, não foi a sensibilização com o sofrimento infantil que deflagrou, por parte da opinião pública inglesa, uma mobilização e a conseqüente pressão desta por soluções por parte do Estado. Foi o incômodo, o medo, o que fez com que os ingleses se voltassem com atenção para a questão da delinquência juvenil e para a necessidade de prevenção, no esforço de tentar deter uma situação que poderia se tornar incontrolável.

No Rio de Janeiro, podemos constatar também a existência de um enorme incômodo diante da situação de milhares de crianças que crescem nas ruas, expostas a todo tipo de cooptação criminosa. Mas existem também, por parte de alguns grupos, uma sensibilização e mobilização sinceras para com o sofrimento infantil e o desejo de intervir nessa situação, o que se expressa nos vários projetos sérios mantidos por organizações não governamentais voltadas para essa população.

No entanto, o efeito do mal-estar e do medo da sociedade, com a dimensão violenta que o tráfico de drogas vem nos impondo, gera, muitas vezes, posturas equivocadas, que apóiam as medidas repressivas desordenadas que projetam a imagem das crianças e jovens das comunidades pobres como “inimigos públicos” ou “marginais” que devem ser presos o mais cedo possível ou até mesmo exterminados, “já que não são crianças, e sim bandidos perigosos”.

A experiência tem nos mostrado que, quando o “caldeirão explode” em episódios muito dramáticos, quando, em confrontos mais sérios da “nova guerra” há “baixas” também nas classes média e alta, um grande teatro se desenrola. As favelas são maciçamente ocupadas pela polícia, fala-se muito em projetos culturais, educação etc. Mas o tempo vai passando e as coisas acabam voltando ao “normal”. Será que nos acostumamos com isso? Esta é a maneira “normal” de viver num grande centro urbano e de tratar nossas crianças e adolescentes? Será que achamos que as coisas não podem piorar?

Enfim, o que parece prevalecer, pelo menos ao tomarmos conhecimento das intervenções noticiadas pela imprensa<sup>7</sup>, ainda é a crença de que encaminhar crianças e jovens, o mais rápido possível, para os tribunais que ainda hoje “representam as atitudes usuais com relação à delinquência”, é considerada, pela maioria, como a melhor providência a ser tomada. Todos esses equívocos acabaram por culminar, recentemente, na revitalização da idéia da diminuição da maioridade penal para dezesseis anos, com o apoio de parte da opinião pública. Ou seja, concordamos, então, que a melhor solução para o “incômodo” que esses jovens trazem para a sociedade seja mandá-los para a cadeia aos dezesseis anos! E parece que esse equívoco não está baseado na ignorância da população sobre o que ocorre nos presídios, pois é de conhecimento público o fato de que eles são as melhores “escolas de crime” que jamais existiram. Mesmo assim, muitos representantes do governo e da sociedade civil ainda acreditam que “varrer a sujeira para debaixo do tapete” continua a ser uma boa solução. Mas, como ainda não percebemos, depois de tantos anos, tantas vítimas, tanto sofrimento, que o que é subsumido num esforço coletivo de escamoteamento, de esquecimento, que isso sempre retorna?

Trata-se, portanto, de apontar para a necessidade de criação de mais projetos de prevenção coordenados e unificados para crianças e adolescentes.

Finalmente, passemos agora para o segundo grupo de risco mencionado acima: os adolescentes de classe média/alta em situação de abuso de drogas. Qual tem sido a resposta da opinião pública diante de uma situação considerada, por ela mesma, e amplamente alardeada pela mídia, como extremamente grave, alarmante, fora de controle?

---

<sup>7</sup> Para isso, ver RANGEL, R.; JUNGBLUT, C., 2003.

Recentemente, assistimos, perplexos, a uma série de crimes cometidos por jovens de classe média contra seus familiares. O primeiro, e mais chocante deles foi planejado por uma jovem bonita, rica e instruída, e executado pelo seu namorado e pelo irmão do último: eles assassinaram os pais da jovem a golpes de barra de ferro (REVISTA VEJA, 2003).

Esse crime foi, rapidamente, associado ao uso de drogas pela mídia, depois que se descobriu que os jovens em questão fumavam maconha (REVISTA ÉPOCA, 2003). Quando no calor da discussão surgiu o argumento de que o uso de maconha não tem relação com o comportamento violento, alguns especialistas foram ao ar, rapidamente, para dizer que, hoje em dia, com a “hibridização da Cannabis” e o grande aumento do nível de THC, a maconha se tornou muito mais poderosa, não se sabendo ainda ao certo o que essas “drogas mais pesadas” poderiam deflagrar em termos de comportamento (JORNAL NACIONAL, 2003). Ou seja, mesmo que discretamente e sem sucesso tentou-se mais uma vez explicar o inexplicável com o velho expediente de culpar “a droga”.

Infelizmente, alguns acontecimentos posteriores acenderam, de novo, a polêmica relação entre drogas e violência. Logo depois do crime cometido pelos três jovens, aconteceram mais dois crimes, amplamente divulgados, de jovens que mataram familiares. Dessa vez os crimes estavam, indiscutivelmente, ligados ao consumo patológico de drogas. Tratava-se de toxicômanos, mais especificamente dependentes de cocaína: um jovem paulista, depois de vender o carro no morro por alguns papétes de cocaína assassinou a avó e a empregada (VEJA, 2003). No Rio de Janeiro, um rapaz matou a avó, porque esta lhe negava dinheiro para comprar cocaína (VEJA, 2003).

Logo depois dessa onda de assassinatos cometidos por jovens de classe média/alta, contra suas famílias, começaram a surgir notícias sobre crimes de pais contra filhos. Dessa vez, a mídia deu um tratamento igualmente espetacular, mas diferenciado, no que diz respeito à atribuição dos papéis de “algozes” e “vítimas”, nas respectivas situações. Enquanto os crimes contra os pais eram, compreensivelmente, tratados com horror e os autores considerados uns “monstros” por matarem os próprios pais e avós, os pais que mataram os filhos gozaram de uma indisfarçável solidariedade por parte da mídia e da opinião pública, que, apavorada, já olhava para seus filhos jovens com outros olhos, e, talvez, uma idéia na cabeça: “amanhã pode ser a minha vez”. Como saber? Os

jovens consumidores de drogas se transformaram, espetacularmente, em parricidas e matricidas em potencial.

Este tratamento espetacular só veio a piorar mais um quadro já estabelecido de preconceito, estigmatização, repressão e inflexibilidade, no que diz respeito aos jovens consumidores de drogas. Nesse contexto, a prevenção se vê totalmente eclipsada pelos procedimentos repressivos, como medida de intervenção eficaz para a solução ou estabilização da situação.

### 3.1

#### **A MÍDIA, A OPINIÃO PÚBLICA E O USO E ABUSO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA: QUE ESPETÁCULO!**

Como entender a reação de compreensão diante dos pais que mataram os filhos? O assassinato dos pais da jovem citada acima teve uma reação diferente por parte da opinião pública. “A indignação agora deveria ser a mesma. A sociedade é mais condescendente porque defende o mundo adulto. É mais fácil entender que o pai mate o filho do que o contrário. A droga não é a vilã da história. São sinais de que algo vai muito mal” (SAYÃO, REVISTA ÉPOCA, 2003).

Não existe uma semana em que um órgão da imprensa, uma rádio, um canal de televisão, ou um personagem político não venha dramatizar um determinado aspecto do “problema droga”. Somos todos tentados a nos tornar cúmplices desta dramatização e de participar ativamente do jogo pernicioso que consiste em esconder as verdadeiras questões implicadas (BERGERET, 1990).

E quais seriam as verdadeiras questões implicadas no caso desses jovens?

Em primeiro lugar, existe a patologia, que, como já discutido anteriormente, antes de se transformar em doença, já foi um comportamento mórbido, o qual, se não fossem também as dificuldades familiares e sociais, igualmente mencionadas, e a conseqüente falta de uma intervenção precoce, talvez pudesse ter tido outro desfecho. No entanto, depois do quadro de drogadição configurado, existe a desorientação da família diante da situação incontrolável, o sofrimento, o desespero e, por fim, o profundo cansaço, como fica patente nas falas de dois pais que mataram os filhos toxicômanos: “Eu não agüentava mais”. E o outro, “Foram 15 anos de sofrimento”.

Com todo o respeito pelo sofrimento das famílias que viveram esse tipo de drama, e sem a intenção de julgar os casos individuais, mas necessitando da ajuda desses exemplos para analisar melhor um fenômeno coletivo, tomamos alguns indícios nas histórias, nos discursos, nas frases soltas estampadas nas manchetes dos jornais, que talvez nos ajudem a responder à pergunta anteriormente formulada

Vamos então nos debruçar, rapidamente, sobre a história de uma dessas famílias, cujo pai matou o filho, conforme ela foi narrada pela imprensa:

**“Era ele ou nós”**

“Casado há quarenta anos, pai de três filhos, Amador matou seu caçula depois de uma briga de domingo. Rodrigo saiu de manhã – um apartamento num bairro de classe média de São Paulo – e voltou para o almoço. Encontrou a cunhada e um casal de amigos com quem meses antes viajara para um sítio. O passeio terminara em briga porque Rodrigo foi acusado de roubar as carteiras das pessoas que estavam na casa para comprar drogas. “O que esse povo está fazendo aqui? Eles dizem que eu roubei. Vocês nunca me defendem”, gritou. “Os pais deles pediram desculpas e nós fomos embora”, conta uma das visitas. Sofia tentou acalmar o filho e foi empurrada para fora. Amador resolveu tomar providências. Foi ao quarto do filho dizer que ele não poderia mais ficar em casa. Antes, pegou o revólver com cinco cartuchos. “Vamos resolver isso. Você vai embora. Rodrigo se abaixou, talvez para pegar uma cadeira de plástico. Há um metro e meio de distância o pai disparou. Rodrigo caiu no chão, o pai se debruçou sobre o corpo e começou a chorar.” (REVISTA ÉPOCA, 2003)

A manchete da entrevista é a fala da mãe, “Era ele ou nós”. Mas, esse caso específico não parece ter sido uma questão de legítima defesa. O filho não estava ameaçando a vida do pai ou da mãe naquele momento, pelo menos não dessa maneira literal. Ele, sem dúvidas, infernizava suas existências, envergonhava-os, agredia-os, de todas as maneiras. Matava a si e aos outros, aos poucos, sem que ninguém soubesse mais o que fazer, e talvez não houvesse mais nada a fazer mesmo. Talvez, se o pai não tivesse matado seu filho, ele, a esposa e o próprio filho teriam que conviver, para o resto da vida, com uma situação que causava a todos uma dor insuportável.

Em nossa prática clínica, já ouvimos alguns desabafos pungentes de pais sobre as toxicomanias crônicas dos filhos e sobre o próprio cansaço: “Que Deus

me perdoe, mas às vezes acho que só a morte dele vai nos fazer ter paz novamente”. Quantos serão os pais de toxicômanos que já não tiveram o desejo inconsciente de que seus filhos morressem logo de overdose? Ou então, quantos toxicômanos, nos momentos de culpa, já expressaram o mesmo desejo que o próprio Rodrigo expressou à mãe: “Mãe, por que eu não morro logo para resolver os meus problemas e o de vocês?” Depois do ocorrido, a mãe reflete: “E alguma coisa está resolvida? Estamos destruídos”. Depois de cometer o assassinato, o pai, manteve-se com antidepressivo e soníferos até morrer, menos de um mês depois.

Em outro canto do país, Duda, um jovem carioca, leu num jornal a notícia da morte de Rodrigo, assassinado por seu pai e exclamou “— Que horror!”. Dezesseis dias depois ele, dependente de cocaína, também foi morto com um tiro pelo pai (VEJA 2003).

“Todos esses crimes deixaram o país em estado de choque. As duas mortes recentes (de Rodrigo e de Duda) contudo, produziram outra reação, como se o dependente pudesse ser criminalizado, postura que explica o nível zero de indignação provocado pela morte dos dois rapazes.” (SAYÃO, REVISTA ÉPOCA, 2003).

Mesmo tendo cometido homicídio, ambos os pais, o de Rodrigo e o de Duda, se distinguem dos filhos que mataram os pais, por terem gozado de uma certa dose de cumplicidade e tolerância por parte da sociedade. Os vizinhos do condomínio onde o pai de Rodrigo morava fizeram um abaixo assinado atestando sua boa índole, com o objetivo de enviá-lo ao delegado responsável pelo caso. Os vizinhos e familiares do pai de Duda também o defenderam.

Mesmo assim, não devemos encarar esses fatos de maneira simplista: vítimas e algozes, culpados e inocentes, bandidos e mocinhos. Estamos falando de grandes dramas familiares, repletos de conflitos afetivos, nos quais um sentimento importante parece ter se somado aos acontecimentos, dando o tom violento dos desfechos: o medo. O que mais chama a atenção nessas histórias é o medo.

No caso de Rodrigo, por exemplo, o que será que fez esse pai temer tanto a seu filho? De onde veio a fantasia, o terror, que o fez acreditar estar agindo em legítima defesa? O que o fez pegar uma arma antes de ir falar com o filho? No relato apresentado pela imprensa está escrito que “Rodrigo se abaixou, talvez para pegar uma cadeira de plástico”. Mas talvez Rodrigo fosse apenas amarrar os sapatos, ou mesmo jogar uma cadeira de plástico no pai, isso não importa. O que

chama a atenção nesse caso é que a reação do pai foi desproporcional à situação real que se apresentava.

Qual seria a verdadeira origem desse pavor?

Bergeret (1990) considera que situações desse tipo, que envolvem drogas, permitem a expressão dos fantasmas mais arcaicos prontos a serem fixados sobre um suporte mágico e terrificante, cuja origem será atribuída a uma intervenção estrangeira, exterior e, portanto, maléfica, desculpando ao mesmo tempo o grupo de adultos de “boa vontade”.

Não podemos negar que uma pessoa completamente intoxicada, “fissurada”, querendo mais drogas, ou que se torna agressiva durante a “ressaca”, é, realmente, de assustar. Mas o medo de que falamos parece ter uma dimensão totalmente irracional e origens bem mais profundas, que não aparecem nas manchetes dos jornais. Parece que o medo do qual falamos e a mídia, em sua forma “espetacular”, possuem relações estreitas.

O medo é um dos elementos essenciais a ser transmitido pelo espetáculo. Ele funciona como possibilidade de ordenamento social e como principal mecanismo de controle da sociedade do espetáculo<sup>8</sup>. O espetáculo se utiliza de ameaças ou busca, na maioria das vezes, manter o clima de ameaça, implícita, velada, ou mesmo explícita, com a intenção de manipular a opinião pública (SPACENKOPF, 2003).

Seria ingenuidade acreditar que existe alguém poderoso, por trás do espetáculo, que controla tudo. A dinâmica se dá na forma de um poder em rede, mas de maneira difusa, espaiada. Trata-se de um conjunto de contratos e acordos que algumas vezes precisam ser mantidos e outras destruídos. Mesmo assim, eles são, quase sempre, agenciados por interesses financeiros, políticos e econômicos, impossibilitando a identificação de um comandante. É algo muito maior e global, como o mercado mundial. O valor que se atribui a tudo, principalmente ao lucro, gerencia e defende interesses, não importando que esse preço e sua cotação estabelecida no mercado seja a vida de dezenas, milhares ou milhões de pessoas.

No filme “Tiros em Columbine”, Michael Moore empreende uma investigação muito perspicaz. Partindo do assassinato em massa de alunos da Escola de Columbine, praticado por dois adolescentes, a pergunta que perpassa

---

<sup>8</sup> Para isso, ver Debord, 1997.

todo documentário é a seguinte: por que nos Estados Unidos da América, num determinado período, ocorrem onze mil, cento e vinte e sete mortes provocadas por armas de fogo? O que diferencia os EUA de outros países tais como a Alemanha com trezentas e oitenta e um mortes por armas de fogo, a França, com duzentas e cinquenta e cinco, o Canadá com cento e trinta, o Reino Unido com sessenta e oito, a Austrália com sessenta e cinco e o Japão com trinta e nove, no mesmo período? Analisando várias hipóteses, tais como o passado violento do País, o desemprego, a facilidade em se comprar armas de fogo e, desconstruindo comparativamente, cada uma delas (a Alemanha também tem um passado extremamente violento, o desemprego é maior em vários outros países e a mesma facilidade para se adquirir armas de fogo existe, tanto no Canadá, quanto nos Estados Unidos, etc), Moore chega à conclusão de que o medo é o principal móvel que alimenta as ocorrências que produzem os números impressionantes de mortes por armas de fogo nos Estados Unidos.

O mais importante é que Michael Moore mostra, com sua técnica de desmontagem desses argumentos simplistas, que a mídia é uma das grandes responsáveis por esse estado de terror em que vive o povo americano. Para ele, a mídia, os políticos e as empresas conseguiram assustar tanto o povo americano, que não parece ser mais necessário sequer um motivo. Os boatos mais inverossímeis já manipulam e aterrorizam as pessoas de acordo com o interesse ou a ideologia para o qual se quer o respaldo da opinião pública ou o produto que se quer vender à audiência.

Ainda que não se possa tomar a mídia como a total causadora desses sentimentos, ela, no mínimo, fornece as imagens e falas, ou seja, as ferramentas indispensáveis a possíveis identificações com os personagens envolvidos nas cenas apresentadas. Determinadas notícias podem, então, deflagrar atos e fatos numa repetição em cadeia. Spacenkopf (2003) também cita, nesse caso, os assassinatos de Columbine e os outros crimes similares que começaram a ocorrer depois do referido fato.

Mesmo não havendo confirmação da efetividade da mensagem persuasiva, a mídia se utiliza dela, alterando ou acionando o fator cognitivo e desencadeando ou modelando o comportamento ostensivo.

O poder da mídia coloca em movimento os mecanismos de projeção e de identificação, atuando diretamente sobre o imaginário. O que existe de mais

pernicioso nesse caso, é que as estratégias são usadas com o objetivo de criar um real no qual fatos são excluídos, ao passo que outros viram acontecimentos.

Parece que o episódio do assassinato dos pais, planejado por uma menina rica, bonita, aparentemente sem problemas, isto é, a falta de explicações racionais para tamanho horror, deflagrou um medo inconsciente em vários pais, diante de sua experiência diária com uma geração considerada problemática, sem limites e, muitas vezes, violenta. A esses ingredientes somaram-se outros episódios de assassinatos de familiares por jovens drogaditos, acrescentando mais um componente essencial para a paranóia coletiva: nossa velha inimiga, personagem perigosíssimo, “A droga”. Mais uma vez, a “grande vilã” serviu como desculpa para tudo, inclusive e, principalmente, para os atos ensandecidos de pais e filhos. Estava tudo pronto para a série de acontecimentos “espetaculares” que passaram a se suceder.

As tristes histórias entre pais e filho das quais tratamos não parecem ser episódios isolados. Parece que a imprensa se apropria de tudo o que pode ser identificado com a manchete inicial, através de um tratamento “espetacular”, para estender ao máximo o interesse do assunto que virou notícia. Nesse caso o objetivo é vender jornais, revistas e o horário televisivo do telejornal que dá maior ibope.

No entanto, parece que essa “montagem branca” só é possível, graças a alguns personagens — que não parecem ser apropriados aleatoriamente —, que tem o potencial de além de invadir o imaginário, fazer irromper um certo tipo de gozo no social.

Mas, na verdade, tratar-se-ia de um encontro entre sedutor e seduzido, na medida em que “sedução é a vontade de ser invadido<sup>10</sup>”. Ela só é possível a partir do momento em que sedutor e seduzido procuram a fantasia mais escondida de cada um, que se torna atual ao entrar em contato com o que se acreditava não estar disponível por ação do recalque.

---

<sup>9</sup> Montagem branca é o termo utilizado por Spacenkopf (2003), para mostrar que, no telejornalismo, “além das competências profissionais e das exigências inerentes às tarefas, funcionam mecanismos que facilitam não só o informar como o vender. Os dispositivos que compõem a montagem branca são usados como estratégias de forma consciente e automatizada, visando a atingir objetivos. Dentre estes objetivos, destaca-se a tentativa de colocar no ar um espetáculo telejornal que venda.”

<sup>10</sup> Sibony *apud* Spacenkopf, 2003.

Nesse ponto, para apresentar um bom exemplo da montagem branca, e dos personagens prediletos de “sedutores e seduzidos”, voltemos mais uma vez ao documentário de Michael Moore:

*“Michael Moore — Na verdade, os jornais, telejornais e as revistas não estão inventando nada, estão? Mas escolhem. Se você assistir a um noticiário, o que vai ver? Negros perigosos.*

*Arthur Bush (Promotor público) — Um negro anônimo acusado de um crime qualquer. Histórias de negros fazendo coisas erradas. O suspeito é um negro. É a desculpa para todo o tipo de coisa. A mulher que afogou os filhos no carro, dentro de um lago, nos Estados Unidos, disse que um negro os seqüestrou. Todos acreditaram. Os brancos americanos têm medo dos negros. A comunidade negra se tornou a diversão para o resto.”*

Negros toxicômanos, drogas... Qual é o mecanismo e o critério de escolha social para esses inimigos públicos? Qual seria o mecanismo ideológico envolvido na “montagem branca”?

Slavov Zizek (1992) considera existirem duas maneiras, dois métodos complementares de se fazer crítica ideológica. O primeiro seria discursivo, ou seja, uma leitura baseada no sintoma do texto ideológico, que demonstraria como um dado campo ideológico é o resultado de uma montagem de “significantes flutuantes” heterogêneos e de sua totalização através da intervenção de “pontos de basta”. Isto é, uma mensagem codificada de um signo, uma representação deturpada do antagonismo social e, por meio do trabalho de deslocamento e condensação, poderíamos chegar à determinação de seu sentido.

O segundo visaria extrair o núcleo do gozo e articular o modo como, além do campo da significação, mas simultaneamente, no interior desse campo, uma ideologia implicaria, manipularia e produziria um gozo pré-ideológico estruturado na fantasia. Para ilustrar essa necessidade de complementar a análise do discurso com a lógica do gozo, o autor irá utilizar o exemplo do que ele diz ser “a mais pura encarnação da ideologia como tal: o anti-semitismo” (Id., *ibid*: 122), partindo da afirmação de que “a sociedade não existe” e de que o judeu seria o sintoma dessa inexistência.

Em termos de análise discursiva, a compreensão da maneira como a rede de sobredeterminação simbólica reveste a figura do judeu é simples. Isso tudo acontece pelos mecanismos de deslocamento e condensação. Desloca-se o

antagonismo social para um antagonismo entre o tecido social sadio e o judeu, força de corrupção. Esse deslocamento é possível graças à associação que é feita entre os judeus e as questões financeiras. Mas, acrescenta Zizek, a lógica do deslocamento metafórico-metonímico não é suficiente para explicar como a figura do judeu penetra em nosso desejo com sua força fascinante. Temos que tentar também entender como “o judeu” entra no contexto da fantasia que estrutura nosso gozo. A fantasia seria então um roteiro que cobriria o espaço vazio de uma impossibilidade fundamental, um tipo de anteparo a mascarar um vazio. A sociedade seria sempre atravessada por uma clivagem antagônica que não pode ser integrada na ordem simbólica. Portanto, o que está em jogo na fantasia ideológico-social é a construção de uma visão que afirme que a sociedade existe, uma sociedade que não seja antagonicamente dividida, uma sociedade em que a relação entre suas diferentes partes seja orgânica e complementar. O exemplo mais fiel desse mecanismo é a visão corporativista da sociedade como um todo orgânico. A sociedade como corpo constituído seria a fantasia ideológica fundamental.

Nesse caso, como reconhecer a distância existente entre a visão do corporativismo e a sociedade real, que se divide em suas lutas antagônicas? A resposta a isso é, obviamente, o judeu, como elemento externo, corpo estranho que traz a corrupção para o tecido social. O judeu seria o fetiche que, ao mesmo tempo, desmente e encarna a impossibilidade estrutural da sociedade. É como se na figura do judeu, essa impossibilidade adquirisse uma existência positiva e palpável, e isso marcaria a irrupção do gozo no social.

Toda a ideologia fascista se estruturaria como uma luta contra o elemento que está no lugar da impossibilidade inerente ao próprio projeto totalitário, e, nesse caso, é o judeu que faz apenas encarnar como fetiche essa barreira fundamental.

O método básico da crítica da ideologia seria identificar num dado edifício ideológico o elemento que representa sua própria impossibilidade. Certamente, que não são os judeus que impedem a sociedade de realizar sua identidade plena, mas a própria natureza antagônica da sociedade, sua barreira imanente. E assim, ela projeta essa negação na figura do judeu. Melhor dizendo, o que é excluído do simbólico – da ordem corporativista sócio-simbólica – retorna no Real como obra do judeu.

Os judeus são o lugar onde o antagonismo social assume uma forma positiva, o lugar que evidencia a não funcionalidade da sociedade, denunciando o caráter falho do mecanismo social. O exame da estrutura da fantasia corporativista mostra que o judeu ocupa nela o lugar de intruso, um intruso que traz de fora a desordem, a decomposição e corrupção do edifício social. Ele aparece como causa positiva externa que permitiria o restabelecimento da ordem, da estabilidade e da identidade. “Podemos agora ver como a “travessia” da fantasia é correlativa à identificação com o sintoma. Os judeus, evidentemente, são um *sintoma social*.” (Id., *ibid*: 125).

Toxicômanos, drogas, negros, judeus...

Assim como Zizek considera os judeus como sintoma social, Melman (1992) também fala, especificamente, da toxicomania de sintoma social.

“Não basta que um grande número de indivíduos em uma comunidade seja atingido por algo, para que isso se transforme em um sintoma social. É claro que pode haver um certo percentual de fóbicos em uma população dada, sem que, no entanto isso faça da fobia um sintoma social, mas pode-se falar em sintoma social a partir do momento em que a toxicomania é, de certo modo inscrita, mesmo que nas entrelinhas, de forma não explícita, não articulada como tal, no discurso que é o discurso dominante de uma sociedade em uma dada época.” (MELMAN, Id., *ibid*: 66).

No caso, ele fala da toxicomania como um fenômeno de massa. De acordo com o autor, vem ocorrendo uma evolução nos costumes que evidencia nossa recusa social em pagar o tributo inerente ao gozo. A toxicomania assinalaria uma mutação cultural na medida em que, pela primeira vez no mundo judaico-cristão, veríamos contestado, em grande escala, o lugar tradicional que fazia do gozo sexual o referente obrigatório e de subordinação dos outros gozos. Esta subversão valeria pelo menos para a camada mais jovem da população, que estaria denunciando o fenômeno que presenciamos.

Em nossa cultura, a relação com o gozo é marcada “normalmente” pelo sacrifício permanente desta subtração de gozo, fixado na teoria psicanalítica sob o registro da castração (MELMAN, 1992: 102).

Melman utiliza a formulação lacaniana do gozo feminino, ou seja, do “gozo Outro”, ou do “gozo do corpo” (LACAN, 1985), para pensar sobre o que está em jogo na toxicomania.

Esta imagem do toxicômano liberado das limitações impostas pelo gozo fálico “arrasta sempre um pequeno efeito de fascinação; de reprovação, mas também de fascinação” (Id., *ibid*: 91).

Melman propõe o reconhecimento da existência social desse gozo Outro. Ele é patente em nossa cultura. Não podemos negar que tal acesso ao gozo – sustentado por um consumo aditivo e pela dependência em relação ao objeto – parece representar o ideal de uma sociedade industrial.

Assim, o que chamamos de “a sociedade de consumo” repousaria sobre um ideal, mas ignorando, ou pelo menos excluindo, aquele que parece realizar radicalmente esse ideal, ou seja, o toxicômano. Estaríamos, diante de um discurso que funciona entre nós, mas um discurso do qual não conseguimos dizer nada, nem escutar.

A dinâmica da construção ideológica apresentada aqui não parece ser estranha à mídia. Pelo contrário, a segunda faz parte da primeira, lhe auxilia. E a violência, seu produto predileto, não é menos violento do que o desrespeito à cidadania, o racismo e o preconceito disfarçados ou declarados (SPACENKOPF, 2003).

O fato da imagem dos toxicômanos e agora até mesmo a dos consumidores de drogas ter sido moldada, através desse mecanismo, como seres perigosos, “que trazem de fora a desordem, a decomposição e corrupção do edifício social”, traz implicações muito graves para o trabalho clínico. Como tratar de seres que tememos, odiamos e/ou desprezamos? Como será que um consumidor de drogas, que é hoje “culpado” pela violência, porque financia o tráfico, e os toxicômanos, dentro desse lógica, serão recebidos num hospital por médicos, enfermeiros e outros profissionais, quando precisarem de cuidados? Como a família, os vizinhos e a comunidade em geral os enxergará?

Desconfiamos deles, não queremos ajudá-los, odiamos-los porque eles podem nos fazer mal!

Mas, para aqueles que não conseguem se defrontar com os aspectos mais profundos que envolvem o problema, ainda resta uma alternativa: culpar a droga, responsabilizá-la pela maldade desencadeada por seu consumo e pela dependência que ela provoca.

Nesse contexto, será que não podemos trocar o final da elaboração de Zizek, sem correr o risco de desfigurar seu desenvolvimento teórico, se substituirmos seu

enunciado “os judeus são um sintoma social” por “as drogas são um sintoma social”, e acrescentar à fala de Melman, — baseado no que Zizek diz sobre o objeto ou personagem que ocupam o lugar de um intruso na ordem social, e que trazem de fora a desordem, a decomposição e corrupção do edifício social, transformando-se, assim, em causa positiva externa que permitiria o restabelecimento da ordem, da estabilidade e da identidade —, que, para além da toxicomania, as drogas (ilícitas) também podem ser compreendidas como sintoma social. Isso porque elas também parecem estar inscritas, não exatamente nas entrelinhas, mas, nesse caso, nas linhas e letras garrafais das manchetes de jornais e chamadas de telejornais, como esta:

“Famílias destruídas: As drogas provocam desespero e violência dentro de casa” (REVISTA ÉPOCA, 2003).

“A droga”, como o judeu, no contexto da elaboração de Zizek, é também o elemento intruso, maligno, que serve como desculpa para todos os problemas psíquicos, depressões, surtos de violência, loucura que vemos acontecer, com cada vez mais frequência, por sujeitos que, muitas vezes não conseguem, justamente, se adequar totalmente ao funcionamento espetacular, a essa dinâmica da mercadoria, da consumo, da aparência, que está no núcleo da própria sociedade do espetáculo.

Bergeret (1990) destaca todo o tempo essa questão, como já colocado anteriormente: culpar a droga é uma tentativa de nos persuadir de que somos ameaçados somente por produtos exteriores maus, que pessoas malvadas vem oferecer a nossas crianças, que por sua vez também se tornam más. A conclusão dessa fórmula diabólica seria a de que tudo iria bem entre nós e nossos filhos se as drogas não existissem, ou saíssem de circulação.

Vários folhetos, filmes, obras, iluminadas pelos *spots* televisivos, participam do “rumor-droga”, que desloca e mascara as dificuldades individuais e coletivas, em seus aspectos mais autenticamente dramáticos. Os especialistas da toxicomania são aqueles que estão mais expostos e da maneira mais perniciosamente, aos efeitos verdadeiramente tóxicos do rumor droga. Isso sem que eles desconfiem disso a princípio e, ao mesmo tempo, sem que lhes seja possível recuar em seguida, quando seu amor-próprio já está investido pelos efeitos secundários tão sedutores e tranquilizadores do rumor-droga (Id., *ibid*).

Aqueles que se aproximam dos meios e das instituições que tem como objetivo “a luta” contra a toxicomania são tentados a participar do rumor-droga, de uma maneira mais ou menos ativa. Alguns conscientizam-se rapidamente do perigo de tal posição, sem renunciar por isso ao seu trabalho. No entanto, alguns especialistas aceitam sem restrições o papel que Bergeret (Id., *ibid*) denomina como *pompier incendiaire* (bombeiro incendiário).

Assim, uma das tarefas mais importantes a ser empreendida, se quisermos realmente modificar o estado de coisas que nós e outros autores criticamos aqui, é a de se empreender com urgência, no Brasil, uma reflexão rigorosa sobre “a questão dos textos e discursos que justificam as políticas de drogas e onde se estabelece o encontro entre política e especialidade, e onde, correlativamente, se regulamenta o que podem e devem, respectivamente, os poderes públicos e os especialistas<sup>11</sup>” (STANGERS & RALET, 1991).

Se o discurso do especialista não pode reivindicar, a priori, a identidade estática de uma posição neutra, concedendo autoridade quanto aos fatos e à gama de opções, ele é, em contrapartida, revelador de um campo de ação, de níveis de liberdade e do tipo de poder que lhe é conferido. O discurso do especialista não informa somente sobre a política, mas traduz e revela o tipo de papel que a política delega à “especialidade”.

No Brasil, há uma tendência a se misturar muito o aspecto espetacular das drogas e da toxicomania e com a “opinião” de especialistas. O resultado dessa ficção misturada com informações sobre o comportamento, os sentimentos e o destino do personagem “o toxicômano” é que hoje em dia, todo mundo acredita que sabe tudo sobre o assunto. Todos sabem “a verdade” sobre toxicômanos e sobre os tratamentos que lhes devem ser dados.

As dificuldades aumentam bastante com essa sabedoria generalizada. Somos todos especialistas, sabemos sobre o tratamento que dá certo (obviamente, o que foi sugerido pela mídia, seja por acaso ou para dirigir o consumo de tratamentos, intencionalmente, para um determinado nicho do mercado), enfim, sabemos de tudo.

Em contrapartida, o que essa lógica dominante deixa escapar, no meio de tanta informação e saber, é que não existe o toxicômano, mas sim toxicômanos,

---

<sup>11</sup> Tradução minha.

não existe “a toxicomania”, existem toxicomanias, não existe “a droga”, e sim drogas, não existe “o tratamento”, mas tratamentos que servem muito bem para alguns e não para outros, tratamentos que funcionam para uns e não para outros. Não podemos nos esquecer que, antes de tudo, os toxicômanos são sujeitos com suas singularidades e diferenças.

Por todos esses equívocos, a popularização e a apropriação pseudoficcional de aspectos comportamentais, afetivos, técnicos e teóricos sobre a drogadição são extremamente nocivos para a prevenção e para a clínica da drogadição.

A imprensa, o rádio, a televisão se mostram repletos de informações sobre as drogas, com o objetivo de atrair a atenção do público. Nada de mais nisso, já que essa é a principal vocação da mídia. Entretanto, deveríamos ter o direito de esperar da mídia um certo rigor quanto à exposição dos fatos que são apresentados. Deveríamos ter o direito assegurado a respeito de seu cuidado em verificar as diversas versões dos fatos mencionados por diferentes testemunhas e de que os diversos comentários propostos por diferentes especialistas tenham sido levados em conta.

O que Huxley (1983) disse na década de 60, sobre a relação entre a mídia televisiva e o consumo de drogas, serve bem para a situação que se apresenta aqui e para alguns outros casos de “especialização” da opinião pública sobre drogas ilícitas e toxicomanias.

Como você diz em sua carta, ainda sabemos muito pouco sobre os psicodélicos e, até que saibamos bastante mais, acho que o assunto devia ser discutido, e as investigações descritas, na relativa privacidade das publicações eruditas, na obscuridade decente de livros e artigos moderadamente intelectualizados. O que quer que se diga no ar, está destinado a ser mal compreendido; pois as pessoas tiram do discurso impresso ou ouvido aquilo que estão predispostas a ouvir e ler, não o que está lá. O que a TV pode fazer é aumentar em milhares o número de pessoas que compreendem mal – e ao mesmo tempo ampliar a extensão dos mal-entendidos por não fornecer um texto objetivo que os voluntariamente ignorantes possam ser obrigados a consultar “(Id., *ibid*: 141). Embora a utilização da fala de Huxley, nesse contexto, possa parecer uma posição elitista, como se apenas na academia se pudesse tratar do assunto, depois de tudo o que já foi visto, parece que, novelas de TV, revistas e telejornais com flashes de opiniões de especialistas misturadas com muito sensacionalismo, não

seram os locais mais indicados para esse tipo de discussão, quando ela é transmitida no registro da lógica do espetáculo.

### 3.2

#### **OS JOVENS CONSUMIDORES DE DROGAS NO MEIO DO “TIROTEIO ESPETACULAR”**

No início de 2003, quando aconteceram as ações mais ousadas dos traficantes do varejo de drogas no Rio de Janeiro, e foram cobradas providências das autoridades, surgiu um slogan, que acabou virando campanha televisiva de prevenção: “quem usa drogas financia a violência”. Naquele momento, o secretário de Segurança Pública lançou de volta à população a responsabilidade e as medidas a serem tomadas:

“O secretário de segurança Pública Anthony Garotinho, disse ontem que é necessário que as famílias controlem mais os filhos para que o consumo de drogas diminua. Ele fez um apelo aos pais para que eles sejam tão rigorosos com os jovens quanto são com o Estado, ao exigir o combate ao tráfico. Garotinho citou uma pesquisa que diz que 7% dos dez milhões de habitantes da Região Metropolitana, o que equivale à cerca de 700 mil pessoas, usam algum tipo de droga. Grande parte dos usuários tem entre 18 e 25 anos. Garotinho afirmou que, se o consumo de drogas cair, o poder do tráfico diminuirá” (BRAGA, 2003).

Parece que a política brasileira de drogas dá um passo à frente e dois para trás, ou melhor, finge dar um passo, mas na verdade continua paralisada ou, o que é pior, anda para trás. Em 2003 o secretário de segurança e alguns outros representantes do poder público, dizem que a repressão é a solução. Mas, em 2001, em uma matéria mencionada anteriormente, publicada pelo jornal O Globo em 27 de janeiro (CERQUEIRA, 2001), o então ministro da justiça afirma que, o investimento na prevenção passaria a ser uma prioridade.

Contudo, uma frase no término dessa entrevista ele já revela o que estava por vir, ou seja, muito mais repressão e muito menos prevenção: “O Brasil está definitivamente alistado no combate às drogas”. Como também comentado anteriormente, a última frase do Ministro coloca uma questão que nos parece pertinente: para quem são destinados, respectivamente, a prevenção e o combate?

Será possível adotar uma legítima direção preventiva quando ela é animada pelo espírito da “batalha”<sup>12</sup>?

A partir dos acontecimentos e comentários de alguns representantes do poder público, emitidas durante o episódio narrado, parece que, pelo menos no Rio de Janeiro, já podemos responder à primeira pergunta: combate para todos, guerra ampla geral e irrestrita não só contra os traficantes do varejo, mas também contra toxicômanos e usuários. Prevenção? Para ninguém!

À segunda pergunta também já está claramente respondida a partir da primeira: não! De 2001 até 2003, a repressão aos usuários só vêm aumentando. Ou seja, o processo decisório da Política de drogas brasileira é muito confuso, e “o que se fala, não se escreve”, ou não se deveria.

Assim, em uma matéria do Jornal O Globo de 18 de abril (GRIPP, 2004), a manchete surpreende: “No encaço do usuário: Estatística mostra que polícia tem mais registros por porte de drogas do que por tráfico”.

A partir de um levantamento realizado com base nas estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança (Id., *ibid*), conclui-se que, no Rio de Janeiro, a repressão ao consumo de drogas ocupa boa parte do tempo da polícia. A análise dos boletins de ocorrência referentes ao período de janeiro a outubro de 2003 demonstra que das 20.502 pessoas detidas no estado, 5.559 levavam ou usavam drogas. As análises revelam ainda que de 1999 até outubro de 2003 foram detidos mais consumidores do que traficantes no Estado.

**NUMERO DE DETIDOS POR PORTE DE DROGAS E LIGAÇÕES COM O TRÁFICO NO PERÍODO 1999-2002**

MOTIVO	1999	2000	2001	2002
PORTE OU USO DE DROGAS	3.463	2.575	4.741	4.862
LIGAÇÃO COM O TRÁFICO	2.906	1.963	3.481	3.447

No mesmo período, de 1999 até outubro de 2003, foram feitos 20.035 registros de ocorrência por porte ou uso de drogas, contra 14.844 por tráfico (26% a menos).

<sup>12</sup> Repudiamos qualquer termo ligado a guerra, combate, luta “anti- drogas”, na medida em que eles transmitem a idéia de que o objetivo dos esforços no campo das drogas seria exterminar as substâncias e não prevenir o abuso de drogas e tratar a drogadição. A repressão ao tráfico é, obviamente, necessária, sendo uma tarefa de responsabilidade da polícia e do poder judiciário. No entanto, o slogan não subentende o sentido de combate ao tráfico “e acaba por pressupor uma atitude que também vai contra os usuários de drogas e toxicômanos.” Para isso, ver MOURÃO, 2003.

Após alguns meses passados, de ações audaciosas do tráfico no Rio de Janeiro<sup>13</sup>, os usuários de drogas, “culpados pela violência do tráfico”, foram esquecidos temporariamente. Seu lugar de destaque foi substituído por outros crimes sem relação com drogas e pelas pancadarias de “pitboys”, que também não puderam ser relacionados ao consumo de drogas ilícitas.

No entanto, o fechamento da Avenida Niemeyer, em abril de 2004 (O GLOBO, 19 de abril de 2004), por um “bonde” de traficantes, que tinha como objetivo tomar a chefia do tráfico na Rocinha culminou na morte de três pessoas e numa grande ameaça para os moradores da Rocinha e de São Conrado/Barra. Rapidamente, diante da revolta da população e das novas cobranças feitas às autoridades competentes, os usuários de droga voltaram à luz, obviamente, como “bode expiatório”, como podemos observar nesta matéria do jornal O Globo: “Violência leva usuários de drogas para a berlinda”

**“Para alguns especialistas, dependentes financiam o tráfico; para outros, são doentes e precisam ser tratados”**

“Do alto de suas doloridas 12 horas sem cocaína, X, um jovem magro de olhar sem esperança, diz que a contradição marca a tese de responsabilidade do drogado, cada vez mais defendida pelo poder público. No Rio, o discurso foi incorporado pela Secretaria de Segurança Pública, ao analisar a guerra do tráfico na Rocinha. ‘— De certa forma sou culpado porque vou comprar e ninguém me obriga a subir na boca — contou X., que nasceu numa família de classe média, mas hoje vive na rua. — Mas, não consigo me controlar. É uma vontade 300 vezes pior do que você pode imaginar”. (O GLOBO, 15 de abril de 2004).

A capa da revista Isto é de abril de 2004, também trata da intensa polêmica reaberta, com a manchete: “Narcotráfico: O usuário no meio do tiroteio”.

Enfim, o que tudo isso (utilização espetacular da questão drogas e drogados pela mídia, ideologia, rumor-droga, culpabilização do usuário), tem a ver com prevenção do abuso de drogas entre adolescentes? Parece que tudo.

O efeito desse estigma sobre os consumidores de drogas e toxicômanos é extremamente prejudicial não só para o tratamento e para a reinserção social de

---

<sup>13</sup> Quando os traficantes, por duas vezes, num curto espaço de tempo, paralisaram a cidade do Rio de Janeiro, ameaçando os comerciantes e a população em geral.

toxicômanos, como também para a prevenção primária, principalmente com adolescentes.

A idéia de que quem usa drogas está financiando o tráfico e, portanto, a violência virou o slogan de uma campanha televisiva de prevenção. De fato, quem sustenta o tráfico são as pessoas que, como em qualquer outra relação comercial, compram seus produtos. Mas essa lógica não esgota a questão. Pretender que os consumidores de drogas parem de se drogar, para resolver um problema muito mais profundo e antigo, que as autoridades e a sociedade não conseguiram resolver até hoje, implica, na verdade, na utilização dessa população como bode expiatório para encobrir falhas graves e indisfarçáveis do sistema social.

A experimentação faz parte da “aventura adolescente” e, muitos deles, vão querer experimentar drogas. Alguns se tornarão drogaditos, outros não. E parece que não vai ser nenhum slogan que ainda se utiliza a “pedagogia do terror” que vai impedir os que estão dispostos a experimentar, de realizar esse desejo, pelo contrário.

Nossa aposta aqui é de que existem programas de prevenção mais eficazes do que a pedagogia do terror, que já se mostrou ineficaz, para que os jovens não experimentem drogas. No entanto, se for o caso, também existem modelos mais criativos e eficazes para tentar prevenir o estabelecimento de uma relação patológica com as drogas entre aqueles que já experimentaram ou usam regularmente.

Como é que um jovem que pensa em experimentar ou que já usa drogas poderá se sentir confiante em discutir o assunto com adultos ou pedir o apoio deles com relação aos seus padrões de consumo ou sobre a necessidade de tratamento, se ele sabe que o olhar adulto sobre a questão é extremamente hostil e estigmatizante?

A postura repressiva só prejudica a demanda adolescente nesse sentido, e ela existe. Nesse contexto, a revigoração do discurso repressor e culpabilizante deixam os jovens mais vulneráveis ainda a experiências malsucedidas com drogas.

Ao mesmo tempo, os adolescentes têm uma habilidade muito grande para descobrir as falhas e ambigüidades do discurso social dominante. Essa tarefa faz parte do processo de crescimento, da necessidade de se separar dos pais e de adquirir uma identidade própria.

A sociedade atual funcionando na lógica binária do sim ou do não, tentando classificar cada caso em particular, acaba interpretando cada um deles de maneira a forçar sua entrada nessa lógica (RASSIAL, 1999).

A especificidade do adolescente é, justamente, não estar nem em um lugar dessa lógica binária, nem em outro. Ele não é nem uma coisa nem outra, não é completamente criança, nem completamente adulto.

O duplo aspecto da adolescência, de ser simultaneamente limite e período, determina a configuração da crise formal da adolescência, do limite entre dois estatutos. Um que rege a criança que brinca e aprende, outro o adulto que trabalha e participa da reprodução da espécie. Por esse motivo, a adolescência é um período de indecisão subjetiva e de incerteza social, durante o qual tanto a família quanto as instituições exigem, segundo as circunstâncias, que o sujeito se reconheça como criança ou como adulto. Submetido a uma ordem social que o situa, enquanto criança numa certa rigidez, enquanto adulto numa outra rigidez, sem seu próprio estatuto, esta ordem social deixa o sujeito à deriva de um desejo sem referência, confrontado com imperativos sociais que perderam sua face consoladora, restando somente a face repressiva.

A ausência de posição do adolescente na organização social pode chegar a denunciar uma ausência de fundamentos das regras da vida social, onde uma confrontação com a lei pode se fazer acompanhar de um desmoronamento da significação, de uma fragilização simbólica. A anarquia, nesse contexto, exerce, muitas vezes, uma grande sedução para o jovem, pela via da utopia de uma sociedade sem outra lei que não a “natural”, cuja fórmula contemporânea é bem representada, por um lado, pelo discurso ecológico, por outro, pela violência real contra os representantes atuais da lei.

Assim, parece que, os que pretendem utilizar a idéia da culpabilização do usuário como slogan de campanhas de prevenção deveriam refletir mais sobre a possibilidade de não alcançarem seus objetivos dessa maneira, ou, o que é pior, obterem até o efeito contrário. A estigmatização, a repressão, a criminalização de usuários de drogas e toxicômanos só traz, sem sombra de dúvidas, mais violência e danos, para além dos que as drogas já podem causar, especialmente para as crianças e jovens.

## **4 ADOLESCÊNCIA, PREVENÇÃO, PROGRAMAS CULTURAIS COMUNITÁRIOS E PSICANÁLISE**

### **4.1 PROGRAMAS CULTURAIS COMUNITÁRIOS**

#### **4.1.1 Pesquisa de campo: metodologia**

A fim de alcançar os objetivos propostos, utilizamos o método da Observação participante de campo.

A observação participante de campo é uma técnica de pesquisa que pressupõe a não neutralidade do pesquisador em relação ao objeto de estudo. O pesquisador busca, através dessa influência, integrar-se ao grupo pesquisado com o objetivo de obter mais informações sobre os fenômenos, por estar vivenciando, junto com os sujeitos pesquisados, as situações do cotidiano de determinado grupo (RIZZINI, 1999).

Na observação participante de campo, o pesquisador observa e participa do contexto sociocultural de um grupo ou comunidade. O simples fato de andar pela comunidade já proporciona dados que não seriam obtidos de outra forma. Além disso, através dessa técnica torna-se possível comparar os dados observados com os coletados durante as entrevistas.

Realizamos entrevistas abertas, individuais com os coordenadores e funcionários dos programas; e grupos focais com os adolescentes usuários dos mesmos. As entrevistas foram gravadas com o consentimento prévio dos participantes.

A escolha da técnica de Grupo Focal nas entrevistas com os adolescentes se deu em função desse instrumento de pesquisa ser um método adequado para a obtenção de dados sobre opiniões, atitudes e valores relacionados ao tema específico, na medida em que os jovens podem falar livremente. O papel do

facilitador é garantir que a discussão se mantenha em torno do assunto original e também evitar que alguns membros dominem a discussão.

Os adolescentes entrevistados tinham entre 14 e 18 anos. Os coordenadores dividiam-se em dois grupos: coordenadores gerais, coordenadores (jovens adultos, ex-usuários dos programas oferecidos pelas ONGs incluídas no presente estudo, que se tornaram professores), e profissionais que faziam parte do quadro de funcionários.

#### 4.1.2

##### Descrição do campo

Os programas culturais comunitários para crianças e adolescentes, em geral, funcionam dentro das comunidades<sup>1</sup> nas quais buscam intervir, embora nos programas estudados por nós apenas o Grupo Cultural Afro-reggae e o Centro Cultural Jongo da Serrinha tenham suas sedes dentro das comunidades.

A companhia Étnica de Dança está localizada nas imediações da Comunidade de Acari, porém não em seu interior. Mas, a maioria dos alunos da Companhia é da comunidade de Acari, e o programa é voltado diretamente para essa população.

A Escola de Teatro *Spetaculum* funciona num galpão do cais do porto e recebe jovens de várias comunidades.

A Escola de circo da Fundação Progresso funciona no próprio espaço da Fundação, no bairro da Lapa.

A localização de alguns dos programas dentro das favelas faz com que eles sofram, numa certa medida, as conseqüências da rotina do tráfico. Embora todos os coordenadores gerais afirmem que os traficantes não são contra o trabalho, pelo contrário, as atividades acabam sendo afetadas pelas brigas entre as quadrilhas e pelos confrontos com a polícia.

*“Agora, há pouco tempo, teve um assistente social trabalhando com a gente que não conseguiu ficar um mês em Vigário geral: tiroteio, saque, guerra, tem que estar preparado...”* (José Júnior, Afro-reggae).

---

<sup>1</sup> Os moradores das favelas referem-se a elas pelo termo “comunidade”.

Por esse motivo, alguns programas preferem localizar-se fora da comunidade, embora próximos, como no caso da Companhia Étnica de Dança e do Espaço de Construção da Cultura.

*“A gente tá numa Suíça, a gente tá fora da comunidade, não está exposto a várias coisas que iriam interferir diretamente no nosso trabalho. A casa foi aberta para a comunidade de Santa Tereza. Então o que acontece: na casa tem esses meninos de vários morros, que são de facções diferentes e que é assim, “Eu moro aqui, você mora lá, estudamos na mesma escola, mas eu não posso ir na sua casa porque esse morro é de um comando e o morro que eu moro de outro”. Então nós temos gente de todos os morros. E o que foi acontecendo é que, além da gente estar aberto a todas as comunidades, também estamos abertos a todas as classes sociais e idades. Por exemplo, temos aulas de dança de salão em que a senhora de classe média dança com o menino da comunidade”. (José Miguel, coordenador geral do Espaço de Construção da Cultura).*

Como vemos, no caso do Espaço de Construção da Cultura, eles também tem tido a oportunidade de aproximar extremos opostos pela “cidade partida”<sup>2</sup>. Ao situar-se numa área nobre de Santa Tereza, embora cercada por favelas, o programa tem o privilégio de poder proporcionar a convivência entre classes sociais distintas e separadas pela violência e pelo medo. Essa mistura tem sido muito bem aceita pelos adolescentes. Tanto os jovens de classe média como os de classe baixa consideram que a convivência entre eles é uma experiência extremamente positiva para suas vidas:

*“A casa tem muito essa proposta de desenvolver nossa capacidade de se relacionar socialmente com as pessoas. Aqui não tem nenhuma confusão, a gente se dá bem, porque nós estamos aprendendo aqui que não tem esse negócio de você ter mais dinheiro que o outro, ele ser negro ou branco. Não tem esse preconceito”.(T., 14 anos).*

*“Eu acho legal o trabalho, porque acaba que uma pessoa que mora no morro não se relaciona muito bem com a outra que mora fora do morro, que é de classe média e aqui, as pessoas se misturam, não tem o preconceito de que quem mora no morro é pobre e não tem nada a oferecer. Não é assim sabe, eu acho que todo mundo tem uma coisa legal e eu acho assim, que o projeto tira muito o preconceito das pessoas”. (D., 14 anos).*

*“Quem mora no morro pode até ajudar uma pessoa de classe média”. (L., 17 anos).*

*“É, é que nem a gente falar assim, “subjugar” uma pessoa: “Ah, ele é playboy”. Mas não é nada disso, quando a gente chega aqui e*

<sup>2</sup> Termo cunhado por Zuenir Ventura, para definir a situação conflituosa, de grande desigualdade socioeconômica, que vivemos na cidade do Rio de Janeiro (VENTURA, 1994).

*conversa, aí você vê: “Poxa, ele é maneiro, legal pra caramba.” (S., 17 anos).*

(Trecho da entrevista de grupo focal com adolescentes das comunidades e adolescentes de classe média moradores de Santa Tereza, realizada no Espaço de Construção da cultura).

O contato mais próximo com adolescentes cariocas de diferentes camadas sociais nos fez perceber que essa nova geração parece realmente disposta a fazer um movimento no sentido de juntar a cidade partida. A situação de insegurança em que esses jovens vivem atualmente, o receio dos pais por sua integridade física ao transitarem por determinados locais da cidade, acaba restringindo a liberdade, prejudicando desejo de conhecer e viver as experiências que a cidade multicultural em que vivem pode lhes proporcionar. A tradição cultural que vem das comunidades atrai cada vez mais jovens “do asfalto”, antenados com os elementos da cultura popular da cidade e do país:

*“Eu acho que a cidade hoje está menos partida. Ela está mais violenta, mas menos partida. Alguns grupos como o Afro-reggae fizeram uma ponte, uma ponte de mão única, ou seja, a favela indo pro asfalto. Agora tem que ser de mão dupla, ir e vir. A galera de classe média tem que vir também. Isso tem que ser uma coisa normal. Tem meninos de classe média que vem pra cá escutar Funk, que querem estar perto, curtindo uma coisa diferente. E até alguns politicamente conscientes do Apartheid que a gente vive. Eu acho que tem um movimento muito legal dessa molecada nova que tá vindo, dessa nova geração que tá vindo aí, tanto da favela, quanto do asfalto. Eles estão cada vez mais preocupados com o próximo”.* (José Júnior, Afro-reggae).

O programa tem coordenadores gerais adultos, que geralmente são da própria comunidade ou fundadores do programa que, antes de implementarem os trabalhos já tinham uma convivência estreita com a comunidade, como no caso de José Júnior, que fazia bailes *Funk* em Vigário Geral, embora não fosse morador da comunidade. Outros coordenadores gerais iniciaram seus projetos em função de sua experiência em determinadas áreas, como Lúcia Coelho, da Escola de Circo *Spetaculum*, que é professora de teatro com vasta experiência no trabalho com jovens e que, junto com o cenógrafo Gringo Cardia, tiveram a idéia de criar a escola de teatro. Também Geraldinho, da Fundação Progresso, que sempre trabalhou com circo e vêm, mesmo com todas as dificuldades, conseguindo realizar o sonho de tocar o trabalho em função do desejo de “fazer alguma coisa”

que possa contribuir para a transformação da realidade de crianças e jovens excluídos e sem esperanças de uma vida melhor.

*“Hoje, a sociedade está se dando conta de que algo deve ser feito, mas tá se dando conta disso na porrada. Só que a gente já se deu conta disso há muito tempo. Há dez anos que estamos trabalhando essas sementes. É claro que não é só isso que vai resolver o problema, porque estas são ações muito pequenas, comparadas ao fluxo da droga, do tráfico, da grana, do poder... Mas esse pequeno grão de areia já está valendo a pena e pode ser multiplicado, se o governo e a sociedade civil se conscientizarem da eficiência desses trabalhos e resolverem investir mais nesse sentido”. (Geraldinho)*

Embora todos tenham críticas, quanto aos mais variados aspectos da educação formal, todos os programas tem uma regra básica: para fazer parte deles os alunos devem estar matriculados e cursando regularmente a escola.

*“Tem várias coisas que eles gostam de fazer e a gente diz assim: ó, pra você fazer isso aqui, tem que estar estudando, porque não adianta saber jogar capoeira bem e não saber ler. Vocês gostam de circo, de capoeira, mas como é que um dia você vai dar aula se você não sabe nem ler. Você tem que ampliar seus conhecimentos”. (Duda, 24 anos coordenador do espaço de Construção da cultura).*

Outra característica comum a todos os programas culturais comunitários que pesquisamos é a participação ativa dos adolescentes na gestão do trabalho. Embora eles tenham sempre um coordenador geral adulto, a coordenação é de responsabilidade dos jovens que já foram alunos do programa, que se tornaram professores e atingiram uma posição de liderança no grupo:

*“Os adolescentes são os agentes. A equipe tem uma psicopedagoga que, junto comigo está na coordenação geral, e tem o Rodrigo, um jovem de 18 anos, que estudou com ela, terminou o segundo grau e é hoje coordenador. São os jovens que tocam os núcleos. Eles tomaram a frente, o negócio é deles”. (Dione, Centro Cultural Jongo da Serrinha).*

*“Todos os coordenadores paralelos são ex-alunos. Então, em quatro anos nós já estamos na segunda geração deles. Vários alunos acabam se tornando professores. Os professores transmitem, passam a experiência e deixam um sucessor. A menina da comunidade que foi treinada para a oficina de reciclagem por uma artista plástica entrou aqui quando estava terminando o ensino médio e hoje é professora e está estudando arquitetura”. (Zé Miguel, coordenador geral do Espaço de Construção da Cultura).*

O fato dos jovens serem os próprios gestores e também multiplicadores do trabalho, parece ser muito importante para os bons resultados preventivos entre

essa população, através da identificação positiva que vem dos exemplos de jovens adultos, que já são professores e coordenadores.

A questão da atração e do desejo de transmissão de experiências que os adolescentes afirmam ter sido tão importante para eles, aparece várias vezes nos depoimentos dos jovens:

*“– Você vê os resultados do que você tá tendo na sua vida, os bons resultados, e começa a querer levar isso pra outras pessoas”.*

*– É, para que outras pessoas possam ter a mesma oportunidade que ela teve “.*

(Diálogo de duas adolescentes da Companhia Étnica de Dança)

*“Eu acho assim, os nossos amigos, as pessoas que tão com a gente até então elas não estão interessadas, mas quando elas vêem os resultados do processo todo, elas dizem: — Puxa, que legal, quero fazer isso também”. (Adolescente do Espaço de Construção da Cultura)*

E também do “desejo de transmissão” dos coordenadores:

*“Eu não fui uma menina de rua, mas fui uma pessoa que vivi em colégio interno, quer dizer, eu sempre digo até o dia de hoje que diziam que eu era uma menina revoltada, mas eu dizia que eu vivia num presídio. Quer dizer, na realidade eu ainda tenho essa sensação de que eu vivi num presídio, era um presídio pago, particular, muito bem pago, mas era um presídio de freiras que me obrigavam a ter uma disciplina anormal pra idade que eu tinha, com oito anos de idade. Então, eu também fui carente. Quer dizer, os meninos aqui ficam muito revoltados quando você diz que eles são carentes, né? Porque carentes somos todos nós. Eu também fui carente de pai e mãe, embora tivesse, né? Eles pagavam esse presídio caríssimo pra mim, mas eu queria meu pai e minha mãe. Então eu fui carente e tinha uma revolta tão grande... eu tinha vontade de sair dali e mandar matar aquelas freiras todas. Isso foi uma coisa muito negativa na minha formação. Então quando eu fui ficando mocinha pensei: “pra que que eu vim ao mundo? ”Esses questionamentos que a gente tem... Como eu gostava muito de criança eu achava que eu só queria ser mãe, se eu casar e tiver um monte de filhos tá é ótimo, esse era o meu objetivo de vida. Mas eu tinha que ganhar dinheiro, eu tinha que sobreviver, então eu comecei a me interessar por alguma coisa assim, de artes manuais, de desenho, de pintura, de escultura e aí eu comecei a trabalhar nesse caminho que eu gostava muito, mas não era paixão, entendeu? Até que um dia eu tinha que me preparar pra um determinado trabalho que eram esculturas em bonecos e esses bonecos iam ter vida, contar suas estórias, aí eu fui fazer um curso de teatro de bonecos, isso tem o que... uns 45 anos atrás (risos). Aí eu vi uma cena de uns camaradas que tinham vindo da Argentina e tinham trazido uma técnica incrível, revolucionária de teatro e eu vi uma cena que eu tive uma emoção que eu ainda não tinha experimentado na vida. Naquele momento eu pensei: “Descobri pra que que eu sirvo”. Eu nunca tinha visto teatro, eu nunca tinha visto teatro de bonecos, não tinha tido nunca essa oportunidade, quer dizer foi aquela a primeira oportunidade que valeu pra sempre. Minha vida deu uma guinada naquele momento e até hoje eu faço isso. Assim,*

*voltado pra educação, é você, assim... como eu tive essa oportunidade, que é fantástica, eu gostaria, eu sempre quis dar essa oportunidade pros meus alunos.”.*

Enfim, a partir do trabalho de campo, pode-se perceber que a metodologia das ONGs pesquisadas oferece a possibilidade de construção individual e coletiva de um imaginário positivo, através de atividades ligadas à arte e à cultura popular, e no resgate da tradição cultural, para centenas de crianças e jovens.

Na grande maioria dos casos, não tardam a surgir indícios de aquisição de ganhos individuais, que se expressam na constituição de subjetividades criativas, bem colocadas no socius, com perspectivas positivas quanto à vida em grupo e em sociedade, bem como com relação aos respectivos potenciais internos para uma vida mais plena e satisfatória. Há esperança, há interatividade, há valorização do meio sociocultural de origem. Há nos ambientes desses grupos um notável e incessante pulsar de desejo, de vida, de criatividade e de cuidado de uns com os outros.

Outra questão importante observada por nós, e que está diretamente ligada a esse cuidado do qual falamos, diz respeito à importância do grupo para as individualidades, muitas vezes fragilizadas, pelos mais variados motivos. Quanto a essa questão, nos remetemos ao trabalho de Guimarães (2001) “A rede de sustentação: um modelo winnicottiano de intervenção em saúde coletiva”, que considera a utilização do que ele chama de “rede de sustentação<sup>3</sup>”, também numa perspectiva preventiva, no caso do seu trabalho, com afro-descendentes e indivíduos de baixa renda.

O trabalho de Guimarães sobre a aplicação no coletivo da proposta teórico-clínica de Winnicott na terapia e na prevenção dispensa mais observações sobre o assunto, e por isso, sugerimos ao leitor interessado o próprio texto do autor.

---

<sup>3</sup> A rede de sustentação é compreendida como um modelo de intervenção baseado no pensamento teórico e clínico de Winnicott, que facilita a realimentação e manutenção do campo imaginário compreendido como espaço potencial. A rede de sustentação é compreendida como campo intersubjetivo, porque se processa no espaço intermediário entre as subjetividades do facilitador e do coletivo, como o setting analítico winnicottiano se processa entre as subjetividades de paciente e analista. Para isso, ver GUIMARÃES, 2001.

### 4.1.3

#### **Algumas considerações sobre a experiência e a reflexão surgidas a partir do trabalho de observação participante de campo**

Quando tivemos o primeiro contato com o Centro Cultural Afro-reggae e, posteriormente, com os outros grupos, fomos, pouco a pouco, constatando, a partir da observação e dos depoimentos dos participantes, que o envolvimento de jovens com o abuso de drogas e a toxicomania não eram uma questão importante para eles. Esta também não era uma questão para os adolescentes.

Logo no início da pesquisa de campo, ao explicarmos ao coordenador de um dos programas que nosso objetivo era observar o trabalho deles com relação à prevenção do abuso de drogas entre adolescentes, ele se espantou e disse:

*“Mas nós não temos nada a ver com essa coisa da dependência química! Não damos palestras, não falamos sobre os efeitos das drogas. Mas nós só não lidamos com esse assunto porque não vimos necessidade até hoje”.*

Quando lhe dissemos que a prevenção implica em um trabalho muito mais estruturado do que as “palestras sobre drogas” e mais, que a inexistência dessa necessidade no referido programa talvez estivesse confirmando a hipótese de que ele tem obtido melhores resultados do que essas estratégias mais conhecidas de prevenção, ele concordou:

*“Então nós fazemos prevenção, porque, nos quatro anos de nossa existência nunca tivemos esse tipo de problema com os meninos que cresceram aqui e são hoje adolescentes”.*

Concordamos também que a ausência do consumo de drogas entre os jovens participantes do projeto talvez se devesse ao fato dos adolescentes envolvidos de uma maneira mais séria com drogas, em geral, não terem mais motivação para procurar atividades como as que são oferecidas pela organização. Além disso, eles não possuem nenhum tipo de “abordagem” para esses casos, como acontece no Afro-reggae, onde os próprios jovens tentam atrair os adolescentes envolvidos com as drogas e com o tráfico, para as atividades. No entanto, também tomamos conhecimento, através do coordenador da Escola de Circo da Fundação Progresso, de casos nos quais a chegada ao programa de meninos envolvidos com drogas (no

caso a cola era a droga de consumo mais freqüente) se deu espontaneamente, apesar de alguns deles já terem chegado bastante comprometidos, inclusive fisicamente, pelo consumo de drogas. Como esse grupo trabalha com o ensino de atividades circenses, que exigem um bom condicionamento físico, o processo de inclusão desses meninos torna-se um desafio maior:

*“Já pegamos meninos completamente estragados, que temos que levantar para fazer os movimentos com os braços, com o corpo, para ensinar a dar salto mortal... Mas acaba que essa necessidade da eficiência do corpo derruba o paradigma do cara que tá lá drogado, na “rebordosa”. Ele vê que os outros estão conseguindo, já participam das atividades mais profissionais e ele não. Para ele é um desafio e mesmo um alento trabalhar com o outro, para todos esses processos. Para estruturar a educação, trabalhar as relações sociais, o cuidado com o corpo... A tendência é dele ir diminuindo o uso, porque vai entrando a endorfina, outros elementos, até a endorfina do conhecimento e da informação... Fazer malabares, grafiti, Rap, trabalhar na rádio comunitária, são essas ocupações que fazem o cara encontrar o equilíbrio para lutar.” (Geraldinho).*

Ao refletirmos sobre os resultados desses programas na questão do abuso de drogas entre adolescentes, comparando-os com os efeitos das iniciativas preventivas tradicionais, voltadas diretamente para o uso/abuso de drogas, surgiram as perguntas, já mencionadas acima, que deram início a essa pesquisa: o que acontece ali? O que, nesses trabalhos, faz a diferença com relação às tentativas preventivas tradicionais? O que será que esses programas oferecem de especial que faz com que consigam, sem focar especialmente a questão das drogas, um bom resultado também nesse campo?

Parecem ser vários os fatores que tem influenciado no sucesso dessas iniciativas, tais como o fato do trabalho desenvolvido ter a possibilidade de fazer frente ao fascínio desses meninos pelo tráfico, em função não só do dinheiro, mas do status que os jovens alcançam quando passam a fazer parte dele, a possibilidade de geração de renda em curto prazo, as potencialidades da arte e da cultura para atrair os jovens, a possibilidade de afirmação da masculinidade por outra via que não seja a da violência, e outras mais. No entanto, existem outros benefícios igualmente importantes, do ponto de vista do desenvolvimento psíquico e emocional de crianças e jovens, que parecem estar em jogo nesses trabalhos e que serão desenvolvidos mais adiante.

#### **4.1.4 Uso/abuso de drogas, estratégias de prevenção e programas culturais**

Os programas pesquisados não condicionam a aceitação dos participantes à abstinência de drogas. Mas, nenhum deles permite, obviamente, o consumo de drogas nas dependências da instituição. Essa exigência parece ser respeitada, já que em nenhum deles encontramos referências a casos de transgressões dessa regra básica.

Nesse contexto, podemos supor que o abuso de drogas não se constitui em um foco de interesse particular nesses programas pelo fato de, realmente, não ocorrer uma demanda nesse sentido, por parte dos jovens participantes. Ou seja, se não existe nenhuma ação voltada para essa problemática, podemos supor que o principal motivo seja a falta de problemas relacionados com esse tema específico, conforme podemos constatar de maneira mais clara, na entrevista do coordenador mencionado anteriormente, dos outros coordenadores e dos próprios jovens, sem exceção.

Quanto ao coordenador a que nos referimos acima, ele nos informa que o programa não tem nenhuma ação voltada diretamente para o abuso de drogas, porque não há casos que tornem necessário focar a atenção mais detidamente nessa problemática. Mas, quando ele fala de ações voltadas para essa questão, ele percebe que tem uma idéia equivocada, partilhada por grande parte das pessoas no Brasil, de que fazer prevenção é “dar palestra sobre os efeitos nocivos das drogas e apresentar depoimentos de ex-drogados”. No entanto, essa observação não inclui nenhum julgamento ou crítica com relação a esse profissional. Mesmo que seja falta de conhecimento, isso não o desmerece em nada, já que essa falta de conhecimento é comum a muitos pais, educadores, professores e profissionais da área de saúde (algumas vezes, até mesmo os que trabalham especificamente com a questão), ao Estado e aos próprios jovens. Então, de alguns desses programas podemos dizer que eles “não sabem o que fazem, mas fazem”, e tudo indica que estão fazendo bem. Em contrapartida, alguns outros grupos, escolas e instituições, acham que sabem o que fazem, mas não sabem. Na verdade, em alguns casos é melhor não fazer, do que fazer de qualquer maneira.

A divulgação das informações sobre o trabalho de prevenção para a população em geral é, sem dúvida, de grande utilidade para processo de

conscientização sobre em que consiste, verdadeiramente, um programa de prevenção. Mas, em geral, a população parece ter apenas um conhecimento superficial sobre o tema.

Como resultado dessa falta de conhecimento sobre o assunto é interessante citar a pesquisa realizada por Carlini-Cotrim e Rosemberg (1990), sobre a avaliação de resultados das iniciativas voltadas para a prevenção do abuso de drogas nas escolas, que demonstra o amadorismo das mesmas. A pesquisa constatou que, entre as 79 escolas que responderam ao questionário, 44 % disseram ter promovido alguma atividade preventiva nos últimos dois anos. Mas, somente em 18% destas escolas as atividades tiveram um caráter sistemático. Mesmo assim, o saldo das atividades preventivas realizadas foi considerado positivo, mas sem explicitação dos indicadores que nortearam esta avaliação. Quando perguntados sobre o conteúdo das atividades, os membros da direção das escolas, em sua grande maioria, consideraram atividades genéricas do tipo “palestras sobre os perigos das drogas”, ou “slides esclarecendo o lado científico do problema”, como atividades preventivas efetivas. Os dados colhidos pelas pesquisadoras sugerem que a prevenção ao abuso de drogas nas escolas não passa de tentativas esporádicas, dirigidas diretamente aos alunos, promovidas por instituições não educacionais e com conteúdo incapaz de ser rememorado. As autoras também criticam as intervenções diretas de médicos, religiosos, ex-drogados ou mesmo educadores que não tenham um vínculo sistemático com os alunos (Id., *ibid*).

Considera-se, freqüentemente, que a melhor maneira de se prevenir o abuso de drogas e as toxicomanias consistiria em informar os jovens, os pais, os professores, o público em geral. Ao contrário do que se supõe comumente, certas técnicas de informação estão longe de ser inofensivas (BERGERET, 1990).

Responder a questões que nos são colocadas constitui-se, sem dúvida, numa atividade legítima, mas apenas quando se atem às preocupações do interlocutor.

Uma informação pode ser inoportuna se ela for mal apresentada. Ela também pode se tornar perigosa se não corresponde a uma verdadeira demanda, a um real desejo de colocar os conhecimentos em ordem.

A informação muito restritiva e seletiva não facilita a compreensão e, portanto, a prevenção dos flagelos a que se pretende fazer frente. Esse tipo de trabalho preventivo, que, em geral, deixa de lado alguns problemas fundamentais, parece cumprir apenas a função de tranquilizar o auditório.

A apresentação objetiva de fatos exatos sobre a drogadição, que não estejam inseridos em seus contextos humanos, de vida e de subjetividade, não é suficiente para realizar uma informação eficaz e positiva. Uma informação confiada unicamente aos especialistas sobre a cura das toxicomanias ou sobre a repressão do tráfico, por exemplo, não garantiriam, absolutamente, uma abertura satisfatória do discurso e do diálogo em direção ao conjunto de problemas relevantes e, mais especificamente, aos problemas afetivos e relacionais dos quais as toxicomanias representam o resultado e o sintoma.

Como vemos, a informação é sempre um domínio delicado. No campo que concerne à prevenção, essa informação também será reveladora do sentido positivo ou negativo da mensagem que o adulto pretende endereçar aos adolescentes, seja diretamente ou fazendo pressão sobre outros adultos, que irão transmitir a mesma mensagem aos jovens.

O estudo do fundamento auto-agressivo, autopunitivo e auto-acusador sobre o qual se desenvolve pouco a pouco uma atitude autodestrutiva necessita de um outro modo de ação preventiva, que o recurso ao medo. É importante tentar auxiliar os sujeitos desiludidos e revoltados a restabelecer preocupações mais positivas que aquelas das quais eles já dispõem naturalmente. Parece ser totalmente inútil tentar lhes assustar insistindo sobre os desastres que lhes esperam ao escolherem o caminho da autodestrutividade, pois eles já têm informação suficiente a esse respeito. Nesse caso, tal informação torna-se inócua, tendo em vista que o que faz as pessoas permanecerem nesse caminho não parece ser a falta de informação, mas o obscurecimento progressivo de seu imaginário positivo. Nesse sentido, tratar-se-ia de agir sobre esse plano imaginário, sob a condição de constituir um alvo identificatório atrativo.

Os bons resultados apresentados pelos programas culturais com relação à prevenção do abuso de drogas estão, obviamente, relacionados com a metodologia adotada. Isto é, eles apresentam propostas alternativas, flexíveis e não repressoras:

*“A gente não proíbe o uso de drogas, mas vai tirando isso aos poucos, tipo: ‘não pode fumar ou cheirar aqui dentro’. Aí o cara vai ficando envolvido e não tem mais tempo pra isso. O jovem do Afro-reggae é o jovem de risco, que ninguém dá nada por ele, é nesse jovem que o Afro-reggae tá de olho”.* (Altair, 19 anos, integrante da Banda 1).

Já que “ninguém dá nada por esses jovens”, esses programas não desistem de acreditar na possibilidade deles “darem certo”, mesmo aqueles que já tem conflitos com a lei, ou os que apresentam um comportamento anti-social, seja qual for a manifestação comportamental do conflito relacionado com o estabelecimento do laço social. Nesse contexto, a desistência é sempre um momento de tristeza, no qual, tanto os jovens quanto os profissionais, tem que se haver com a própria impotência:

*“Talvez se essas pessoas tivessem tido esse encontro antes, não chegariam nesse ponto, quer dizer, não é regra, mas se você ajuda alguns, já está de bom tamanho. É o que a gente se propõe. É evidente que a gente às vezes é derrotado. A derrota é uma tristeza, uma coisa horrível, né? Você sentir que você fez tudo e não conseguiu ajudar aquela pessoa. Às vezes a gente não consegue, não é sempre, isso acontece muito pouco, mas acontece. Infelizmente a gente não consegue com alguns, mas a gente consegue bastante”. (Lúcia Coelho, Escola de Teatro Spetaculum).*

#### 4.1.5

#### **A possibilidade de aplicação da metodologia dos programas culturais na prevenção do abuso de drogas entre adolescentes de classe média e alta**

Como sustentar a hipótese de que esses programas podem ser eficazes para a prevenção do abuso de drogas com adolescentes em geral, se em sua grande maioria, as crianças e jovens inseridos nesses programas são de classe baixa? Ainda mais, quando temos que admitir que, realmente, com exceção dos programas da Fundação Progresso e do Espaço de Construção da Cultura, os outros programas estudados por nós tem como público alvo crianças e adolescentes de baixa renda, em situação de exclusão social, subemprego, moradores das favelas, que, por esses e outros motivos já discutidos, acabariam, em geral, sendo mais acessíveis à cooptação pelo tráfico (Soares, 2001) .

Mas será que é “só tudo isso”? Se assim fosse, teríamos que abandonar a aposta que, entretanto, continuamos sustentando, a de que o modelo utilizado por esses programas para trabalhar com crianças e adolescentes pode servir como exemplo, ou pelo menos como inspiração, para programas de prevenção do abuso de drogas mais eficazes para crianças e adolescentes, independentemente de suas classes sociais.

É forçoso admitir que, curiosamente, os trabalhos que mais se destacam nesse campo são realizados nas favelas, onde os problemas causados pelo abuso e pelo tráfico de drogas, pela violência e criminalidade já não podem mais deixar de ser reconhecidos pelos líderes dessas comunidades.

Dizemos curiosamente, porque alguns fatos levam a crer que, no Rio de Janeiro, é cada vez maior o número de jovens de classe média e alta que se envolvem em crimes ligados ao tráfico de drogas e à delinqüência. Nas delegacias da Zona Sul, esses jovens são responsáveis por 20% dos crimes, ou seja, duas vezes mais do que em 1994<sup>4</sup>. Ao contrário do que vem acontecendo nas comunidades mais pobres, que vêm pensando soluções e realizando algumas intervenções com o objetivo de fazer frente a essa realidade, parece que, no que diz respeito à classe média/alta, as famílias, as instituições de educação e de saúde ainda resistem em encarar o problema.

Quando trabalhamos em um órgão do Estado (CONEN — Conselho Estadual de Entorpecentes), ligado à prevenção do uso de drogas, tivemos a oportunidade de oferecer programas de prevenção para escolas da Zona Sul do Rio de Janeiro. A resposta era invariavelmente a mesma: “Não precisamos desse tipo de trabalho, aqui nós não temos esse problema”. Obviamente, essa afirmação não era verdadeira, pois tínhamos conhecimento, muitas vezes através de relatos dos próprios alunos, de que isso não correspondia à realidade:

*“Tem muito caso de menino de classe média virar vapor. E tem o lance da maconha também, quanto maior a quantidade, mais barato fica. Então divide um monte de gente. Aí você fica com um monte de maconha em casa e aí liga um amigo: “Pô, você não sabe quem tem?”. E aí começa assim. Aí você quer um dinheiro pra viajar, aí você pega e passa. No nosso colégio era assim: um chegava e falava: “eu tenho dois quilos”, mas no dia seguinte já não tinha. Neguinho falava: “pô, segura aí pra mim, eu quero tanto”. E se passa na escola. E aí, se a escola abrir pros pais, eles em vez de encarar a história tiram o filho rapidinho. A gente estuda num colégio em que é o seguinte: 85% fuma maconha, pra não falar 90, porque algumas pessoas eu não tenho certeza. Mas desses 85%, 70% cheiram.” (C., 16 anos).*

Desde 2001, surgem, cada vez mais, matérias de jornais noticiando o envolvimento de jovens de classe média/alta no comércio de drogas:

#### **“Delinqüência bem-nascida”**

<sup>4</sup> 16<sup>a</sup> DP (Barra da Tijuca) e 13<sup>a</sup> DP (Copacabama e Ipanema). Cerqueira, 1999. Juizado da Infância e Adolescência. O DIA, 17 de Novembro de 1999.

“Jovens de classe média e alta têm freqüentado o noticiário policial. Crimes, vandalismo, consumo e tráfico de drogas deixaram de ser uma marca registrada das favelas e da periferia das grandes cidades. O novo rosto da delinqüência, perverso e dramático, transita nos bares badalados, vive nos condomínios fechados, estuda nos colégios da moda e não se priva de regulares viagens aos *points* da Flórida. O fenômeno, aparentemente surpreendente, é o reflexo de uma montanha de equívocos. O novo mapa do crime não é fruto do acaso. É o resultado lógico da crise da família, da educação permissiva e do bombardeio da mídia que se empenha em apagar qualquer vestígio de valores objetivos”. (DI FRANCO, 2001).

#### **“Mauricinhos do tráfico”**

“Jovens de classe média, com passagem por boas escolas. Esse é o perfil de um novo grupo de traficantes de drogas que vem crescendo no asfalto e disputando o mercado com os bandidos das favelas. A polícia investiga cerca de 20 quadrilhas de classe média atuando organizadas do Leme ao Recreio. São moradores de bons endereços, com tudo para seguir com sucesso qualquer profissão, mas que escolheram o caminho do crime e transformaram suas casas em ‘bocas-de-fumo’.

Como o jovem preso há duas semanas em Copacabana: estudante de direito, morando em um apartamento dado pelo pai na Avenida Atlântica e com uma mesada de R\$ 2.000,00 por mês.” (WERNECK, 2003).

#### **“A classe média no tráfico”**

“A polícia prendeu anteontem cinco jovens integrantes de quadrilhas que atuam na Zona Sul e na Barra da Tijuca. Policiais da 16ª DP (Barra) flagraram Marco Antônio, de 23 anos e Daniel de 22 anos, vendendo maconha na calçada da Rua Joaquim Nabuco, em Copacabana. Marco Antônio é filho de um coronel reformado do exército, aluno do curso de direito de uma universidade particular e trabalha no escritório de advocacia do pai. Já Daniel é aluno do curso de cinema da mesma universidade. Uma investigação distinta, feita por policiais do Serviço de Repressão a Entorpecentes, resultou em outro flagrante de tráfico no asfalto de Copacabana. O estudante de direito da mesma universidade, Pedro Américo de 23 anos, e o lutador de Jiu-jitsu Fábio Ricardo de 24 anos foram presos com dois quilos de maconha.” (GOULART, 2003).

#### **“Mais um mauricinho assaltante de edifícios”**

“Três dos sete jovens que assaltaram anteontem um prédio na Lagoa, já foram identificados por policiais da 15ª DP (Gávea). O chefe da quadrilha foi reconhecido por testemunhas como sendo Pedro Machado, o Pedro “Dom”, de 23 anos. Ele é um jovem de classe média,

que até dois anos atrás morava num apartamento luxuoso na Avenida Rui Barbosa, no Flamengo. (...) Segundo parentes de Pedro Dom, os problemas do jovem começaram aos 12 anos: a família descobriu que ele era dependente químico e resolveu interná-lo.” (ALVES, 2004).

Outros dados, mais fidedignos, surgem a partir de abordagens quantitativas e qualitativas de algumas pesquisas (GALDURÓZ & NOTO, 1995, MINAYO, 1999), nas quais se depreende que os jovens de classe média/alta apresentam maior experiência de consumo de drogas – no passado e no presente – do que os das camadas populares.

Os resultados de pesquisas desse tipo apontam para um paradoxo no encaminhamento dos programas preventivos. Se atualmente a situação do uso/abuso de drogas é mais grave entre jovens de classe média/alta, e se a participação no tráfico tem aumentado entre essa população, porque encontramos tão raramente trabalhos dirigidos à mesma?

A resposta para essa pergunta talvez esteja próxima do que Velho destaca ao refletir sobre esse assunto:

“A questão é que, ao disseminar-se o uso de drogas por diferentes segmentos da sociedade, especificamente, em famílias de elite e camada média, criou-se uma situação nova. Não se tratava mais de confirmar os estereótipos a respeito de camadas de baixa renda, mas de explicar mudanças de atitudes e comportamento dos filhos, netos, sobrinhos, pessoas próximas do mesmo segmento social. Tal situação, obviamente, ameaça fronteiras e definições mais estritas de crenças e ideologias enraizadas”. (VELHO, 1993: 277).

Como sabemos, as situações que ameaçam a integridade física e psíquica de adolescentes têm efeitos muito mais graves, preços muito mais altos a serem pagos, quando se trata de jovens pertencentes às classes mais pobres, excluídas, estigmatizadas, desrespeitadas nos princípios mais básicos de cidadania e dignidade humana, e não é à toa que a maioria desses programas privilegia essa população. Porém, algo mais sério e mais profundo parece estar afetando, de maneira significativa, não só esses adolescentes como os de classe média e mesmo os que pertencem à classe alta. Senão, como explicar o aumento do número de jovens ricos envolvidos com o tráfico de drogas? Explicar o consumo é mais fácil, mas e a atração que o tráfico começa a exercer, cada vez mais, entre esse grupo?

Na maioria das vezes, a ligação com o tráfico de drogas entre esses jovens inicia-se pelo abuso. Mas as coisas não são tão simples assim. Não podemos cair no equívoco, já tão criticado por nós anteriormente, de explicar todos os comportamentos anti-sociais de nossa juventude através do uso de drogas.

Nos arriscaríamos a dizer que todas as questões apresentadas aqui como fatores de risco para o envolvimento de adolescentes de baixa renda com as drogas (abuso ou tráfico), parecem ser, hoje em dia, as mesmas que atingem os jovens de classe média/alta.

Podemos começar a explicar melhor essa idéia a partir de uma conversa informal, mas muito reveladora, que tivemos com um jovem de vinte anos, de classe média, que estuda Direito numa universidade particular, que abriga a elite financeira da cidade. Esse jovem, se não contasse com uma bolsa de estudos quase integral, não teria condições de frequentar essa universidade, já que a situação financeira de sua família jamais lhe permitiria pagar a alta mensalidade cobrada pelo curso. Em função de sua condição de bolsista, ele convive com uma realidade que não é a dele, e parece se sentir um tanto quanto inadequado, talvez inferiorizado. Ao mostrar-lhe algumas entrevistas da pesquisa de campo ele concordou com as afirmações de algumas, mas se deteve em uma delas (na qual um jovem diz que muitas vezes, os meninos de classe média se envolvem com drogas, tráfico e brigas para chamar a atenção dos pais, que, na maioria das vezes são ausentes) e retrucou, expressando uma certa dose de irritação:

*“Não é só isso não! Nessa idade as coisas são mais complicadas do que chamar a atenção de papai e mamãe. Você sabe porque isso? Por causa das mulheres. As “gostosonas”, as mais paqueradas, estão com quem? Com os caras que têm carrão, ou são “bombados”, cheios de tatuagem, com baseados enormes na boca. Elas gostam de pitboy, de caras violentos. Outro dia um amigo meu brigou numa boite e deu um soco na cara de um outro. No outro fim de semana ele estava cercado de meninas, dizendo ‘Puxa você bateu no cara!’”.*

Nosso interlocutor não tem carro, possui um biótipo franzino, e não parece gostar nada de briga. No entanto, sua fala soou um tanto quanto ressentida, isto é, parecia que no fundo, apesar da sua indignação e repúdio para com esses comportamentos e para com os valores das meninas, ele parece estar inserido nessa lógica, mesmo que reativamente. Quando lhe dissemos que não achávamos possível que todas as meninas estivessem imersas nessa lógica, e que, inclusive

conhecíamos algumas com aspirações muito diferentes, movidas por outros valores, ele respondeu: “Mas as mais cobiçadas e gostosonas estão nessa!”.

O que esse rapaz nos transmite sobre sua angústia diante do imaginário feminino que privilegia a agressividade, a violência e determinados símbolos de consumo como modelo masculino ideal, parece estar muito próximo do que Soares aponta sobre a necessidade de afirmação da masculinidade entre os rapazes que entram para o tráfico de drogas:

“Qual é o papel das meninas nesse jogo, com relação ao menino recrutado pelo tráfico e a arma? Os Rapazes do tráfico são muito claros: o que a gente quer? Ser o alvo do desejo das meninas. Querem ser iguais ao modelo que elas idealizam. E o que elas idealizam? Não todas, mas aquelas que estão participando como cúmplices? Elas querem o que suas avós queriam. Curiosamente, elas continuam associando masculinidade com agressividade e violência. O modelo continua a ser o machismo com outra grife, outra linguagem. E isso produz o curto circuito, cria uma dinâmica de recrutamento que o tráfico exerce no contexto mais amplo de carências que acabam alimentando o potencial cooptador, pois há essa cumplicidade de certos segmentos da juventude feminina”. (SOARES, 2001: 4).

Por um lado, a situação dos jovens de baixa renda passa por uma questão de necessidade, de sobrevivência imediata, acrescida pelo fascínio pelo dinheiro fácil e rápido, o que lhes permite entrar na cadeia de consumo da qual estão excluídos. Por outro lado, as exigências dessa “espiral consumista”, apoiada em estratégias de marketing cada vez mais perversas e eficientes exige mais e mais dinheiro de seus jovens seguidores. Nesse contexto, a “singela” mesada de um adolescente de classe média ou até mesmo alta, não é suficiente para que eles “existam” dentro dessa lógica, para que eles sejam atraentes, desejáveis como homens e mulheres para o sexo oposto.

O jovem lobo”<sup>5</sup>, como veiculam os anúncios, tem a mulher, tem o carro, tem a marca e tem a prioridade sobre o “carneiro” que é o “senhor qualquer um” educado no respeito á lógica ideológica da economia de mercado. Ao respeitar a ordem da natureza que legitima o gozo total do lobo, o “senhor qualquer um”

---

<sup>5</sup> “Jovem lobo” é um termo utilizado por Hamad (2000), que designa o jovem executivo dinâmico e ambicioso. “Os jovens lobos entram em nosso cotidiano econômico e social para ocuparem a frente da cena. Nada tem poder sobre eles, nada os faz recuar. Ele é movido pela fé, é o missionário implacável que, sob a flâmula do *In god we trust*, o dólar, vai pelo mundo, tal como Coração de Leão para o reino de Jerusalém, a fim de reconduzi-lo ao regaço do grande templo do *big brother*.” (Id., *ibid*: 12).

transforma-se no carneiro ideal, colando-se a este gozo “para tornar-se um de seus elementos a serviço do Outro idealizado à maneira como La Boétie o descreve na *Servitude Volontaire* (Servidão voluntária)”. O carneiro sonha, deixa-se invadir por este outro, por seus objetos e por seus valores, a ponto de não mais reconhecer nem seus próprios valores, nem seu desejo” (HAMAD, 2000: 14).

Em outras palavras, o movimento atual da nossa cultura transmite a mensagem de que podemos fabricar os objetos capazes de satisfazer todas as nossas necessidades. A ideologia da economia liberal afirma que a satisfação das necessidades já atinge um tal estado de perfeição capaz de resolver todos os impasses do desejo. E a questão que nos concerne diz respeito ao fato dos adolescentes, de todas as classes sociais, participarem perfeitamente desse processo de consumo (MELMAN, 1999).

É claro que não é só no Brasil que o dinheiro distingue o tratamento dado aos cidadãos, em todos os sentidos. Em todos os cantos do mundo o poder econômico determina muitas vezes quem é que, ao cometer um delito, vai sofrer realmente os rigores da lei, ou quem vai ser agraciado com punições mais amenas, ou mesmo com a suspensão da pena.

No Brasil, a situação de grande desigualdade econômica e social que vivemos torna esse processo de distinção, em função do poder aquisitivo dos “criminosos” em questão, bastante evidente. E essa parece ser a maior diferença atual entre os atos anti-sociais, e delinquentes, praticados pelos jovens de classe baixa e classe média/ alta.

Com relação à questão das drogas, essa inabilidade para lidar com uma problemática tão presente no cotidiano de escolas e nos lares de classe média está intimamente relacionada com o fato da política brasileira de drogas não merecer até hoje muita atenção e um compromisso mais sério por parte das autoridades. Outro fator importante diz respeito ao que poderíamos chamar de uma prática de privatização, sustentada pelas famílias de classe média e alta, no enfrentamento da questão. O processo todo funciona da seguinte maneira: o rapaz ou a moça é pego pela polícia com uma quantidade de droga e são conduzidos para a delegacia. Chegando lá, existem duas possibilidades: se esse menino ou essa menina for pobre, eles serão encaminhados para as Varas da Criança e da Juventude. Se tiverem dezoito anos serão presos em flagrante e sobre eles irão pesar todos os rigores da lei. Se ele é um menino de classe média ou alta, o procedimento será

outro. Haverá uma negociação e o rapaz ou o moço será liberado (SOARES, 2001).

Assim, o assunto fica resolvido através de uma solução bastante prática e conveniente que evita a criminalização dos nossos filhos, mas que acaba retardando uma mobilização mais sincera e vigorosa da opinião pública no enfrentamento do problema.

Em consequência da adoção dessas soluções “remediadoras” utilizadas pela sociedade, com relação aos jovens de classe média e alta, a necessidade de implementação de estratégias preventivas voltadas para essa população fica esquecida. Mas a situação apresentada não é a única dificuldade a ser encarada, quando se trata de prevenção do abuso de drogas entre adolescentes de classe média e alta.

É muito comum ouvirmos dizer que a falta do que fazer acaba levando os jovens a situações de envolvimento com drogas, brigas, furtos etc. Podemos lembrar um velho ditado que resume essa crença: “Mente vazia, oficina do diabo”.

No que diz respeito à prevenção do abuso de drogas entre adolescentes existe um grande consenso entre os profissionais, de que ela só é válida quando, qualquer que seja a técnica utilizada, leva em conta também as condições concretas de vida que facilitam o abuso de drogas nos vários segmentos populacionais, tais como a falta de atividades culturais, atividades esportivas, de lazer e de perspectivas profissionais.

Com relação, especialmente, à falta de atividades culturais e esportivas como propiciadora do envolvimento de adolescentes com as drogas, torna-se importante chamar a atenção para alguns erros nos quais podemos incorrer, se tomarmos como verdadeiras algumas idéias amplamente difundidas na sociedade brasileira, que podem, inclusive, dificultar a compreensão do que é proposto e analisado aqui com relação à metodologia dos grupos que oferecem atividades culturais para crianças e adolescentes: observa-se, freqüentemente, por parte do senso comum, uma forte associação entre o uso de psicotrópicos pelos jovens e a “falta do que fazer”.

Os dados obtidos na pesquisa de Carvalho e Carlini-Cotrim (1992) questionam essas idéias que tendem a conceber o tempo livre como propiciador de comportamentos de risco. Essa concepção implica, ao mesmo tempo, em, pelo

menos, dois grandes equívocos na compreensão do sentido da arte e da cultura na vida de crianças e jovens. O primeiro diz respeito à identificação do estudante pobre, que gasta seu tempo livre nas ruas, como um sujeito potencialmente drogado. O segundo implica, freqüentemente, na sobrecarga do cotidiano de crianças e adolescentes de classe média e alta que passam, muitas vezes de modo involuntário, a freqüentar cursos de dança, judô, línguas e outros, tornando suas vidas uma verdadeira “maratona produtivista” (Id, ib: 148).

Obviamente que as críticas a essa visão não tem como objetivo desmerecer a utilização de estratégias de ocupação do tempo livre como auxiliar em programas preventivos, nem tampouco a reivindicação de espaços de lazer e convivência para os jovens. No entanto, o que há de mais importante nessa discussão é o fato dela sugerir o deslocamento da perspectiva do “fazer x não fazer” para a do “*como fazer*”.

Enfim, parece que podemos, e devemos, ampliar o escopo dessa discussão, de maneira a poder incluir o reconhecimento daquilo que é essencial para o ser humano e que fica totalmente esquecido nessa lógica da “ocupação do tempo” de crianças e adolescentes: o “brincar”. Mesmo porque “brincar é fazer” (WINNICOTT, 1975 [1971]: 63).

## **4.2 ADOLESCÊNCIA, PREVENÇÃO E PSICANÁLISE**

### **4.2.1 Adolescência, abuso de drogas e psicanálise: a teoria de D.W. Winnicott — do brincar à experiência cultural**

Em uma passagem de *Infância*, um escrito autobiográfico, Tolstoi (1976) desvela, literariamente, um conflito bem característico do início da adolescência. A ambivalência desse momento aparece de maneira exemplar no espanto e no mal-estar do pré-adolescente Tolstoi, diante da incapacidade de seu irmão, já adolescente, em envolver-se nas brincadeiras infantis, que demandam muita imaginação e, ainda, uma certa dose de ilusão própria da infância:

“Apesar do sol ardente, levantamo-nos e fomos brincar.  
De que é que vamos brincar?  
De Robinson — propôs Liubotchka franzindo os olhos e pulando sobre a relva.  
— Não... isso é aborrecido — replicou Volodia.

(...)

Não havia dúvidas de que meu irmão se sentia importante; provavelmente estava orgulhoso de ter montado um cavalo de caça e fingia estar cansado. Ou talvez tivesse demasiado senso comum e pouca imaginação para poder divertir-se brincando de Robinson.

(...)

— Mas por que não queres fazer-nos esta vontade? — insistiram as meninas.

(...)

— Não quero, isso é muito aborrecido — respondeu ele espreguiçando-se com um sorriso de satisfação.

— Para isso mais valia ter ficado em casa, já que ninguém quer brincar! — exclamou Liubotchka, que era muito chorona, com as lágrimas nos olhos.

— Está bem, vamos lá. Mas por favor, não chores, não tenho paciência para aturar essas coisas.

A condescendência de Volodia não nos proporcionou nenhum prazer. Pelo contrário, a sua atitude preguiçosa e aborrecida acabou por estragar a graça da brincadeira. Quando nos sentamos no chão a fingir que íamos à pesca, e começamos a remar com todas as nossas forças, o meu irmão continuou de braços cruzados, numa atitude que não parecia nada com a de um pescador. Fiz-lhe essa observação; mas ele respondeu que não ganhávamos nem perdíamos nada, nem sairíamos daquele sítio pelo fato de agitarmos mais ou menos os braços. Sem querer, dei-lhe razão. Depois, quando fui para o bosque com um pau ao ombro, imaginando que ia para a caça, Volodia estendeu-se de costas e, pondo as mãos atrás da cabeça, disse que ele, assim, também imaginava o mesmo. As suas palavras e o seu procedimento tiraram-nos a vontade de brincar; eram muito desagradáveis as suas palavras, sobretudo, porque, no nosso íntimo, não podíamos deixar de concordar que Volodia procedia com sensatez. Eu bem sabia que não se podia matar um pássaro com um pau, que tudo aquilo não passava de brincadeira. Mas, a pensar desta maneira, também não podíamos subir para cima das cadeiras como se fossem carruagens, e, no entanto, parece-me que Volodia devia lembrar-se muito bem das compridas tardes de inverno em que costumávamos cobrir as poltronas com grandes mantas, transformando-as numa carruagem: (...) Quantos obstáculos se nos deparavam pelo caminho! Como aquelas tardes passavam rápidas e alegres! Transportados para a realidade, já não existia brincadeira. *E se não houvesse brincadeiras, então, o que havia?* (Id, ibid: 56).”

Para aqueles que tiveram contato com a obra do psicanalista D.W. Winnicott, o impasse expresso no questionamento do menino Tolstoi pode soar familiar.

Em seu livro *O brincar e a realidade*, Winnicott (1975 [1971]) busca, justamente, responder a importantes questões relativas ao brincar.

Parece que a pergunta formulada por Tolstói é respondida, por Winnicott, da seguinte maneira: “Parto da hipótese de que as experiências culturais estão em continuidade direta com a brincadeira: a brincadeira daqueles que ainda não ouviram falar em jogos” (Id., *ibid*: 139).

Em seu artigo *Transicional objects and transicional phenomena*, publicado pela primeira vez em 1951, Winnicott já se referia a uma área de experiência para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto à externa, que ele designa pelo termo “área intermediária”. No entanto, em *O brincar e a realidade* (1975 [1971]), ele aprofunda bem mais a reflexão sobre esse espaço, não deixando dúvidas sobre o que lhe interessa trabalhar nesse texto: o lugar, “utilizando a palavra em seu sentido abstrato” (Id, *ibid*: 145), em que permanecemos a maior parte do tempo enquanto experimentamos a vida. Em resumo, seu objetivo nesse momento é localizar o brincar e a experiência cultural, que se expandiria no viver criativo, no tempo e no espaço da mente humana.

“(…) enquanto a realidade psíquica interna possui uma espécie de localização na mente, no ventre, na cabeça ou em qualquer outro lugar dentro dos limites da personalidade do indivíduo, e enquanto a realidade externa está localizada fora desses limites, o brincar e a experiência cultural podem receber uma localização caso utilizemos o conceito de espaço potencial existente entre a mãe e bebê. É pertinente reconhecer no desenvolvimento dos diversos indivíduos que a terceira área de espaço potencial entre mãe e bebê é extremamente valiosa, segundo a experiência do bebê ou do adulto que esteja sendo considerado”. (Id, *ibid*: 79).

#### 4.2.1.1

##### **Ilusão/desilusão na primeira infância**

De acordo com Winnicott, é a mãe quem, desde o início, através de um processo de adaptação, torna possível, para o bebê, a experiência ilusória de que o seio faz parte dele. Ela abriria o caminho para a ilusão do bebê, que consistiria na percepção de que o seio está sob seu “controle mágico”. O mesmo processo

ocorreria em relação aos cuidados infantis em geral. Ou seja, a onipotência seria, nesse momento, “quase um fato da experiência”. (1975: 26).

Ao final desse processo, caberia a mãe a tarefa de desiludir gradativamente o bebê. No entanto, o autor adverte que essa tarefa terá poucas chances de sucesso caso não seja precedida pelo oferecimento, por parte da mãe, de oportunidades suficientes de ilusão para o bebê. Ao mesmo tempo, na perspectiva do bebê, o seio seria repetidamente criado pela necessidade, e/ou pela sua capacidade de amar. Em outras palavras, Winnicott está descrevendo um fenômeno subjetivo que ele chama de “seio da mãe”, incluindo nessa denominação toda a técnica de maternagem. Nesse caso, a mãe colocaria o seio no lugar e no momento exatos onde o bebê estaria pronto para criá-lo.

Em função dessa experiência, seria legítimo dizer que o ser humano, desde o nascimento, tem que se haver com a questão da relação entre percepção objetiva e o que é subjetivamente percebido, bem como com a tentativa de solucionar esse problema. Na concepção do autor, não há possibilidade de saúde para o ser humano que não tenha sido suficientemente bem iniciado pela mãe nessa tarefa.

A área intermediária seria, então, o lugar ao qual Winnicott se refere como o espaço concedido ao bebê, que se localizaria entre a criatividade primária e a percepção objetiva baseada no teste da realidade. Os fenômenos transicionais seriam os representantes desses estádios iniciais de uso da ilusão, sem os quais a idéia de uma relação com um objeto, percebido pelo outro como externo ao seu ser, não faria sentido.

Todo o desenvolvimento da experiência de ilusão/desilusão se daria, em termos winnicottianos, da seguinte maneira: a princípio, em determinado momento do desenvolvimento humano e num ambiente facilitador criado pela mãe, um bebê seria capaz de conceber a idéia de algo que atenderia a sua crescente necessidade oriunda da tensão instintual. O bebê não saberia, inicialmente, o que deve ser criado, mas, nesse exato momento a mãe se apresentaria, ofertando o seio e seu potencial alimentar. A postura materna de adaptação às necessidades do bebê, quando suficientemente boa, forneceria à criança a ilusão de que sua capacidade interna de criar está relacionada com a realidade externa. O que ocorreria nesse caso seria uma sobreposição entre o suprimento materno e o que é concebido pelo bebê. No entanto, não existiria intercâmbio entre mãe e bebê. Mesmo que a criança percebesse aquilo que, na

realidade, a mãe lhe apresenta (o seio), ainda assim, ela só o perceberia na medida em que um “seio” poderia ser criado exatamente ali, naquele lugar e naquele momento. A partir dessa experiência, poder-se-ia observar a presença de elementos essenciais a essa dinâmica: o surgimento do objeto transicional (nesse caso, o seio<sup>6</sup>) e dos fenômenos transicionais.

“O objeto transicional e os fenômenos transicionais iniciam todos os seres humanos com o que sempre será importante para eles, isto é, uma área neutra de experiência que não será contestada. Do objeto transicional, pode-se dizer que se trata de uma questão de concordância, entre nós e o bebê, de que nunca formularemos a pergunta: Você concebeu isso ou lhe foi apresentado a partir do exterior? O importante é que não se espere decisão alguma sobre esse ponto. A pergunta não é para ser formulada”. (Id, ibid: 28).

Essa questão seria de extremo interesse para o bebê humano, a princípio de maneira velada, depois evidente, na medida em que a principal tarefa da mãe (depois de propiciar a ilusão) seria a desilusão.

A questão da ilusão/desilusão permaneceria, por toda a vida dos seres humanos, como assunto da máxima importância. Mas, de acordo com Winnicott, ela nunca vai ser totalmente solucionada, mesmo que uma compreensão teórica permita uma solução teórica.

Assim, a tarefa de aceitação da realidade nunca é totalmente finalizada, e ninguém está livre do conflito de relacionar realidade interna e externa. O alívio da tensão originada por essa dinâmica infundável é proporcionado por uma área intermediária de experiência. Essa área intermediária, que abrange a maior parte da experiência do bebê, é conservada, ao longo da vida, pela experimentação ligada “à arte, à religião, ao viver imaginativo e ao trabalho científico criador”. (Id, ibid: 30). Para se chegar a esse estágio, terá sido necessária a gradativa descateixização do objeto transicional. Ele não vai “para dentro”, nem sofre repressão, não é esquecido nem lamentado, ele apenas perde o significado, na

---

<sup>6</sup> Winnicott introduz os termos “objetos transicionais” e “fenômenos transicionais”, para designar a área intermediária de experiência entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto. Por essa definição o balbúcio de um bebê, o modo como uma criança mais velha entoava canções quando se prepara para dormir, incidem na área intermediária como fenômenos transicionais, juntamente com o uso que é dado a objetos que não fazem parte do corpo do bebê, embora não possam ser percebidos como pertencentes à realidade externa. É necessário esclarecer que, ao tratar dessa questão, o autor não está interessado, especificamente, no primeiro objeto das relações de objeto, e sim na primeira posseção não-eu, isto é, na área intermediária entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido.

medida em que os fenômenos transicionais se tornam difusos, espalhando-se por todo o território intermediário entre a realidade psíquica interna e o campo cultural.

Nesse ponto, a tese de Winnicott de que o brincar criativo e a experiência cultural têm como posição inicial o espaço potencial existente entre mãe e bebê fica totalmente esclarecida.

Segundo o autor, o bebê passa de um estado de sentir-se fundido à mãe, para outro no qual ele a separa de seu eu (*self*). Ao mesmo tempo, a mãe diminui o nível de sua adaptação às necessidades do bebê, em função da diminuição de sua identificação com ele e da percepção da nova necessidade de seu bebê de se separar dela.

Nesse contexto, a mãe adapta-se às necessidades do bebê, e depois da criança, que, pouco a pouco, desenvolve sua personalidade e caráter. Essa adaptação fornece ao bebê uma certa dose de credibilidade. A experiência que o bebê e depois a criança que cresce tem dessa fidedignidade, durante certo período de tempo, estabelece um sentimento de confiança na credibilidade da mãe e, conseqüentemente, na de outras pessoas e coisas, é o que tornaria possível uma separação do não-eu a partir do eu.

Apesar disso, a separação não se efetuará totalmente, já que o espaço potencial passa a ser preenchido pelo brincar criativo, com a gradativa utilização de símbolos e com tudo o que vai se somando àquilo que Winnicott chama de “vida cultural”.

#### 4.2.2

#### O “vácuo” adolescente: entre o brincar e a experiência cultural

Podemos observar em muitos indivíduos uma falha na dinâmica da confiança que restringe a capacidade lúdica, em função das limitações do espaço potencial. Da mesma forma, há, para muitos, a pobreza de brincadeiras e de vida cultural.

Segundo Winnicott (1975), esse estado de “miséria cultural” está intimamente ligado ao relativo fracasso daqueles que, sendo parte do mundo da criança, não lhe forneceram elementos culturais nas fases adequadas do desenvolvimento da personalidade.

Nesse contexto, o dilema do pré-adolescente Tolstoi, apresentado anteriormente, ilustra bem o que se trata de destacar com a apresentação dessa formulação winnicottiana: Tolstoi parece se encontrar justamente no momento em que o indivíduo, não sendo mais criança e tampouco adulto, se encontra numa espécie de “limbo”, nisso que chamamos de “vácuo adolescente”, mas que na verdade, seria melhor designado como “vácuo pré-adolescente”. Isso porque, a pré-adolescência seja, talvez, o momento mais difícil e angustiante em toda a experiência da adolescência, na medida em que o sujeito já reconhece o caráter ilusório que envolve suas brincadeiras, mas ainda não chegou a ponto de se interessar, ou a ter um acesso maior aos elementos da cultura, que lhe permitam obter experiências satisfatórias no campo da “experiência cultural”.

Ao mesmo tempo em que Tolstoi não pode mais deixar de considerar o que lhe é apresentado por seu irmão, poucos anos mais velho, que insiste em apontar elementos de desilusão e de aproximação de mais um momento crucial no processo de individuação, ele ainda não experimenta, como seu irmão, alguns prazeres próprios da vida adulta.

Ao longo do texto vemos que o irmão do autor parece encontrar-se em outra etapa desse processo, já em plena adolescência, contando com alguns recursos oferecidos e autorizados pelos adultos, o que parece lhe garantir uma segurança maior para prosseguir no tortuoso caminho rumo à vida adulta. Volodia, por exemplo, foi autorizado pelos adultos a montar o “cavalo de caça”:

“Volodia montou o cavalo de caça; apesar da firmeza de seu caráter, perguntou várias vezes, não sem um certo receio, enquanto o afagava:

— És manso de verdade?

Ficava muito bem, a cavalo. Parecia uma pessoa crescida. As suas coxas envolvidas pelas calças tinham um aspecto impecável. Senti inveja, porque, a avaliar pela sombra que projetava, eu estava bem longe de parecer tão altivo.” (TOLSTOI, 1976: 57).

Parece que no caso dos irmãos Tolstoi, aos dois, devem ter sido oferecidos os mesmos elementos — ainda que em momentos distintos, em função da diferença de idade —, que, somados às potencialidades individuais e à história de cada um, poderia lhes garantir a possibilidade de uma “boa passagem” para a vida adulta. Mesmo assim, a postura de Volodia transmite um certo tédio e a de Tolstoi uma grande perturbação. Na verdade, nenhum dos dois parece estar muito seguro

com os novos desafios que se apresentam, a despeito da idealização que Tolstoi faz de seu irmão mais velho. Em outras palavras, mesmo que o adolescente tenha a possibilidade de contar com um ambiente suficientemente bom, ainda assim, isso não seria garantia suficiente de sucesso nesse complexo processo de maturação: o que se destaca nesse quadro é a delicadeza desse momento peculiar do desenvolvimento humano e todos os riscos que envolvem essa “fase transicional” (GIOVACCHINI, 1993: 275)”, que chamamos de adolescência.

Se fizermos tudo o que pudermos para promover o crescimento pessoal em nossa descendência, teremos que ser capazes de lidar com resultados espantosos. Se nossos filhos vierem a se descobrir, não se contentarão em descobrir qualquer coisa, mas sua totalidade em si mesma, e isso incluirá a agressividade e os elementos destrutivos neles existentes, bem como os elementos que podem ser chamados de amorosos. Haverá uma longa luta, à qual precisaremos sobreviver. Com alguns de nossos filhos teremos sorte se nossa ajuda lhes permitir o pronto uso de símbolos, e o brincar, o sonhar, ser criativo de maneiras satisfatórias; entretanto, mesmo assim, a estrada que leva até aí pode ser pedregosa (WINNICOTT, 1975: 193).

Com efeito, os desafios implicados não são poucos. A princípio, o adolescente já se depara com a exigência, tanto interna quanto externa, de abandonar as técnicas adaptativas que lhe serviram na primeira infância, e, ao mesmo tempo, adquirir novos meios que estejam de acordo com os padrões das interações dos adultos (GIOVACCHINI, 1993).

Cahn (1999: 1), define a adolescência como “este tempo em que a conjunção do biológico, do psíquico e do social remata a evolução do homenzinho, em seu longo caminho de recém-nascido a adulto”. Como se não bastasse o conflito implícito nessa observação, há mais dificuldades a enfrentar, tais como a problemática dos pais, o peso das gerações anteriores e da tradição. Além disso, a noção de “rematamento” destaca a questão do sujeito adulto em sua condição humana, com todas as faltas, conflitos, crises e riscos de regressão que ela implica.

Assim, a pergunta de Tolstoi perpassaria, como um eco poderoso e pungente, as considerações que Winnicott, Giovacchini, Cahn e outros autores fazem sobre a ambivalência e os conflitos adolescentes: *E se não houvesse brincadeiras, então, o que havia?*

### 4.2.3

#### **Quando o objeto transicional é uma droga!**

Winnicott esforça-se por responder a alguns apelos infanto-juvenis, como no exemplo dado acima, do pré-adolescente Tolstoi (1976). Há angústia no tom da pergunta do menino, trata-se quase de um pedido de ajuda. É como se ele dissesse: “Estou perdido, dêem-me uma luz! Dêem-me recursos, a partir dos quais eu possa me consolar, já que estou abandonando ilusões que me são tão caras e me orientar um pouco, em mais um processo de separação!”.

Esta desorientação do adolescente tem a ver com o fato dele se ver obrigado, de uma hora para outra, a combater em diversas fronteiras, já que seu conflito, além desse desenrolar no espaço interior, também se passa no âmbito de suas inter-relações com o mundo exterior.

Assim, o objeto externo adquire papel determinante na adolescência, a partir dos mecanismos da exteriorização e dos conflitos internos deslocados para ele, em suas diversas modalidades. A saída adolescente dependeria muito da resposta do referido objeto, segundo seja ele fonte de abertura ou reforço de repetição. A título de exemplo, poderíamos nos reportar a casos que vão, desde histórias em que o mundo se oferece como campo de experiências, através de uma sucessão de acertos e erros, num sentido progressivamente integrador, até aquelas onde a inadequação ou a influência alienante do objeto selaria o fracasso do compromisso identificatório (CAHN, 1999).

Em função da confiabilidade, ou, ao contrário, da carência de objetos internos e externos, desdobram-se as diferentes figuras da área transicional, a partir de crenças, engajamentos, criações e atos.

Dessa forma, os adolescentes iniciam o difícil processo de amadurecimento, que pode resultar, em termos positivos, no encontro de um lugar no socius, ou, de maneira oposta e, na pior das hipóteses, nas expressões mais patológicas, tais como as toxicomanias crônicas ou a psicose.

A busca adolescente de novos modos de funcionamento, de outra lei, de territórios diferentes, encontraria apenas a “esperança decepcionada”, em função da existência do sujeito estar submetida a um lugar simbolicamente dado, e que,

ao mesmo tempo o alienaria, a não ser no caso do psicótico, que encontraria aí o pretexto para uma errância sem fim (RASSIAL, 1999).

“A fuga não é apenas uma ruptura intempestiva do contexto familiar, mas também a busca de um lugar, um lugar mítico — pode-se pensar no romance de Kafka intitulado *L'Amérique* —, de um não-lugar onde seria possível, segundo a fórmula de D.W. Winnicott, sentir-se real, além do estatuto social (o endereço dos pais). Busca de um local onde poderiam imaginariamente ser vividas, ao mesmo tempo, uma existência social e uma aventura solitária”. (Id., *ibid*: 60).

O senso comum reconhece a dimensão apaziguadora e recuperadora das “viagens adolescentes”. Mas, para o próprio adolescente, trata-se menos de fazer turismo, de partir e retornar, do que da conquista de outro lugar: da partida sem retorno. Muitas vezes essa “viagem” adquire modos particulares, como na “viagem do toxicômano” ou na solução psicótica. Ou seja, o êxodo adolescente comporta alguns riscos: suicídio, errância esquizofrênica e refúgios perversos (Id, *ibid*).

Assim, a delinqüência é freqüentemente associada com as “viagens toxicômanas” dos adolescentes, em função das últimas serem também uma recusa da situação que lhe é criada, um modo de evasão de um mundo fechado, a busca de um outro lugar.

Em outras palavras, o efeito buscado na droga seria o da invenção de um campo espaço-temporal diferente da realidade socialmente organizada e intermediária entre o interior e o exterior. A droga faria o papel de objeto de transição. Não é por acaso que no discurso dos toxicômanos as primeiras experiências com drogas são, freqüentemente, evocadas no campo do brincar. Assim, o uso de drogas encontraria lugar entre as atividades lúdicas da criança e as atividades socializadas: a arte, a religião, os processos intelectuais.

Em *O brincar e a realidade* Winnicott inclui a toxicomania na série das possibilidades que se descortinam para o indivíduo, a partir do momento em que se inicia o processo no qual os objeto e fenômenos transicionais se “tornam difusos, se espalham por todo o território intermediário entre a “realidade psíquica interna” e o “mundo externo”, tal como percebido por duas pessoas em comum, isto é, por todo o campo cultural”.

“Nesse ponto, meu tema se amplia para o do brincar, da criatividade e apreciação artísticas, do sentimento religioso, do sonhar, e também do fetichismo, do mentir, do furtar, a origem e a perda do sentimento afetivo, o vício em drogas, o talismã dos rituais obsessivos”. (WINNICOTT, 1975: 19).

A toxicomania é, portanto, apresentada por Winnicott como uma das possibilidades, certamente que das menos desejáveis, de engajamento nessa área transicional.

Para o adolescente, haveria sempre o risco de ocorrer uma paralisação diante deste objeto transicional, quando idealizado, “e isto precisamente quando o espaço se revela infinito, tornando-se assim um objeto específico, como no caso da droga” (RASSIAL, 1999: 92).

Em uma das raras passagens em que Winnicott se refere, especificamente, ao tema drogas, por ocasião da apresentação do caso clínico de um adolescente, ele o faz apontando apenas uma questão que ele parece achar suficientemente relevante para ser desenvolvida:

“A pergunta é: um investigador que efetuasse um estudo desse caso de vício em drogas, daria a devida consideração à psicopatologia manifestada na área dos fenômenos transicionais?” (WINNICOTT, 1975: 36)

Talvez, Winnicott não tenha tido tempo hábil para aprofundar a questão, já que o texto em que ele a aborda é sua última obra. Mesmo assim, parece que sua pergunta procede ainda hoje, e que sua indicação sobre a relação entre “o vício em drogas e à psicopatologia manifestada na área dos fenômenos transicionais” pode trazer contribuições preciosas, não só com relação a reinserção social do drogadito (prevenção terciária), como ao tratamento (prevenção secundária) e também à prevenção primária, inclusive no campo da saúde mental em geral.

### 4.3

#### **Privação da prevenção ou prevenção da privação: as formulações winnicottianas para a prevenção e o tratamento do comportamento anti-social e da delinquência e os programas culturais – um modelo?**

Apesar de todos os benefícios oferecidos pelas ONGs pesquisadas a crianças e adolescentes que apresentamos até aqui, nossa pergunta inicial ainda não foi totalmente respondida: o que se passa nesses programas, que parece ter uma

função preventiva e/ou terapêutica com relação à configuração de quadros mais problemáticos como o abuso de drogas e a tendência anti-social entre crianças e adolescentes?

Responder satisfatoriamente a essa pergunta só nos foi possível através da abordagem oferecida por Winnicott, não só sobre o brincar e a experiência cultural, como também por sua formulação sobre a tendência anti-social e a delinquência.

E é igualmente por essa via que podemos começar a definir, psicanaliticamente, é claro que na perspectiva da teoria winnicottiana, quem viria a ser exatamente tais crianças e adolescentes “de risco”, já que, até o momento, trabalhamos com a definição de “risco” numa perspectiva que se aproxima mais do campo das ciências sociais.

A partir do momento em que recorremos à psicologia do desenvolvimento infantil de Winnicott para pensar a questão da prevenção do abuso de drogas na adolescência, torna-se necessário acrescentar o paradigma winnicottiano sobre as crianças e adolescentes “de risco”, em sua própria experiência no trabalho preventivo.

Quase todos os artigos e registros deixados por Winnicott que se referem à prevenção, baseiam-se em sua experiência com crianças e jovens que foram removidos durante a Segunda Guerra Mundial, e que se constituíam em grupo de risco ou já apresentavam tendências anti-sociais, mesmo que anteriores à experiência da remoção, mas que se revelaram com mais clareza durante esse episódio.

Winnicott deixa muito claro o seu interesse e sua experiência com a prevenção da tendência anti-social e da delinquência em várias partes de seu livro “Privação e delinquência”. Especialmente na parte em que, recorrendo às estatísticas de seu amigo Bowlby, acerca da relação entre privação e delinquência afirma:

“As duas importantes conclusões são que a criação impessoal de crianças pequenas tende a produzir personalidades insatisfatórias e até caracteres anti-sociais ativos, e em segundo lugar que, quando existe um bom relacionamento entre o bebê ou a criança em desenvolvimento e os pais, a continuidade dessas relações deve ser respeitada e jamais interrompida sem uma boa causa. Bowlby compara a aceitação desses fatos à aceitação de certos fatos do aspecto físico da pediatria, como as vitaminas na prevenção do escorbuto e do raquitismo. A aceitação desse princípio poderá levar a uma redução das tendências anti-sociais e do sofrimento que está por trás delas, tal como a vitamina

D atenuou a incidência de raquitismo. Tal resultado seria uma grande realização da medicina preventiva, mesmo sem se levarem em conta os aspectos mais profundos do desenvolvimento emocional, como a riqueza da personalidade, o vigor do caráter e a capacidade para a auto-expressão plena, livre e madura”. (WINNICOTT, 2002 [1951]: 194).

Assim, a partir de agora, enfatizaremos a questão da privação e da tendência anti-social, ou melhor, da prevenção da tendência anti-social, na qual o abuso de drogas e a drogadição estão incluídos.

Os distúrbios de comportamento, ou mais precisamente o que Winnicott denominou como distúrbios de caráter, foram consideradas por ele como manifestações clínicas da tendência anti-social. Tais tendências iriam desde a gula e a enurese noturna, no nível mais baixo de uma escala, até as perversões e todos os tipos de psicopatias no extremo oposto.

A formulação winnicottiana de que a origem das tendências anti-sociais repousaria sobre a privação mais ou menos específica durante infância forneceu uma dimensão totalmente nova à sua teoria do desenvolvimento emocional, que ele mesmo descreveu “como a espinha dorsal de seu trabalho docente e clínico (Id, *ibid*: 3)”.

“A segunda guerra mundial, para Winnicott, foi um divisor de águas sob muitos aspectos, mas talvez em nenhuma tenha sido mais evidente do que na ampliação e florescimento de sua teoria do desenvolvimento em algo verdadeiramente original e verdadeiramente seu. Pouca dúvida pode haver de que o seu contato, durante a guerra, com crianças desamparadas contribuiu muito para isso.” (Id, *ibid*: 4).

Até então, a teoria psicanalítica considerava a delinquência e a criminalidade, como conseqüências da ansiedade e da culpa resultantes da inevitável ambivalência inconsciente. Ou seja, elas eram encaradas como decorrência do conflito originado pelo ódio (e, portanto o desejo de destruir) que se dirige contra uma pessoa amada e necessária. A etiologia da delinquência era formulada, principalmente, em termos de um conflito que se passa no mundo interno, ou psique do indivíduo.

Quando em 1920, Winnicott começou a utilizar a teoria psicanalítica em sua clínica pediátrica, e mais tarde a escrever sobre esses casos, considerou, sem sombra de dúvidas, que os distúrbios de comportamento tinham suas origens na

luta que se trava na psique do indivíduo, nos conflitos inconscientes, destacando, verdadeiramente, o mundo interior da criança. No entanto, embora ele enfatizasse o mundo interno da criança, é começa a introduzir a questão do fator ambiental como decisivo nessa dinâmica, ao tratar de fragmentos de histórias e casos que que apresentava em suas conferências e artigos.

Alguns anos antes da guerra, John Bowlby estudou os antecedentes de crianças problemáticas encaminhadas à *Child Guidance Clinic*, onde trabalhava. Bowlby constatou, a partir de um estudo formal realizado com 150 crianças com vários problemas, uma conexão direta entre roubo e privação, especialmente a separação da mãe nos primeiros anos da infância.

A constatação de Bowlby reforçou os resultados das experiências de Winnicott durante a guerra, evidenciando “de maneira quase esmagadora, o vínculo entre privação e delinquência” (Id., *ibid*: 4).

No entanto, Winnicott não deixou de lado a compreensão mais profunda que a psicanálise fornece para esses problemas. Assim, unindo sua observação e experiência prática à teoria psicanalítica, ele chegou à questão da ligação entre privação, tendência anti-social e delinquência.

Segundo o autor, a tendência anti-social não é um diagnóstico. Tampouco se compara com outros termos diagnósticos como neurose e psicose. Para ele, a tendência anti-social pode ser encontrada, tanto num sujeito normal, quanto num neurótico ou psicótico.

“A tendência anti-social caracteriza-se *por um elemento nela que compele o meio-ambiente a ser importante*” (Id, *ibid*: 139). A criança ou o adolescente, através de pulsões inconscientes, obriga alguém se encarregar de cuidar dele. O trabalho do terapeuta nesse caso consistiria em administrar, tolerar e compreender.

Para Winnicott, existem duas direções na tendência anti-social, mesmo que, algumas vezes, uma seja mais acentuada do que a outra. Uma dessas direções seria representada pelo roubo associado à mentira e a outra seria a destrutividade. Numa vertente, a criança está procurando alguma coisa em outro lugar, quando tem esperança. Na outra, a criança busca uma parcela de estabilidade ambiental que suporte a tensão resultante do comportamento impulsivo. O que há de essencial nesse caso é a busca do suprimento ambiental que se perdeu, uma atitude humana em que a criança possa confiar, dando-lhe assim liberdade para se movimentar, agir e se excitar.

Uma outra questão importante acerca da tendência anti-social é o fato dela implicar em esperança. A falta de esperança é, para Winnicott, uma característica básica da criança que sofreu privação. No entanto, ainda no período de esperança a criança manifesta uma tendência anti-social. Tal manifestação é, na maioria das vezes, constrangedora para a sociedade em geral, principalmente para as vítimas dos roubos praticados por essas crianças. Mas, aqueles que não estão pessoalmente envolvidos podem perceber, mais claramente, a esperança subjacente na compulsão para roubar.

“A compreensão de que o ato anti-social é uma expressão de esperança é vital no tratamento de crianças que apresentam tendência anti-social. Vemos constantemente o momento de esperança ser desperdiçado, ou desaparecer, por causa de um manejo equivocado ou por intolerância. É outro modo de dizer que o tratamento da tendência anti-social não é a psicanálise, mas administração, uma conduta no sentido de ir ao encontro do momento de esperança e corresponder a ele”. (Id, ibid: 139).

É interessante lembrar que Freud fez a mesma observação que Winnicott sobre a psicanálise não ser a melhor forma de tratamento da tendência anti-social com crianças e adolescente.

No prefácio para o livro de *Aichorn*, “Juventude abandonada”, Freud diz o seguinte:

“A possibilidade de influência analítica repousa sobre precondições condições bastante definidas, que podem ser resumidas sob a expressão ‘situação analítica’; ela exige o desenvolvimento de determinadas estruturas psíquicas e de uma atitude específica para com o analista. Onde estas faltam – como no caso de crianças, nos delinquentes juvenis, e, via de regra, nos criminosos impulsivos algo diferente da análise tem de ser utilizado, embora algo que seja uníssono com a análise em seu intuito”. (FREUD, 1976: 343).

E em que contexto Freud está colocando isso? Ele está fazendo uma advertência para que a educação não seja confundida com a influência psicanalítica, e, ao mesmo tempo, para o fato de que a educação não pode, tampouco, ser substituída pela psicanálise. Freud nos diz que a psicanálise pode ser convocada pela educação como um meio auxiliar de se lidar com uma criança, mas jamais como um substituto apropriado para a educação. Ele adverte para que não nos deixemos equivocar pela afirmação de que a psicanálise de um adulto seria equivalente a uma pós-educação. Ele destaca o fato de que uma criança, mesmo uma criança desorientada e delinqüente, ainda não é um neurótico, e que a pós-educação é algo inteiramente diferente da educação de imaturos.

Para Kupfer (1995), que se baseia nas indicações de Chemouni, Freud fez, nesse prefácio, uma distinção que escapou a muitos dos que trataram da relação entre psicanálise e educação, isto é, a distinção entre educação e reeducação ou educação especial. E, indo mais além, a autora acredita que, se Freud, nesse trecho do texto, está sugerindo que se criem outros meios para tratar dessas crianças e adolescentes, que teriam os mesmos objetivos de uma análise, ele está falando de meios que seriam de natureza reeducativa.

Kupfer supõe que Freud, ao referir-se à criança está, provavelmente, pensando em um sujeito ainda em constituição, e não naquela criança que chega hoje à análise com demandas, sintomas e fantasmas constituídos, e para quem a psicanálise de crianças convém. Para a autora, Freud está falando daquelas crianças cuja constituição subjetiva não se realizou, ou seja, para as quais, por diversos motivos, a educação vêm falhando ou falhou totalmente. Entre essas crianças ela considera aquelas que exibem problemas globais de desenvolvimento, cuja educação fracassou, quer seja pela fantasmática dos pais, pelos limites do corpo ou por injunções sociais, e que são “associais” pelas dificuldades que exibem no estabelecimento do laço social.

Winnicott (2002 [1956]) cita o mesmo texto de Freud ao afirmar que a tendência anti-social coloca alguns problemas de natureza prática e teórica para a psicanálise e que Freud, no referido prefácio, mostra que não só a psicanálise contribui para a compreensão da delinquência, como é também enriquecida por uma compreensão do trabalho daqueles que lidam com delinquentes.

Ao final do artigo Winnicott reitera o que disse anteriormente, que concorda com a sugestão de Freud no caso das crianças e adolescentes anti-sociais.

“Em resumo, o tratamento da tendência anti-social não é a psicanálise. É o provimento de cuidados à criança, que podem ser redescobertos pela própria criança, e nos quais ela pode experimentar de novo os impulsos do id, com possibilidades de testá-los. É a estabilidade do novo suprimento ambiental que dá a terapêutica” (Id, ibid: 147).

De acordo com a teoria apresentada, é o ambiente que deve dar nova oportunidade à ligação egóica, uma vez que a criança percebe que foi uma falha ambiental no apoio ao ego o que ocasionou a tendência anti-social.

A seguir o autor afirma que, ao lidar com crianças anti-sociais na clínica, é inútil recomendar apenas a psicoterapia. A primeira e fundamental providência a ser tomada é fazer com que a criança seja adequadamente alojada e, em uma grande parte dos casos o alojamento adequado funciona, por si só, como terapia, desde que “se dê tempo ao tempo” (Id, ibid: 83).

É claro que seria simplismo supor que um reajustamento do ambiente seria suficiente para que uma criança vítima de privação, que está doente, torne-se absolutamente saudável. No entanto, a criança beneficiada pelo simples suprimento de um ambiente suficientemente bom começará a melhorar e, quando passar de “doente a menos doente”, estará mais apta para a psicoterapia e será, cada vez mais, capaz de recuperar a capacidade de brincar e de viver criativamente.

Winnicott apresenta seu desenvolvimento sobre esse tipo de terapia, que ele chama de terapia de assistência residencial, narrando sua experiência num abrigo para meninos removidos durante a Segunda Guerra. Seu relato se refere ao *Bicester Poor Law Institution*, dirigido por David Will. O humor, nesse momento, prevalece em sua descrição sobre a situação:

“Era excitante estar envolvido na vida desse alojamento do tempo de guerra para evacuados problemáticos. Naturalmente, nele estavam os meninos mais indóceis e incontroláveis da área, e um som familiar era este: um carro aproximava-se a certa velocidade, soava a campainha da entrada e alguém abria a porta da frente; a porta voltava a fechar-se com estrondo, e seguia-se o ruído do motor do carro, que arrancava como se estivesse sendo perseguido pelo diabo em pessoa. Constatava-se então que um menino tinha sido depositado na porta da frente, a maioria das vezes sem um telefonema prévio de advertência, e um novo problema tinha sido jogado no prato de David Will” (Id., *ibid*: 250).

Winnicott visitava semanalmente o abrigo, e fazia entrevistas com um ou dois meninos, nas quais, ele diz, “aconteciam as coisas mais surpreendentes e reveladoras”. Algumas vezes David e seus assistentes ouviam os relatos das entrevistas, ocasião em que Winnicott aproveitava para incluir “estupendas interpretações baseadas em profundo insight” proporcionados pela profusão de material apresentado pelos meninos, ansiosos por receber ajuda pessoal. Mas, apesar das promissoras entrevistas, seu trabalho com esses jovens não surtia qualquer efeito.

A partir de suas tentativas frustradas e da observação do trabalho realizado por David Will e sua equipe, Winnicott começou a perceber que “a terapia estava sendo realizada pelas paredes e pelo telhado; pela estufa de vidro que fornecia um alvo magnífico para pedras e tijolos, pelas banheiras absurdamente grandes (...)” (Id., *ibid*: 251).

“A terapia estava sendo realizada pelo cozinheiro, pela regularidade da chegada das refeições à mesa, pelas colchas das camas quentes e coloridas, pelos esforços de David para manter a ordem apesar da escassez de pessoal e um constante senso da inutilidade de tudo isso, porque a palavra sucesso era reservada para algum outro lugar e não para a tarefa exigida da *Bicester Poor Law Institution*” (Id., *ibid*: 251).

Foi, justamente nesse momento, quando Winnicott passou a observar mais de perto o trabalho que estava sendo realizado por David e sua equipe com os meninos de Bicester, que ele começou a formular uma questão de grande importância para sua prática clínica e para seu legado teórico: a de que “a psicoterapia não se resume na interpretação certa no lugar certo” (Id., *ibid*: 251). Winnicott está tratando de certos casos em que o trabalho terapêutico prescinde de

interpretação, elaboração que ele sustentará e desenvolverá, cada vez mais, até sua última obra “O brincar e a realidade”:

“Minha intenção aqui é simplesmente recordar que o brincar das crianças possui tudo em si, embora o psicoterapeuta trabalhe com o material, o conteúdo do brincar. Naturalmente, numa hora marcada, ou profissional, manifesta-se uma constelação mais precisa do que a que se apresentaria numa experiência atemporal no assaio do lar; mas a compreensão sobre o nosso trabalho será auxiliada se nos inteirarmos de que a base do que fazemos é o brincar do paciente, uma experiência criativa a consumir espaço e tempo, intensamente real para ele. Essa observação ajuda-nos também a compreender como uma psicoterapia pode ser efetuada sem trabalho interpretativo” (WINNICOTT, 1975: 75).

Como vemos, Winnicott, em seu texto “O brincar e a realidade” aprofunda mais a questão da interpretação que ele menciona na *David Will's Lecture*:

“Continuo falando a respeito de David Will não só porque esta é a *David Will's Lecture*, mas também porque, para mim, observar seu trabalho foi um dos primeiros impactos educacionais que me fizeram entender que existe algo em psicoterapia que não se descreve em termos de interpretação certa no momento certo. Naturalmente, foi indispensável ter em minha bagagem uma década em que explorei o uso pleno da técnica que realmente provém de Freud, a técnica que ele inventou para a investigação do inconsciente reprimido, o qual, obviamente, não admitiria uma abordagem direta. Comecei a perceber, entretanto, que em psicoterapia é necessário que a criança que passa por uma entrevista pessoal possa retornar da entrevista para um tipo pessoal de assistência, e que mesmo na própria psicanálise, que entendo como um trabalho feito cinco dias por semana, solicitando a força plena do desenvolvimento da transferência, algo especial era necessário por parte do paciente, algo que pode ser descrito como uma certa medida de crença nas pessoas e na disponibilidade de cuidados e ajuda.” (2002 [1945]: 251).

A seguir, Winnicott sugere que, no lugar da interpretação, sejam adotados “certos princípios”, “uma espécie de amor” (Id., *ibid*: 251), que ele diz ainda estar tentando formular e relacionar com uma estrutura teórica.

O trabalho residencial proposto por Winnicott prescinde da verbalização e do material que está pronto para a interpretação. Nesse caso, o fundamental é o suprimento total em que se constitui o ambiente. A seguir, ele enumera algumas

características essenciais desse trabalho baseado no que o ambiente pode oferecer e algumas sugestões para os encarregados dessas crianças e jovens:

1. Confiabilidade.
2. Segurança.
3. Ausência de moralismo.
4. Recomendação para que os profissionais não esperem gratidão por parte das crianças e adolescentes tratados.
5. Sugestão para que os profissionais fiquem atentos para lidar com o fato de que, no decorrer da terapia, quando a criança está indo bem e começa a se descobrir, ela pode se tornar um incômodo.

Winnicott nos diz que, se examinarmos mais atentamente os fundamentos da confiabilidade como terapia, poderemos constatar que uma grande proporção das crianças candidatas à assistência residencial foram criadas em ambientes caóticos, de modo geral ou numa fase específica da vida, ou ambas as coisas. Um ambiente caótico implica em imprevisibilidade. Ou seja, a criança deve sempre esperar traumatismo e, conseqüentemente, esconder e manter inacessível a área central de sua personalidade, para que nada lhe possa fazer bem ou mal.

Na assistência residencial, a confiabilidade de um tipo humano pode, com o tempo, desfazer, mesmo os sentimentos mais agudos de imprevisibilidade e é nesses termos que se pode descrever grande parte da terapia.

Encontramos muitas semelhanças entre esse trabalho “com base na gestão de grupo” (Id., *ibid*: 252), relatado por Winnicott e os programas culturais comunitários descritos por nós.

Embora nenhum desses programas ofereça uma assistência de tipo residencial, eles parecem oferecer todos os elementos que Winnicott apresenta como sendo parte fundamental da terapia residencial (confiança, segurança, estabilidade etc). Além disso, as crianças e adolescentes que participam desses programas passam a maior parte de seu tempo de vigília nesses locais.

*“Depois que a gente conheceu a casa, ela passou a ser nossa segunda casa. Aí, depois disso tudo, o que a gente quer é ficar aqui, se desse*

*pra dormir na Ação<sup>7</sup>, todo mundo dormia (risos)”. (Espaço de Construção da Cultura)*

*“Tudo gira em torno da companhia. A gente passa muito tempo aqui. É como se fosse a nossa casa”. (Companhia Étnica de dança)*

A terapia residencial sustenta-se no fato da criança ter a oportunidade de redescobrir no ambiente institucional uma situação de segurança suficientemente boa, que se perdeu ou foi interrompida num determinado estágio anterior.

Consideramos que a terapia residencial da qual Winnicott nos fala durante a segunda guerra, venha a ser, hoje em dia, realmente, muito próxima do trabalho com crianças e adolescentes proposto pelas ONGs estudadas por nós. É claro que elas não são instituições que tem por objetivo o acolhimento e o tratamento de crianças e jovens anti-sociais ou delinquentes, mas o que Winnicott descreve como tratamento parece ser, justamente, a base que dá o caráter preventivo desses trabalhos.

A questão da prevenção primária está, obviamente, nesse caso, relacionada ao trabalho com crianças e adolescentes “normais”, que não apresentam sintomas mais evidentes de comportamento anti-social ou delinquência. Mas isso também não quer dizer que essas crianças não sofreram privação. É por esse motivo que falamos de prevenção primária.

O trabalho realizado por esses programas culturais parece facilitar na criação, na realimentação e/ou na manutenção do campo imaginário compreendido como espaço potencial, sendo uma ferramenta privilegiada para a prevenção de conflitos psíquicos que podem degenerar em diversas situações patológicas, como as toxicomanias, especialmente na adolescência.

Ao relacionarmos a teoria do desenvolvimento emocional de D.W. Winnicott, com as possibilidades oferecidas pelos programas culturais com que trabalhamos, podemos encontrar várias ações concretas que visam à intervenção em questões afetivas e relacionais indicadas por Winnicott como sendo de grande importância para o processo de amadurecimento emocional saudável de crianças e adolescentes.

Podemos dizer, então, que os programas culturais que analisamos aqui parecem funcionar preventivamente, e, algumas vezes até, terapeuticamente, no trabalho com crianças e adolescentes de risco, ou seja, os que não tem ou não

---

<sup>7</sup> O Espaço de Construção da Cultura é um dos projetos da ONG: *Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida*. Não só os participantes do projeto, mas também os moradores do bairro (Santa Tereza), se referem a ele como “Ação”.

tiveram uma experiência de provisão ambiental suficientemente boa, o que, conseqüentemente, ocasionou um empobrecimento e uma fragilização de seus mundos internos. Na verdade, isto não significa dizer que estes programas são voltados para crianças e adolescentes anti-sociais ou delinqüentes. O que estamos dizendo é que esses trabalhos se constituem em trabalhos de prevenção primária e secundária, para crianças e adolescentes, na medida em que esse ambiente suficientemente bom funciona como o que podemos chamar, segundo o termo proposto por Guimarães (2001), de “rede de sustentação”, para diminuir o impacto de possíveis falhas ambientais durante o desenvolvimento dos sujeitos envolvidos.

#### **4.3.1 Agressividade e destrutividade na infância**

Winnicott constatou que uma das principais características das crianças anti-sociais é o fato de não haver em sua personalidade nenhuma área para o brincar, que é substituído então pela atuação (*acting out*). Esses e outros aspectos da destrutividade são discutidos por ele no livro *Privação e delinqüência*.

Para o autor (2002 [1939]) — tendo como base, a princípio, as indicações de Melanie Klein, e, posteriormente desenvolvendo sua perspectiva particular da questão da agressividade — o amor e o ódio constituem-se nos dois principais elementos em torno dos quais se desenvolvem as relações humanas.

Se observarmos essa idéia em termos do que o bebê está organizado para enfrentar, concluiremos que o amor e o ódio são experimentados pelos bebês, com a mesma intensidade do que o são para os adultos.

No entanto, a problemática maior dessa dinâmica afetiva repousa no fato da agressividade ser, dentre todas as tendências humanas, especialmente escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos, sendo sempre difícil determinar suas origens quando se manifesta. Ou seja, apesar de sabermos sobre o ódio que existe no íntimo do ser humano, nunca poderemos vê-lo totalmente desnudado.

Considerando-se o bebê, nesse caso, sabemos que, mesmo que ele se disponha a fazer mal, ele não pode causar grandes danos reais. Mas, mesmo assim, será que o bebê pode apresentar-nos sua agressividade sem disfarces?

Winnicott diz que não existe uma compreensão clara a esse respeito, o que podemos observar é que o bebê morde o seio da mãe, e às vezes, lhe tira sangue.

Ele também pode machucar os mamilos com suas gengivas e, quando nascem os primeiros dentes, pode realmente machucar.

Winnicott relata o caso de um bebê que nasceu com um incisivo superior e, por esse motivo, poderia machucar bastante o seio da mãe. Esse bebê chegou a sofrer de inanição parcial por proteger o seio da mãe. Em vez de morder o seio, ele sugava o lado interno de seu lábio inferior, causando-lhe uma ferida.

Assim, parece que, se temos que admitir que o bebê tem a possibilidade de machucar, por outro lado, também teremos que aceitar também o fato de que existe nele uma inibição dos impulsos agressivos, o que lhe permite proteger o que é amado e está em perigo.

Dessa forma, se há no bebê uma grande capacidade para a destruição, ele, também tem a capacidade de proteger o que ama de sua própria destrutividade. No entanto, é necessário esclarecer que a principal destruição se passa, principalmente, em sua própria fantasia. E, mesmo que essa agressividade instintual possa se tornar, com o tempo, algo a ser mobilizado a serviço do ódio, ela é, originalmente, uma parte do apetite, ou de alguma outra forma de amor instintual, que aumenta durante a excitação, e seu exercício é, acima de tudo, agradável.

Winnicott utiliza o termo voracidade, considerando-o a melhor expressão da idéia de fusão original entre amor e agressão, mesmo que neste caso o amor seja restrito ao amor-boca.

No entanto, ele aponta para o que considera ser fundamental para essa questão da busca da agressividade pura, através do estudo do bebê: a fantasia.

O elemento essencial que está em jogo nessa realidade interior, um mundo que pode ser sentido dentro do corpo ou dentro da personalidade, é inconsciente. A capacidade de tolerar a totalidade do que encontramos em nossa realidade interior é uma das grandes dificuldades humanas e, um dos principais objetivos humanos consiste em conseguir estabelecer relações harmoniosas entre a realidade interna e externa.

Quando as forças cruéis ou destrutivas ameaçam dominar as forças de amor, o indivíduo é obrigado a fazer algo para se salvar. Uma das coisas que ele faz para se salvar é por fora de seu íntimo, dramatizar exteriormente o mundo interior, representar ele próprio o papel destrutivo e provocar seu controle por uma autoridade externa. O controle é estabelecido desse modo, na fantasia

dramatizada, sem o aniquilamento dos instintos, enquanto que o controle interno ao ser aplicado implica no que conhecemos clinicamente como depressão.

De acordo com Winnicott, quando há esperança no que diz respeito ao mundo interno, a vida instintiva está ativa e o sujeito pode usar os impulsos instintivos, incluindo os agressivos, transformando na vida real o que era dano em fantasia. Essa dinâmica está na base do brincar e do trabalho. No entanto, ao aplicar essa teoria, poderemos observar que existe um limite até onde podemos ajudar uma criança, em função do estado de seu mundo interior, no sentido da sublimação. Se a destruição for excessiva e incontrolável, muito pouca reparação é possível e nada podemos fazer para ajudar. Tudo o que a criança pode fazer é negar a propriedade de fantasias más ou então dramatizá-las.

Quando se fala em dramatização, no contexto winnicottiano, lembramos de uma parte da entrevista da educadora Lúcia Coelho, da Escola de Teatro *Spetaculum*:

*“Os casos mais difíceis são os que apresentam reações de agressão, de desinteresse, reações anti-sociais. Os meninos que não querem saber de nada. Eu vou dar um exemplo que me veio na cabeça nesse instante: um menino que chegou aqui uma vez, subiu lá no armário — nós tínhamos um armário grande lá em cima — e ele ficou lá em cima a aula inteira, o tempo inteiro, e aí os meninos diziam: “Anda, desce, vem pra cá!” Aí a gente disse “Não, deixa ele ficar lá em cima do armário, porque aí vai ter uma hora que ele vai ter vontade de descer”. E assim, a gente ficava vendo até onde que isso podia ir, né? E ele ficou alguns dias em cima do armário e a gente deixou, a gente ignorou, mas a gente conversava muito. Até que um dia ele veio me fazer alguma pergunta. E a gente começou a responder, e depois ele começou a se interessar... Mas se interessava assim, batendo nos outros, quer dizer, vinha, mas daquela forma. A sensação que a gente tinha é de que ele estava dizendo: “Antes de ser agredido, eu vou agredir”. (...) Ele fazia umas coisas assim, literalmente, pra agredir. Uma vez eu convidei uma amiga minha, a Zézé Polessa, pra fazer uma palestra, e ele se sentou bem na frente dela, abriu um jornal e ficou lendo. Mas eu tinha preparado ela e ela não deu a mínima. Então lá pelas tantas ele fechou o jornal e disse: “— Meu nome é tal.” Aí ela disse, “ô que bom! tava mesmo querendo saber seu nome.” Aí foi se conversando, quer dizer... esse é um garoto que eu me interessei muito, até porque quando ele subiu em cima do armário eu me lembrei das vezes que eu também tinha vontade de subir em cima do armário, quer dizer, eu me identifiquei com ele. Então eu fiquei assim, querendo muito, e ele percebeu esse meu olhar mais cuidadoso. Até que um dia ele me contou que o irmão gêmeo dele tinha sido assassinado, ele tinha na época 14 anos. O irmão dele tinha sido assassinado por um traficante e ele disse que o objetivo da vida dele era matar o traficante. Então, evidentemente, um menino de 13, 14 anos que tem esse objetivo não vai se interessar por nada, né? Aí a gente deu a idéia dele fazer a história da vida dele, reproduzir o assassinato nas improvisações de teatro e descobrir umas saídas, porque eu dizia pra ele “— Não sei qual é o meio mais eficaz de você*

*resolver esse problema, mas o fato de você matar esse cara não vai resolver nada, porque o teu irmão já morreu, não vai voltar, e você vai preso e vai acabar com a tua vida também. Se você virar um assassino, acabou. E você não tem nenhuma característica de que vai chegar a esse ponto”. E aí a gente começou a mostrar pra ele as características positivas e maravilhosas dele. E aí esse menino aos poucos ele foi... ele fez... foi uma coisa muito bonita, porque a gente fez essa história, dramatizou. Evidentemente não foi um espetáculo que a gente apresentou, mas foi feito internamente e cada um deles se colocou. E aí que a gente ficou sabendo a história de muitos outros meninos, tipo meninos negros que quando tinham assaltos dentro do ônibus eles logo iam pra parede com o revólver nas costas só porque eram negros. Quer dizer, isso tudo ainda acontece, entendeu? Só que hoje eu acho que os meninos, quando eles vivem uma situação dessas, eles dizem “— perai camarada, eu sou negro, mas não estou envolvido nisso, entendeu? Eles já sabem se colocar sem responder de uma forma agressiva, então, quer dizer, isso tudo é um processo.” (Lúcia Coelho, Escola de Teatro Spetaculum).*

O relato de Lúcia Coelho parece exemplar de como a “experiência cultural” pode ajudar pessoas a tomar ou retomar suas possibilidades imaginativas e criativas, de fornecer-lhes a base para o estabelecimento do valor positivo da agressividade e da destrutividade, para que o indivíduo possa criar um mundo de realidade compartilhada e utilizá-la para retro-alimentar a substância “diferente-de-mim” que existe dentro dele.

Nesse contexto, a experiência da dança, do jogo, do teatro, a prática das atividades circenses e outras mais, num ambiente propício, parecem extremamente importantes para a prevenção, — em termos gerais de saúde mental para crianças e adolescentes — na medida em que estas atividades também oferecem recursos adequados para que esses sujeitos possam lidar com a agressividade e, posteriormente com a destrutividade, elementos de extrema importância para todos, mas que tem especial implicação nos conflitos que levam alguns sujeitos aos atos anti-sociais.

Segundo Winnicott, se tentarmos observar o início da agressividade num indivíduo, encontraremos primeiro o movimento do bebê. Os bebês se movimentam antes do nascimento, não apenas em suas evoluções, mas também nos movimentos mais bruscos das pernas, os assim chamados pontapés que as mães dizem receber de seus bebês. Uma parte da criança se movimenta e, ao se mover, ela dá de encontro com algo. Poderíamos chamar isso de pancada ou pontapé, no entanto, falta o sentido dessas pancadas e pontapés, porque o bebê, antes de nascer, ou recém-nascido, ainda não se transformou numa pessoa que possa ter uma clara razão para a ação.

Assim, há, em qualquer criança, a tendência para o movimento e para a obtenção de prazer muscular no movimento, obtendo satisfação da experiência de mover-se e dar de encontro com alguma coisa. Ao acompanhar essa característica, poderíamos descrever o desenvolvimento de uma criança registrando a progressão, desde um simples movimento até as ações que expressam raiva ou estados que denunciam o ódio ou seu controle e de como a pancada casual pode converter-se em machucar com intenção. Paralelamente a isso, encontraremos também uma proteção do objeto que é simultaneamente amado e odiado. Indo um pouco além, poderemos definir a organização das idéias e impulsos destruidores numa criança como um padrão de comportamento, e, no desenvolvimento sadio tudo isso pode demonstrar o modo como as idéias destrutivas, sejam elas conscientes ou inconscientes, e as reações a tais idéias, aparecem nos sonhos e brincadeiras de crianças, bem como na agressão dirigida contra aquilo que é aceito no meio imediato da criança como merecedor de destruição.

Podemos assim compreender que essas primeiras pancadas dos bebês levam à descoberta do mundo que não é o eu da criança e ao começo de sua relação com os objetos externos. O que depois se transformará em comportamento agressivo não passa, a princípio, de um mero impulso que leva ao movimento e aos primeiros passos rumo à exploração do mundo externo. Dessa forma, a agressividade, para Winnicott, está sempre relacionada à configuração de uma distinção entre o que é eu e o que é não eu.

Nesse ponto, mais uma vez, traçamos um paralelo entre as questões colocadas por Winnicott e as atividades oferecidas por alguns programas culturais voltados para adolescentes. Nesse caso, a propósito da articulação entre agressividade e movimento, uma boa ilustração pode ser fornecida pelo trabalho corporal, de dança, realizado por Ivaldo Bertazzo (VARELLA, 2002), com adolescentes moradores do Complexo da Maré (organizado pelo CEASM – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), iniciado em março de 2000<sup>8</sup>.

O trabalho proposto por Bertazzo (2002) consistiu numa vasta experimentação dos princípios de coordenação motora, que tiveram como resultado três espetáculos: Mãe Gentil, Folias Guanabaras e Dança das Marés.

---

<sup>8</sup> Atualmente, Ivaldo Bertazzo não está mais no Centro Cultural da Maré. Nesse momento Bertazzo coordena um trabalho de dança com adolescentes de várias ONGs de São Paulo.

Bertazzo nos informa que praticamente todos os adolescentes conseguiram redirecionar seus hábitos de hiperatividade, que os distanciava da interiorização e das atitudes de concentração necessárias à absorção do aprendizado.

Após três anos, observou-se nesses adolescentes o desenvolvimento de “reação mais pronta e alerta às atividades propostas” (Id, *ibid*: 114), em função da exigência inerente ao trabalho, de grande capacidade de raciocínio motor para dançar e subdividir, com muita complexidade, ritmos e pulsações.

Bertazzo acredita que essa experiência foi de grande valor para a diferenciação e personalização desses adolescentes, e que os progressos obtidos por eles (com relação à prontidão e a capacidade de concentração, a serem transferidas para suas futuras atividades profissionais) foram imensos.

De acordo com o autor (Id, *ibid*), a organização do mundo motor inicia-se com o instinto individual de sobrevivência, quando o bebê se encontra ainda em simbiose com a mãe, vivendo no seio de uma globalidade única, onde é tudo e todos. Depois dessa fase, o bebê lança-se à manipulação de objetos, à sucção, à agitação de braços e pernas, a uma contínua troca de pequenos movimentos nos seus espaços internos, para finalmente, através da elaboração de suas sensações, diferenciar-se do ambiente, descobrindo sua individualidade. O movimento é o que permite ao bebê separar-se e classificar as diversas sensações provenientes de cada elemento do mundo interno e externo<sup>9</sup>.

Após o nascimento, o desenvolvimento da individualidade humana acontecerá para frente: no espaço ao alcance das mãos, dos pés e até onde o olhar pode alcançar.

O sentido de orientação espacial é determinado por músculos situados na frente do corpo, comandados por um sistema nervoso eferente mais refinado que o das outras espécies animais. Tal constituição tende a exacerbar o impulso de alcançar o mundo exterior, de ir ao encontro do que se apresenta à frente. Além disso, no mundo atual tão cheio de apelos e estímulos, o impulso de voltar-se para o que está fora é muito forte.

A capacidade de manipular e perceber a transformação dos elementos manipulados pode seduzir e fascinar o ser humano a tal ponto, que ele acabe deixando de olhar para dentro e para trás, na ânsia de acumular novas experiências

---

<sup>9</sup> É interessante observar a semelhança entre o que Bertazzo diz sobre o início da vida motora, e o que Winnicott destaca ao tratar da relação entre o movimento do bebê e a agressividade.

e informações. Bertazzo adverte para o fato de que esse constante movimento para fora tem seu lado perigoso. Ele acredita que, para equilibrar esse afastamento do próprio centro, as “providências remediadoras” (Id., *ibid*: 121) deveriam começar bem cedo na vida.

As formas levemente esféricas que se encontram nas linhas da coluna é que tornam possível ao corpo humano erigir-se com e em oposição à gravidade. Os padrões esféricos deveriam ser preservados no movimento de se passar da posição deitada para a sentada, e desta para a de pé. Mesmo na posição de pé, nos saltos, nos gestos do trabalho manual, de se alimentar ou se manifestar afetivamente, a utilização das orientações esféricas propicia a atenção ao universo interior.

“Antes de ser psíquico, o ser humano é psicomotor. Saltando vários elos intermediários, tenho a ousadia de acreditar que a possibilidade motora de reagrupar-se e voltar-se para o interior é imprescindível na afirmação da personalidade individual”. (Id., *ibid*: 121).

Até aqui, Bertazzo mencionou alguns princípios de construção da “mecânica humana”, que, segundo ele, fazem dela um privilégio da nossa espécie: a indissociável unidade entre o psíquico e o motor, a projeção do espaço interior para o exterior, a importância das construções esféricas nos movimentos e da musculatura anterior do tronco.

Tais princípios motores deveriam ser básicos na formação do educador e do profissional de saúde, assim como deveriam estar presentes em todas as atividades que necessitam de concentração, tanto no aprendizado, como na experiência com o mundo exterior.

Para o autor, o conhecimento de como funciona o aparelho motor também poderia ser introduzido nos programas de educação com grande aproveitamento para o desenvolvimento intelectual, com redução do estresse e desconforto, trazendo economia dos recursos reservados à saúde num mundo excessivamente populoso e de baixa renda.

Os músculos flexores humanos, que se encontram à frente do corpo, são os elementos que possibilitam a atitude de concentração e análise, o envolvimento do ser numa ação específica ou diante de uma nova informação ou conhecimento adquirido. São eles que controlam o impulso de dispersar-se no exterior, de levar

o corpo a experimentar sensações motoras mais profundas, mais intensas, construindo e refinando o universo de referências anteriores.

O corpo que se lança para frente tem a tendência a empinar toda a caixa torácica e, conseqüentemente, projetar o abdome na mesma direção. Quando isso ocorre, fecham-se os espaços ósseos e musculares da parte de trás do corpo, bloqueando o livre curso da respiração (este é um exemplo de como os diferentes impulsos determinam modos de funcionamento corporal que definirão diferentes desenhos do corpo).

No entanto, não é do exterior e sim do interior que, a partir dos primeiros meses de vida, se estabelecem as sensações da geometria que nos situarão no espaço. Esse também é o momento em que o indivíduo percebe as linhas retas e curvas, a distância entre dois pontos, e as diferentes dimensões. A partir do refinamento dos movimentos, os gestos se ampliam possibilitando uma maior precisão da definição do volume individual no espaço. Para isso, o contato com os objetos exteriores é fundamental, o contato com outros corpos em movimentos semelhantes ou não, para, aos poucos, nos tornarmos mestres do espaço. “Não fosse o fato de possuímos um psiquismo tão dependente da auto-estima e do reconhecimento dos outros, seríamos os reis dos reis da postura” (Id, *ibid*: 123).

O corpo humano ereto vivencia no espaço dimensões e posições essenciais para sua sobrevivência – altura, profundidade, largura, a parte da frente, a de trás e a lateralidade. O sentido inicial de orientação para frente é a referência básica para a conceituação das outras direções. São os músculos que proporcionam a passagem de um movimento ao outro, são eles que nos fazem perceber a continuidade do espaço. A experiência motora é essencial para que nos percebamos vivos e diferenciados de outros indivíduos e objetos.

“Química alguma pode substituir a experiência de pressionarmos os pés no solo, manipularmos diferentes objetos, modificando-os diante de nossos olhos, nem substituirá a experiência da vibração de nossa voz dentro do corpo. Esse corpo necessita de uma intensa experimentação no espaço e dentro de si, em planos e níveis diferentes, com mudanças de velocidade, com diferentes qualidades e intensidades de movimento, para refinar seu cérebro e seu universo intelectual. Acredito que, introduzindo no processo educacional de nossas crianças condições práticas de experimentação e mesmo de reflexão intelectual sobre o universo do gesto humano, poderemos estabelecer as bases de uma “ecologia pessoal” que poderá ampliar-se para a

sociedade. O conhecimento de nossa trajetória, de todos os fatores de que dependemos – seja qual for nossa classe social —, a consciência de si e dos outros, a consciência de tudo o que nos cerca, depende fundamentalmente de nossas experiências psicomotoras, sem deixar de associá-las sempre às noções de bem-estar e prazer pelas quais nosso psiquismo anseia.” (Id, ibid: 123).

Com relação à questão da agressividade e, posteriormente da destrutividade, que, como já vimos são, para Winnicott, características da tendência anti-social, é interessante trazer aqui o artigo de Calligaris (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004) “Adolescentes, entre um elefante e as cobras de Samwaad”, onde ele chama a atenção para a relevância do trabalho corporal, como o que é desenvolvido por Bertazzo, para auxiliar adolescentes a lidar com esses elementos psíquicos.

Em seu artigo, Calligaris começa por comentar o filme “Elefante”, de Gus Van Sant, que trata do episódio de Columbine, protagonizado pelos adolescentes Dylan e Eric.

Para Calligaris, a pedra de toque do filme de Gus Van Sant é mostrar todo o tempo que uma tragédia está, obviamente, para acontecer. Tão obviamente quanto um elefante passeando pelas ruas. No entanto, as explicações para o desastre parecem ser apenas tentativas de consolo através da razão. Como explicar que adolescentes “quase normais”, alunos corretos, com famílias “quase normais”, tenham protagonizado um ato tão monstruoso?

O que parece ser mais doloroso, para as famílias das vítimas e dos assassinos, e mesmo para a sociedade em geral, é, justamente, a falta de explicação, já que as verdadeiras causas acabariam por se perder na banalidade cotidiana.

No dia da tragédia, Eric e Dylan provavelmente levaram para a escola, junto com suas armas, granadas e munições, uma série de desgostos comuns a seus pares: a insatisfação com o vazio e solidão de suas vidas, a enorme vontade de que algo acontecesse, a tristeza de não serem os heróis de ninguém, a frustração de não saber o que é amar. Assim, o autor se pergunta: “o que fazer com esse elefante estranhamente familiar, que passeia por nossos gramados?” (Id, ibid: 8).

Ao desenvolver essa reflexão ele contrapõe o elefante de Columbine as cobras de adolescentes dançando no espetáculo montado por Ivaldo Bertazzo, “Samwaad, a rua do encontro”.

O espetáculo é fruto do projeto coordenado por Bertazzo durante nove meses, com 53 jovens de várias ONGs de São Paulo, que passaram 25 horas por semana tentando redescobrir seus corpos (REVISTA OCAS, 2004).

“Em “Samwaad” não há discurso nem palavras. Só música, canto rítmico, percussões e dança. Misteriosamente, as evoluções dos dançarinos contêm e transmitem uma mensagem arrepiante de alegria de viver e de solidariedade possível. Se fosse necessária uma demonstração de que o trabalho corporal pode tocar algum âmago da subjetividade ela está dada. Aventurar-se na graça e na harmonia, transformar postura e gestualidade para um passeio na “Rua do Encontro” é uma maneira de recompor a imagem de si que cada um oferece aos outros, é um jeito de inventar novas relações. Pois, por exemplo, ninguém entra na ciranda sem confiar no próximo. Olhando para os jovens de “Samwaad”, pensei na caminhada triste de Dylan e Eric, que enfiavam os coturnos na grama carregando suas bolsas de morte. (...) Seria bom se os Dylans e Erics da vida encontrassem um Ivaldo Bertazzo que lhes ensinasse a dançar.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004: 8).

#### 4.3.1.1 “O uso do objeto”

Na concepção de Winnicott, a dinâmica da agressividade e da destrutividade está diretamente ligada ao “uso do objeto”.

Os objetos e fenômenos transicionais são, para o autor, de extrema importância no processo de amadurecimento, mais especificamente na passagem da fase de relação de objeto para a do uso do objeto.

Enquanto o relacionamento pode ser descrito em termos do sujeito individual, o uso só pode ser apresentado em função da existência independente do objeto, por sua propriedade de estar sempre ali. “Veremos que são exatamente esses os problemas que nos interessam, quando examinarmos a área para a qual tentei chamar a atenção, em meu trabalho, sobre o que denominei de fenômenos transicionais”. (WINNICOTT, 1975: 124).

A formulação winnicottiana do uso do objeto implica numa nova abordagem das origens da agressividade, uma vez que a maior parte do que foi formulado em psicanálise sobre a agressividade não leva em conta o que o autor propõe. Na teoria ortodoxa supõe-se que a agressividade é reativa ao encontro

com o princípio da realidade, enquanto que o ponto central dos argumentos de Winnicott é de que o impulso destrutivo cria a qualidade da externalidade. Em outras palavras, em psicanálise entende-se, geralmente, que o princípio da realidade envolve o indivíduo em raiva e destruição reativas, mas, para Winnicott, a destruição desempenha um papel na criação da realidade, colocando o objeto fora do eu (*self*).

Para Winnicott, o ataque raivoso resultante do encontro com o princípio da realidade é um conceito mais refinado, posterior à destruição da qual ele fala. Não há raiva na destruição do objeto a qual ele se refere, mas pode-se dizer que há alegria na sobrevivência do objeto. A partir desse momento, após essa fase, o objeto, na fantasia, está sempre sendo destruído.

Assim, a relação de objeto pode ser descrita em termos da experiência do sujeito, ao passo que a destruição do uso do objeto está ligada à consideração da natureza do mesmo.

Segundo Winnicott, a capacidade de usar objetos é mais apurada que a capacidade de relacionar-se com objetos, na medida em que o relacionamento pode ser estabelecido com um objeto subjetivo. No entanto, o uso do objeto implica, necessariamente, em que o objeto faça parte da realidade externa. O processo todo tem, para o autor, a seguinte seqüência:

1. O sujeito relaciona-se com o objeto.
2. O objeto está em processo de ser encontrado.
3. O sujeito destrói o objeto.
4. O objeto sobrevive à destruição<sup>10</sup>.
5. O sujeito pode *usar* o objeto.

O estudo dessa dinâmica aponta para o valor positivo da destrutividade. Essa destruição, junto com a sobrevivência do objeto, coloca o mesmo fora da área de objetos criados pelos mecanismos psíquicos projetivos do sujeito. Dessa forma, cria-se um mundo de realidade compartilhada, que poderá ser usada pelo sujeito e que pode retroalimentar a substância não-eu dentro do sujeito.

---

<sup>10</sup> Sobreviver significa não retaliar.

Enfim, em termos de um desenvolvimento seqüencial, pode-se colocar primeiro a relação de objeto e depois, ao final, o uso do objeto. No entanto, no intervalo entre esses dois processos há o que Winnicott considera ser a fase mais difícil do desenvolvimento humano ou “um dos mais cansativos de todos os primitivos fracassos que nos chegam para posterior reparo” (Id., *ibid*: 125). Entre a relação e o uso do objeto o sujeito coloca o objeto fora da área de seu controle onipotente, isto é, ele percebe o objeto como fenômeno externo e não mais como uma entidade projetiva.

Essa mudança, que se sustenta no reconhecimento do objeto como entidade por seu próprio direito, significa a destruição do objeto por parte do sujeito.

Portanto, para usar um objeto, o sujeito deve ter desenvolvido a capacidade de usar objetos. Como já vimos anteriormente, essa capacidade não é inata e sua aquisição também não pode ser tomada como certa. O desenvolvimento da capacidade de usar um objeto aponta para outro exemplo de como o processo de amadurecimento depende de um meio ambiente propício.

Depois de tudo o que vimos sobre a teoria winnicottiana, parece ficar claro que a questão do uso do objeto está intimamente relacionada com as experiências dos sujeitos com os objetos e fenômenos transicionais, com o brincar, e que o brincar também se relaciona estreitamente com o “ambiente suficientemente bom” (Mãe boa).

Em um determinado momento do livro “Privação e Delinquência”, Winnicott resume bem essas relações:

“Até a criança pequena, mesmo desejando que saibamos que ela gosta de derrubar torres de blocos de armar, só permite que saibamos disso quando existe, num certo momento, uma atmosfera geral de construção de blocos de armar, o que lhe fornece, então, a possibilidade de ser destrutiva sem sentir-se desesperada”. (WINNICOTT, 2002 [1939]: 95).

Ou seja, é através da brincadeira (construir e derrubar blocos de armar), que a criança tem a oportunidade de lidar com a destrutividade que faz parte do processo de individuação. Mas, para que o brincar possa acontecer, é necessário que haja também um ambiente suficientemente bom (uma atmosfera geral de construção de blocos de armar), “o que fornece à criança a possibilidade de ser destrutiva sem sentir-se desesperada” (uso do objeto).

## 5

# OS PROGRAMAS CULTURAIS, A “EXPERIÊNCIA CULTURAL” DE WINNICOTT E A “EXPERIÊNCIA ESTÉTICA” DE DEWEY: POR UMA “ÉTICA DA ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA”

### 5.1

#### ARTE, CRIATIVIDADE E CONSTITUIÇÃO DO EU (*SELF*) NA OBRA DE WINNICOTT

Para Winnicott, é no brincar, e apenas no brincar, que o indivíduo, seja ele criança, adolescente ou adulto, pode ser criativo e dispor de sua personalidade integral. E, conseqüentemente, é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (*self*).

No entanto, a criatividade não se confunde com os produtos das experiências criativas de um indivíduo.

“Constitui experiência freqüente no trabalho clínico o contato com pessoas que desejam ajuda, que buscam o eu (*self*) e que estão tentando encontrar-se nos produtos de suas experiências criativas. Mas, para auxiliar esses pacientes, temos de saber sobre sua própria criatividade. (...) Estou sugerindo que a busca do eu (*self*) em termos do que pode ser feito com produtos excremenciais constitui uma busca fadada a ser interminável e essencialmente mal sucedida. Na busca do eu (*self*), a pessoa interessada pode ter produzido algo valioso em termos de arte, mas um artista bem sucedido pode ser universalmente aclamado e, no entanto, ter fracassado na tentativa de encontrar o eu (*self*) que está procurando. (...) A criação acabada nunca remedia a falta subjacente do sentimento do eu (*self*). (Id, *ibid*: 80).

A busca do eu (*self*) só pode se originar do funcionamento amorfo ou desconexo, ou, do brincar primitivo numa zona neutra. É somente nesse estado desintegrado da personalidade que o impulso criativo, tal com Winnicott o entende, pode aflorar.

No relaxamento favorável à confiança e à aceitação da credibilidade profissional do ambiente terapêutico (seja ele analítico, psicoterapêutico, de assistência social etc) existe espaço para a idéia de seqüências de pensamento

aparentemente desconexas, as quais o terapeuta deve aceitar como tais, sem presumir um fio significante, na seguinte seqüência:

1. Relaxamento em condições de confiança baseada na experiência;
2. Atividade criativa, física e mental, manifestada na brincadeira;
3. O somatório dessas experiências formando a base do sentimento do eu (*self*).

Essa experiência é consequência da oportunidade que o indivíduo possa ter de ver refletida de volta a comunicação (indireta) feita ao terapeuta (ou amigo) em quem confia. Nessas condições bem especiais, “o indivíduo pode reunir-se e existir como expressão do EU SOU, eu estou vivo, eu sou eu mesmo. Nesse posicionamento tudo é criativo” (Id.,ibid: 83).

É interessante notar a afinidade entre essa formulação de Winnicott e a experiência, que é relatada em um outro momento da entrevista de Lúcia Coelho, da escola de teatro *Spetaculum*:

*“Nem sempre eles chegam agitados, alguns são agitados, outros são tímidos, reservados, outros guardam, né? Não falam nada, até que chega um momento em que eles se sentem com confiança pra poderem falar, dizer o que querem, pra poderem se exprimir, quer dizer, na realidade, a primeira parte do nosso trabalho é conquistar os alunos pra que eles tenham a confiança necessária para poderem ser eles mesmos. Aliás, na realidade, ser eles mesmos já é uma outra história que eu acho que a arte, nesse particular, tem uma força muito grande. Porque na verdade, muitas vezes, você não sabe quais são os seus talentos, o que você pode fazer por você mesma, nem quem é você. Porque você é também o resultado do meio em que você vive, mas e você, você mesmo, quem você é? Então você, através da arte, tem uma chance maravilhosa de se descobrir. Então, o que a gente faz é oferecer essa oportunidade pra eles, esse clima onde eles podem então descobrir alguma coisa importante e isso acontece muito, quer dizer, de repente, a convivência, o trabalho artístico, quer dizer, a arte te bota em contato com você mesmo, você descobre coisas que você não sabe, você passa a se relacionar melhor com você mesmo e com o outro. Ai tem uma hora que você... esse processo da criação é um processo muito estranho, muito mágico. (...) Mas quando você tá vivendo um processo de criação verdadeiro é que você tem a oportunidade de se encontrar com você mesmo e você não sabe, não é no dia tal, de tantas a tantas horas que eu vou me encontrar comigo, não tem hora marcada e você só percebe depois que passou. Eu sempre digo isso, quando você está vivendo, você não sabe, porque não é um processo consciente, porque você não tá, vamos dizer, atinado pra isso, né?, Você tá fazendo, trabalhando, desenvolvendo alguma coisa e aí, quando você vê, já passou, você já criou. E você não sabe nunca quando foi, porque nesse momento você se perde, você tá entregue, você tá completamente entregue. Nesse momento de entrega é que as coisas magicamente vão acontecer. Eu até hoje não*

*consigo explicar, eu vivo isso esses anos todos, e sempre que eu tô num processo de criação, quando eu tô na base do intelecto, da razão, da descoberta, tudo bem, agora, na hora que eu mergulho, aí é o barato da história, aí nesse momento você descobre coisas incríveis.”*  
(Lúcia Coelho, Escola de Circo *Spetaculum*).

Parece que a fala de Lúcia Coelho ilustra a experiência que Winnicott descreve. Ela aponta para a necessidade de estabelecimento do sentimento de confiança, através do oferecimento de um ambiente onde os indivíduos possam sentir-se relaxados para experimentar o processo de criação, podendo “ser eles mesmos”, como ela diz, e destacando o caráter transformador dessa experiência.

Mas, apesar de Lúcia Coelho descrever uma experiência que supomos análoga à que Winnicott apresenta em seu desenvolvimento, quando ela nomeia essa experiência como “arte”: “aliás, na realidade, ser eles mesmos já é uma outra história que eu acho que a arte nesse particular tem uma força muito grande” ou em outros momentos de sua fala, coloca-se a necessidade de alguns esclarecimentos semânticos<sup>1</sup>, na medida que estamos articulando uma teoria oriunda de um campo específico, com uma prática alternativa, que ainda não tem uma base teórica mais consistente.

Assim, é necessário explicitar o que, numa perspectiva da teoria winnicottiana, o termo arte, empregado pela coordenadora da Escola de Teatro *Spetaculum*, corresponderia. Isso porque percebemos no discurso dos participantes das ONGs com as quais trabalhamos uma oscilação semântica do termo “arte”, que se confunde com “criatividade”, “processo de criação”, “atividade cultural”, “trabalho artístico” e outros termos.

Não parece ter sido à toa que, durante uma das entrevistas de grupo focal com adolescentes de um desses programas, um deles nos perguntou se sabíamos a diferença entre arte e cultura, o que logo se tornou uma discussão animada entre o grupo todo. Mas essa confusão semântica a que nos referimos parece refletir um

---

<sup>1</sup> “De todo modo, há assim os que levam em conta a estrita necessidade de rigor no empenho em precisar-se o que estamos dizendo quando usamos um conceito num campo específico do trabalho coletivo de formação e de atuação — seja no modo liberal, seja no institucional — de estudiosos, práticos e gestores de uma mesma área de conhecimento e de ação. E há também aqueles que tomam a noção como secundária, subordinada ou até inútil, dentro de idênticas condições.” Menezes (2004: 3). De acordo com Menezes, a questão principal não está na escolha entre essas duas formas de operar com os conceitos, e sim no fato de que determinados conceitos evidenciam uma oscilação semântica “e mostra-se bem que, mesmo com uma disposição negativa, não se consegue ficar livre da flutuação. Aquele que tem o conceito como que de pouco ou de nenhum valor e aquele que investe em concebê-lo efetivamente, ambos se contradizem no uso e na teoria.” (Id., *ibid*: 3).

conflito conceitual maior em torno da arte no campo da filosofia, onde a tentativa de definição do termo sempre foi um assunto que rendeu e continua rendendo inúmeros trabalhos, sem resultados muito satisfatórios (SHUSTERMAN, 1998).

Nessa perspectiva, é importante destacar novamente que, com relação à experiência apresentada por Winnicott (1975: 95), que alguns podem chamar de arte-educação, educação estética, trabalho artístico<sup>2</sup>, experiência artística, atividade cultural, processo de criação etc, ele faz uma referência geral ao termo criatividade, tentando evitar que o sentido se confunda com a criação bem sucedida ou aclamada. Mas, ao desenvolver sua idéia, Winnicott não entra em maiores considerações sobre o conceito de arte, nem sobre estética (termo que ele nem menciona), parecendo revelar a decisão de manter seu tema afastado das discussões conceituais no campo da estética<sup>3</sup>, ao fazer referência a termos mais genéricos como experiência ou vínculo cultural:

“É hoje geralmente reconhecido, acredito, que aquilo a que me refiro nesta parte de meu trabalho não é o pano nem o ursinho que o bebê usa; não tanto o objeto usado quanto o uso do objeto. Chamo a atenção para o *paradoxo*<sup>4</sup> envolvido no uso que o bebê dá aquilo que chamei de objeto transicional. (...) Esse paradoxo uma vez aceito e tolerado, possui valor para todo indivíduo humano que não esteja apenas vivo e a viver neste mundo, mas que também seja capaz de ser infinitamente enriquecido pela exploração do vínculo cultural com o passado e o futuro. *É essa ampliação do tema básico que me interessa nesse livro*<sup>5</sup>.”

É óbvio que a investigação de Winnicott difere da de um filósofo, principalmente se a preocupação do último é trabalhar com a definição conceitual de arte e com a distinção entre artes e belas-artes, “alta cultura” e cultura popular etc. Mesmo assim, Winnicott considera a filosofia como o campo do saber que

<sup>2</sup> As ONGs às quais nos referimos não são escolas de arte, não visam a formação de artistas. Seu objetivo é proporcionar a oportunidade, através de atividades como teatro, dança, capoeira, circo e outras mais, praticadas num contexto educativo, de um tipo de experiência que oferece possibilidades de transformação subjetiva e de recursos para um desenvolvimento saudável de crianças e jovens, sem perder de vista a necessidade que esses meninos têm de geração de renda a curto prazo.

<sup>3</sup> Outra questão, que não exclui a primeira é, provavelmente, o esforço de Winnicott no sentido de evitar que a questão que ele desenvolve não seja confundida com o conceito de sublimação e, também para não envolver-se na ambigüidade que marca, tradicionalmente, a relação da psicanálise com a arte.

<sup>4</sup> Grifo do autor.

<sup>5</sup> Grifo meu.

chegou mais perto das questões que ele trata com relação à área intermediária, e ao brincar.

“A experiência cultural não encontrou seu verdadeiro lugar na teoria utilizada pelos analistas em seu trabalho e em seu pensar. Naturalmente, é possível ver que aquilo que pode ser descrito como uma área intermediária encontrou reconhecimento na obra dos filósofos.” (Id.,ibid: 9)”.

É justamente sobre essa lacuna deixada pela psicanálise que Winnicott tece o seu trabalho. Mas, ao apresentar a dinâmica psíquica envolvida na “experiência cultural” ele, realmente, não parece disposto a se deter em certas elaborações conceituais:

“Empreguei o termo ‘experiência cultural’ como uma ampliação da idéia de fenômenos transicionais e da brincadeira, sem estar certo de poder definir a palavra ‘cultura’.” (Id.,ibid: 137).

Winnicott não está certo de poder definir o termo cultura, mas mesmo se recusando a apresentar um sentido estrito para o termo, no contexto de seu pensamento, ele revela, genericamente, seu significado:

“A ênfase na verdade recai na experiência. Utilizando a palavra ‘cultura’, estou pensando na tradição herdada. Estou pensando em algo que pertence ao fundo comum da humanidade, para o qual indivíduos e grupos podem contribuir, e do qual todos podem fruir, *se tivermos um lugar para guardar o que encontramos*<sup>6</sup>” (Id.,ibid: 137).

E é justamente essa maneira nova de apresentar uma experiência subjetiva que depende, tanto da realidade externa quanto interna, numa zona intermediária, que parece se constituir a contribuição mais original do autor, para a psicanálise.

“Enquanto os analistas se esforçam na descrição da psicologia do indivíduo e dos processos dinâmicos de desenvolvimento e organização defensiva, e para incluir impulso e pulsão em termos do indivíduo, aqui, nesse ponto onde a criatividade passa a existir, ou não (ou alternativamente, se perde), o teórico tem de levar em conta o meio ambiente, e nenhuma afirmação que se refira ao indivíduo como ser isolado pode tocar o problema central da fonte da criatividade” (Id.,ibid: 103).

---

<sup>6</sup> Grifo do autor.

E se Winnicott apresenta essa formulação de dentro do campo psicanalítico é porque, com certeza, ele considera a psicanálise como um campo adequado para tratar dessa questão:

“Essa teoria não afeta o que conhecemos a respeito da etiologia das psiconeuroses, ou do tratamento de pacientes psiconeuróticos; tampouco se choca com a teoria estrutural da mente, formulada por Freud em termos de ego, id e superego. Mas afeta nossa visão da pergunta: sobre o que versa a vida? Podemos curar nosso paciente psiconeurótico e nada saber sobre o que lhe permite continuar vivendo. Para nós é de suma importância reconhecer abertamente que a ausência de doença psiconeurótica pode ser saúde mas não é vida. Os pacientes psicóticos que pairam permanentemente entre o viver e o não viver, forçam-nos a encarar esse problema que realmente é próprio, não dos psiconeuróticos, *mas de todos os seres humanos*<sup>7</sup>. Afirmo que esses mesmos fenômenos, que constituem vida e morte para nossos pacientes esquizóides, ou fronteiriços, aparecem em nossas experiências culturais. São essas experiências que fornecem a continuidade da raça humana que transcende a existência pessoal” (Id.,ibid: 138).

O interesse de Winnicott por determinados grupos sociais reflete seu interesse maior pelo estudo da sociedade. Para ele, a sociedade existe como estrutura que tem origem no indivíduo e que é mantida e continuamente reconstruída por ele. Em contrapartida, não haveria possibilidade de realização pessoal sem a sociedade, na medida em que ela representa a afirmação, em termos coletivos, do crescimento individual no sentido da realização pessoal. Ou seja, segundo Winnicott a sociedade, para existir, depende dos processos coletivos de crescimento dos indivíduos que fazem parte dela. E ele é categórico a esse respeito, quando diz que “nós precisamos aceitar o fato de que as pessoas psiquiatricamente sadias dependem, para sua saúde e sua realização pessoal, da *lealdade a uma área delimitada da sociedade*”<sup>8</sup> (Id.,ibid: 191).

Com relação à questão da arte e da cultura, é Masud Khan (2000), que aponta para a relação que Winnicott faz entre seu pensamento e os campos da arte e da estética. Khan diz que Winnicott tinha plena consciência da correspondência íntima entre seu conceito de objeto transicional com alguns conceitos da literatura e da arte: as colagens cubistas de Braque e Picasso, a estética de Mallarmé e o

---

<sup>7</sup> Grifo do autor.

<sup>8</sup> Grifo do autor.

conceito joyciano de epifania, apresentariam claramente as características do objeto transicional, ao integrar o dado ao criado, o imaginado e o concretamente encontrado, tratando-se, portanto, do mesmo tipo de atividade e experiência humanas. Segundo Khan, foi por esta razão que Winnicott, próximo ao final da sua vida, interessou-se tanto pelo modo como a cultura, com seu extenso vocabulário de símbolos e suas atividades simbólicas, auxiliam o indivíduo a encontrar e realizar a si mesmo.

Winnicott, ao longo do livro *O Brincar e a realidade*, coloca, tanto a atividade do artista ao produzir uma “obra de arte”, quanto o brincar e as atividades esportivas, enfim, algumas experiências vividas pelos bebês, pelos jovens, adultos e idosos, como pertencentes à mesma matriz. Essas experiências têm início com os objetos e fenômenos transicionais através do brincar para o bebê, e sua continuidade é denominada por ele como “experiência cultural”.

No desenvolvimento desse tema Winnicott irá centrar-se na questão da criatividade. Ele nos diz que importa menos saber o que significa o ursinho, o cobertor ou o sugar do polegar para o bebê, do que chamar a atenção para a importância da observação atenta sobre a dinâmica psíquica implicada no desenvolvimento da criatividade, desde o nascimento até a vida adulta de homens e mulheres:

“O impulso criativo é algo que pode ser considerado como uma coisa em si, algo naturalmente necessário a um artista na produção de uma obra de arte, mas também algo que se faz presente quando qualquer pessoa – bebê, criança, adolescente, adulto ou idoso – se inclina de maneira saudável para algo ou realiza deliberadamente alguma coisa, desde uma sujeira com fezes ou o prolongar do ato de chorar como fruição de um som musical (WINNICOTT, 1975: 100).

Quanto à questão que permeia toda a discussão filosófica sobre arte, estética, alta cultura ou cultura popular, ele não parece fazer nenhuma distinção:

Por exemplo, o que estamos fazendo enquanto ouvimos uma sinfonia de Beethoven, ao visitar uma galeria de pintura, lendo Troilo e Crescida na cama ou jogando tênis? Que está fazendo uma criança, quando fica sentada no chão e brinca sob a guarda da mãe? Que está fazendo um grupo de adolescentes, quando participa de uma reunião de música popular? (Id., ibid: 147).

Esse é um ponto importante, já que ele perpassa toda a nossa pesquisa, uma vez que os programas culturais analisados aqui tentam valorizar e resgatar a cultura popular das respectivas comunidades nas quais intervêm e, através desse elemento, atrair jovens e crianças, para que eles tenham a oportunidade de usufruir de determinadas experiências num ambiente especial, que oferece as condições necessárias para que os sujeitos se engajem no trabalho proposto:

*“Basicamente, o que eu acho que dá certo nesses trabalhos e o que os liga à prevenção, em geral, é você fortalecer a auto-estima. Porque hoje existe um movimento nas comunidades chamado narco-cultura, que não passa apenas pelo poder paramilitar armado, e nem só pela venda de drogas, passa por uma questão estética e de comportamento, mas também de geração de renda, é... música, formação de novos ídolos, novos líderes. O programa de rádio que tem maior audiência é um programa de Funk, o Big Mix, que tem 380 mil ouvintes por minuto. O segundo lugar tem 80 mil ouvintes. Essa fórmula da música e da cultura popular está muito ligada. Várias músicas que fazem sucesso são dos traficantes. Os jargões são deles. Eles cantam, eles dançam. Então você tem que tentar trabalhar em cima desse movimento a teu favor. O Afro-reggae utiliza, em sua pedagogia, uma parte dessa narco-cultura pra, ao invés de levar o jovem para o tráfico, retirá-lo de lá. E quando você vem com uma proposta diferente, eles balançam mesmo. Mas aí entra a questão da geração de renda, a opção do dinheiro fácil. Então, a cultura, a arte, a educação e o esporte talvez sejam as melhores alternativas, ou as únicas, junto com a geração de renda, para reverter o quadro degradante que a cidade do Rio de Janeiro vive hoje.” (José Júnior, coordenador geral do Afro-reggae)*

*“Pra mim o mais importante da ONG foi poder ver os dois lados da moeda. De perceber aquele lado da favela, do tráfico e o lado da cultura. Isso que é importante. Estar mostrando os dois lados e dar oportunidade para você decidir o que quer ou não. Estar na favela ou em qualquer outro lugar e ver o lado cultural das coisas. A cultura mostra isso também, de você se valorizar, de onde você veio e ver que ali também tem cultura. Pode ser uma cultura diferente, mas tem cultura. Isso é que eu ... A ONG me ajudou muito a ter orgulho de onde eu vim, entende? Sou filha de negros. Na favela tem gente que tá lá no Funk, mas tá estudando. Eu não gosto de Funk, mas mesmo assim respeito aquele outro lado também. Tô dando como exemplo o Funk, mas eu quero falar do respeito por esse outro lado da cultura, e não dizer que a cultura é somente o Teatro Municipal. Todo mundo tem cultura. A coisa de dizer “Essa pessoa não tem cultura”, como assim? O Funk e o Hip Hop fazem parte da cultura! Hoje eu me orgulho de ser negra, de dizer que vim da favela sim, não nego pra ninguém. Eu agradeço de ter conhecido os dois lados, eu me considero uma pessoa privilegiada, não tem como, e é nisso que a ONG ajuda mais, nesse choque, de você estar podendo lidar com todo tipo de gente. Aqui, por exemplo, têm pessoas de todas as classes sociais”. (Monique, 24 anos, ex-aluna do Espaço de Construção da Cultura, hoje estagiária de psicologia do programa).*

## 5.2 A FILOSOFIA E A “EXPERIÊNCIA ESTÉTICA” DE DEWEY

A discussão sobre o fato das produções da estética e da cultura popular poderem reivindicar o estatuto de “obra de arte” envolve um questionamento mais amplo e profundo que diz respeito à própria definição do conceito de arte.

Essa questão tem sido um problema incessante para a filosofia, antes mesmo do surgimento da estética como disciplina, no fim do século XVIII. A própria definição do conceito de arte teve uma importância decisiva no surgimento e na formação da filosofia (SHUSTERMAN, 1998).

Ao surgir na cultura antiga de Atenas, a filosofia se opôs radicalmente à arte como fonte maior de sabedoria, como a busca mais elevada que possibilitaria tanto a melhor regra de conduta, como as mais nobres e intensas alegrias da contemplação.

A partir de Sócrates e Platão, a filosofia emerge de uma luta pela supremacia intelectual direcionada, ao mesmo tempo, contra os sofistas e retóricos e contra os artistas (sendo a poesia o maior inimigo, pelo fato dela, não possuindo o caráter manual das artes plásticas, ter o poder de capturar melhor a sabedoria sagrada da tradição).

Mesmo condenando a arte, a filosofia retirou dela algumas de suas orientações epistemológicas e metafísicas, da mesma forma como empregou as mesmas estratégias argumentativas da, tão criticada, retórica. Ora, conceber como ideal do conhecimento a *theoria*, postulando a contemplação como modelo do saber separado da realidade, e não a interação ativa com esta, reflete a atitude do espectador de um drama, de um observador que aprecia uma sofisticada obra de arte.

Da mesma forma, a idéia de que a realidade se constitui de formas estáveis e determinadas racional e harmoniosamente, e cuja contemplação oferece a possibilidade de fruição de um prazer sublime, sugere a atitude tradicional da relação do espectador com a obra de arte: a fixação em suas formas claras e seus contornos distintos, em suas harmonias estáveis e inteligíveis, situando-as acima do fluxo desordenado da experiência comum. Tal concepção faz com que “a obra de arte” pareça mais intensa, permanente e atraente e, de certa forma, mais real do que a realidade empírica ordinária.

Assim, a filosofia determina uma proposta de deleite visionário que atinge seu ponto máximo na beleza suprema da forma do Belo.

Mesmo quando os filósofos se libertaram desse plano de condenação da arte, ainda assim se mantiveram prisioneiros de suas orientações iniciais. A defesa aristotélica da arte à crítica platônica, segundo a qual a arte não passa de uma imitação (*mimesis*) do particular e sensível, consiste em afirmar que a tragédia imita o universal e, dessa forma, apresenta uma verdade superior e “mais filosófica” do que a história. Porém, tal argumentação só teve como efeito reforçar a teoria da imitação e a hegemonia da filosofia.

Quando, finalmente, a *mimesis* perdeu sua influência, ela foi substituída por outras teorias. No entanto, nenhuma delas cumpriu satisfatoriamente seu papel de definir a arte em sua essência própria e comum a todas as obras de arte. Nenhuma delas chegou, tampouco, a oferecer as condições necessárias e suficientes para justificar o status de obra de arte, distinta de um objeto comum<sup>9</sup>.

Assim, até hoje a pergunta permanece sem uma resposta mais consistente: o que é arte? Qual seria a formulação teórica capaz de garantir o estatuto de “obra de arte” distinto de outros objetos que são frutos do “fazer humano” e que são, muitas vezes utilizados pelas pessoas em sua vida cotidiana?

O fato desse questionamento permanecer em aberto fornece a oportunidade para que Shusterman, através da formulação de Dewey (1980 [1934]), sobre arte e estética, proponha uma reformulação do modo como se pode chegar a uma solução mais satisfatória para esse impasse. Apesar de ser uma proposta muito interessante, ela ultrapassa o alcance de nosso trabalho. Por esse motivo, não achamos necessário desenvolvê-la aqui, remetendo o leitor interessado ao próprio texto de Shusterman (1998). Mesmo assim, não podemos deixar de destacar uma parte da elaboração do autor, na medida em que seu projeto resgata e atualiza a teoria de Dewey<sup>10</sup>, apontando para a questão das conseqüências que a

---

<sup>9</sup> Para isso, ver Shusterman, 1998 e Read, 2001 [1963].

<sup>10</sup> A estética foi um campo de interesse central para Dewey. Embora *Art as experience* tenha despertado considerável interesse na época de sua publicação, essa obra hoje não é valorizada como fonte promissora para uma futura teoria estética. Muitas são as razões que explicam o fato da estética de Dewey ter despertado um interesse apenas temporário por parte dos filósofos analíticos. A razão mais evidente diz respeito ao domínio geral da filosofia analítica sobre o pragmatismo (SHUSTERMAN, 1998: 3). Rorty (1997) sugere que os conflitos epistemológicos e metafísicos que opõem a filosofia analítica ao pragmatismo são o reflexo de uma querela anterior entre Kant e Hegel, e Shusterman acredita que esta idéia pode ser estendida ao campo da estética. A estética de

categorização e a redução da experiência estética nos moldes da filosofia clássica trouxe para o âmbito da estética popular, assunto que é bastante relevante para o presente estudo.

De acordo com Shusterman, nenhuma das definições oferecidas pela teoria estética mostrou-se filosoficamente satisfatória, assim como nenhuma delas goza também de aprovação unânime.

A definição pragmatista da “Arte como experiência”, que vem a ser o título da mais importante obra de Dewey (1980 [1934]), não é uma exceção e pode ser objeto de inúmeras críticas filosóficas. A mais conhecida é de que ela seria bastante vaga e genérica. Como para Dewey a noção de experiência estética inclui os mais variados objetos, os quais não temos o hábito de ver como artísticos (a arrumação de uma sala ou a atividade esportiva, por exemplo), ela não chega a refletir um contorno preciso do conceito de arte, bem como de seu conteúdo.

Em função da definição conceitual da arte ter sempre apresentado, e continuar apresentando, tantas dificuldades, muitos filósofos chegaram a sugerir o abandono de semelhante projeto, como um esforço totalmente vão. Alguns pragmatistas contemporâneos chegaram ao ponto de negar o valor ou a possibilidade da teoria em geral. Essas posturas intelectuais demonstram o embaraço em que se encontram os teóricos pragmatistas. Céticos quanto às pretensões tradicionais da teoria e seu sucesso, são vários os que resistem a formular uma nova definição de arte que, “após ser examinada filosoficamente, será por fim relegada ao lixo da história da arte. Mas ao mesmo tempo eles têm consciência de que esta é uma questão muito central para ser desprezada. A teoria da arte afigura-se irrealizável e, ao mesmo tempo, inevitável”.

Para Shusterman, uma maneira de resolver esse desacordo histórico entre arte e teoria seria a de sugerir que as orientações da definição têm sido mal concebidas e que, assim, poderiam ser reformuladas para melhor servir à arte. Porém, isso não significa que a arte seja imune a críticas e a novas propostas. O que o autor propõe é que, sendo nosso conceito da arte o produto de uma teoria desorientada, é provável que ele também possua, em si mesmo, uma certa desorientação, necessitando, portanto, ser repensado.

---

Dewey é profundamente hegeliana em suas qualidades holísticas, historicistas e orgânicas, até em demasia, segundo alguns de seus discípulos.

Nessa perspectiva, para esclarecer e justificar essas afirmações, Shusterman sustenta o seguinte paradoxo: Dewey estava certo ao definir a arte como experiência, mesmo que essa definição seja inadequada e pouco precisa para os padrões filosóficos tradicionais. É claro que uma argumentação mais profunda torna-se necessária para que se possa sugerir uma reorientação da teoria da arte e também para saber porque a definição experimental de Dewey seria preferível a uma teoria contemporânea muito influente que define a arte como prática, e que por isso, parece ser tão pragmatista, como a definição de Dewey<sup>11</sup>. Poupar-nos da tarefa inútil e até impossível de ser realizada por nós, com o pouco conhecimento que dispomos sobre o assunto, Shusterman apresenta o desenvolvimento desses dois pontos na teoria de vários filósofos ao longo do século passado, até chegar as principais formulações atuais.

Mais recentemente, alguns filósofos expressaram uma visão histórica, que já fora formulada anteriormente por outros filósofos sobre a definição da arte como prática sociocultural. A prática, por sua vez, é entendida por esses estudiosos como um conjunto de atividades interconectadas que exigem a aquisição de certas habilidades e certos conhecimentos, visando à realização de objetivos internos à prática, como a captura da semelhança na arte clássica do retrato, por exemplo. Os objetivos internos também podem ser indiretamente almejados (como o lucro ou a fama).

Segundo Shusterman, esta visão da arte como prática está correta. Com efeito, na esfera dos desígnios tradicionais da teoria, a definição da arte como prática sociocultural historicamente determinada é, provavelmente, a melhor que podemos ter.

No entanto, ao definir a arte como prática determinada por uma narrativa histórico-artística, as decisões substanciais inerentes ao que fornece valor à arte são entregues às decisões internas da prática, tal como se dá no campo da história da arte. Desse modo, a filosofia da arte se converte em história da arte, e a questão capital de saber o que é a arte fica reduzida a uma descrição retroativa do que a arte tem sido até o momento. A teoria da arte alcança então seu objetivo quando representa fielmente “a prática da arte tal como a conhecemos”. Mas se ela apenas reflete o modo pelo qual já é compreendida, a filosofia da arte só faz reproduzir a

---

<sup>11</sup> Para isso, ver Shusterman, 1998.

mesma definição redutiva, em nome da qual havia condenado a arte. Ela se torna, assim, de novo, uma mera imitação, isto é, a representação da maneira pela qual a história da arte representa a arte.

Para Shusterman, a história inconstante da arte não necessita apenas ser representada; ela deve, acima de tudo, ser feita. Não apenas por obras de artistas e narrativas de historiadores, mas também por intervenções de teóricos, cujas abordagens tem sido relevantes para o contexto crítico e criativo em que artistas, críticos e historiadores da história da arte operam.

A atual crise do pós-modernismo, na qual a arte parece ter se perdido tanto, até o ponto de seu fim ser exaustivamente alardeado, torna a intervenção teórica necessária, ou, pelo menos, oportuna, no sentido de reorientar e rever a arte, ao invés de refletir passivamente sua imagem.

A estética pragmatista cumpriria o papel ativista de repensar e reformar a arte, o que Dewey já havia feito, de maneira original, ao defini-la como experiência.

Podemos entender melhor a redefinição da arte como experiência postulada por Dewey ao prosseguirmos nas considerações críticas sobre a definição de arte como prática.

Apreciar a arte como mero instrumento a serviço de qualquer fim, seja ele qual for, equivale a reproduzir a lógica castradora que a desfavoreceu, submetendo-a a outras práticas culturais. Esta visão instrumental não parece ser nada convincente, considerando-se que deve haver algo de autônomo no que se refere ao valor da arte, algo que concerne aos seus próprios objetivos, para que se possa segui-los como fins em si e não como meios para os objetivos de outras práticas. Esse algo mais é, para Dewey, a experiência estética, na medida em que a satisfação imediata e intensa desta experiência faz dela, indubitavelmente, um fim em si.

Embora os fins intrínsecos à arte sejam, muitas vezes, identificados com seus produtos materiais (objetos pintados ou esculpidos, eventos acústicos e tudo que chamamos obra de arte), esses mesmos produtos não têm seu valor dissociado de seu valor de uso (efetivo ou potencial) na experiência estética. Isto é, sem os sujeitos da experiência, esses objetos tornar-se-iam inexprimíveis, destituídos de qualquer significado. Portanto, considerá-los como independentemente válidos

acaba por favorecer distorções tais como a reificação e o fetichismo que perturbam a cena artística atual.

Se a experiência estética é um fim intrínseco e um valor, essa talvez possa ser a definição tão procurada, mesmo que muitas obras de arte não consigam provocar tal experiência. Essa definição, mais apreciativa do que lógica, não tem a intenção de abarcar toda a arte e sim evidenciar o que lhe seria mais importante, aumentando sua apreciação, mesmo que isso a coloque fora de seus domínios. A experiência estética não está confinada aos estritos limites da prática artística harmoniosamente definida e, conseqüentemente, ela não está sujeita, ao controle exclusivo daqueles que dominam tal prática e determinam seus objetivos internos. Dessa forma, a experiência estética pode ser a pedra de toque, relativamente independente, ainda que não inteiramente externa, para a crítica e a melhora da prática artística, especialmente quando a intenção for reorientá-la no sentido do seu enriquecimento e de sua presença para um maior número de pessoas.

A proposta da arte engajada numa práxis progressista inspirada nas indicações de Dewey em *Art as experience* instiga não só a proposta atual de Shusterman, tendo, nesse contexto, o *Funk* e o *Hip-Hop* como os temas principais de seu estudo, como também a proposta bem mais antiga de Read (2001 [1963]), que se situa no campo da educação.

Para Read, Dewey foi um dos poucos que, em toda a história da filosofia, chegou a algo semelhante a uma teoria da educação plenamente integrada a um conceito democrático de sociedade<sup>12</sup>.

Read (Id.,ibid), cita o livro de John e Evelyn Dewey intitulado *Schools of to-morrow*, como uma obra de extremo valor para o campo da educação, na medida em que revisa as primeiras experiências da tendência desenvolvida nos Estados Unidos com relação às escolas progressistas. Segundo o autor, os Dewey fazem algumas observações gerais que, “partindo de educadores com sua reputação, podem servir para reforçar as considerações mais teóricas aqui apresentadas” (Id.,ibid: 270).

“A mera atividade, se não é dirigida para um certo fim, pode resultar no desenvolvimento da força muscular,

<sup>12</sup> No entanto, Read declara ver como uma das curiosidades da filosofia o fato de que Dewey, mais tarde, depois de publicar os textos *The school and society* de 1911, e *Schools of to-morrow* de 1915, “ao abordar o tema da estética, em nenhum lugar, no desenrolar de seu impressionante tratado, ter estabelecido uma ligação entre a estética e a educação.” (Id., ibid: 257).

mas pode ter muito pouco efeito no desenvolvimento mental dos alunos. (...) As crianças devem ter atividades com algum conteúdo educativo, ou seja, que reproduzam as condições da vida real. Isto é válido quando elas estão estudando coisas que aconteceram centenas de anos atrás ou quando resolvem problemas de aritmética. Se os alunos estão escrevendo uma peça baseada em fatos históricos ou construindo um barco viking, os detalhes do trabalho, bem como sua idéia principal, devem estar de acordo com os fatos conhecidos. Quando um aluno aprende fazendo, ele está revivendo mental e fisicamente, uma experiência que se mostrou importante para a raça humana; ele passa pelos mesmos processos pelos quais passaram as pessoas que fizeram essas coisas originalmente” (Id.,ibid; 271).

Para Dewey (1980 [1934]), a arte é a qualidade que permeia uma experiência. A experiência estética é sempre mais do que estética. Um corpo de matérias e sentidos que não são estéticos por si mesmos, se tornam estéticos quando entram num movimento de ordenação rítmica no sentido da consumação. O material em si mesmo é totalmente humano. O material da experiência estética de “ser humano” – humano em conexão com a natureza da qual se é parte – é social. A experiência estética é a manifestação, o registro e a celebração da vida da civilização, um meio de promover seu desenvolvimento, e também o julgamento último sobre a qualidade da civilização. Tudo isso é produzido e usufruído por indivíduos, os quais são o que são a partir da afirmação de suas experiências através da cultura na qual estão inseridos e são participantes.

A Carta Magna é considerada como um grande estabilizador político da civilização Anglo-saxônica. No entanto, diz Dewey, ela operou muito mais no sentido dado pela imaginação do que em seu conteúdo literal. Existem elementos transitórios, efêmeros e elementos duradouros na civilização. As forças duráveis não estão separadas, elas são funções da profusão de incidentes que, por fim, são organizados como sentidos que formam as memórias. A arte seria a grande força que efetua essa consolidação. Os indivíduos que têm lembranças perecem um a um. Os trabalhos através dos quais os sentidos recebem uma expressão objetiva perduram. Eles se tornam parte do ambiente e da interação entre as fases pelas quais o ambiente passa na continuidade da vida da civilização. As práticas da religião e da lei só são eficazes quando estão paramentadas com a pompa, a dignidade e a majestade produzidas pela imaginação. Se os costumes sociais são mais do que modos externos uniformes de ação, eles o são por estarem saturados

de história e de transmissão de sentidos, e toda e qualquer arte é o meio dessa transmissão.

A continuidade da cultura, na passagem de uma civilização para outra, e dentro da própria cultura, é condicionada pela arte, mais do que qualquer outra coisa. Tróia vive para nós apenas em função da poesia e dos objetos de arte que foram descobertos em suas ruínas.

Além dos ritos e cerimônias, as pantominas, a dança e o dramas que se desenvolveram a partir dos primeiros; foi graças à dança, à música, aos acompanhamentos da música instrumental, aos utensílios e artigos da vida cotidiana com os quais se formaram os padrões estampados com as insígnias da vida comunitária, e que são aparentados com tudo que é manifestado em outras artes, que os incidentes do passado longínquo conseguiram escapar ao esquecimento.

As artes a partir das quais os folclores primitivos comemoraram e transmitiram seus costumes e instituições, ou seja, as artes comunitárias, são, segundo Dewey, a fonte através da qual as belas-artes se desenvolveram. Os modelos característicos das armas, tapetes e cobertores representam marcas da união tribal.

Enfim, os ritos e cerimônias, assim como as fábulas que demarcam a vida e a morte numa sociedade comum são elementos estéticos, mas são muito mais do que isso. Os ritos do luto expressam mais do que pesar; as danças da guerra e da colheita são mais do que formas de concentração de energia para as tarefas a serem desempenhadas; a mágica significa mais do que uma forma de se comandar as forças da natureza para se fazer cumprir as ordens humanas; os banquetes ultrapassam a finalidade de saciamento para o esfomeado. Cada um desses modos coletivos de atividade unem o prático, o social e o educativo num todo integrado, cuja forma é estética.

Dando prosseguimento à sua reflexão sobre o papel da arte para os indivíduos e para a civilização, Dewey toca num ponto importante para nosso propósito, com relação ao valor ou a falta de valor da informação e à distinção entre informação e educação:

“A amizade e o afeto íntimo não resultam da informação sobre outra pessoa ou mesmo do conhecimento sobre sua formação anterior. Eles só se tornam parte integral da simpatia através da imaginação. É só quando os desejos e objetivos, os interesses e os modos de resposta do outro se tornam uma extensão de nosso próprio ser, que podemos entendê-lo. Aprendemos a ver com seus olhos, ouvir com seus ouvidos, e isso resulta em verdadeira instrução, pois ela aí é construída a partir de nossa própria estrutura. Eu acredito que até os dicionários evitem a definição do termo civilização. Eles definem civilização como o estado de ser civilizado e “civilizado” como “sendo um estado da civilização”. No entanto, o verbo “civilizar” é definido como “instruir nas artes da vida” e, dessa forma, elevar-se na escala da civilização”. A instrução nas artes da vida é outra coisa, diferente da informação conveniente sobre elas. Trata-se de uma questão de comunicação e participação em valores de vida no sentido da imaginação, e o trabalho da arte é o mais profundo e potente instrumento para se auxiliar indivíduos a partilhar a arte de viver (Id.,ibid: 336)<sup>13</sup>”.

Como vemos, Dewey faz, efetivamente, uma distinção entre informação e instrução<sup>14</sup>, na formação dos indivíduos.

Apesar de Read dizer-se espantado pelo fato de Dewey, em seu mais importante trabalho, não tratar mais profundamente da questão da educação, parece que, na verdade, ele se surpreende com o fato do filósofo pragmatista não ter reservado um capítulo à parte para o assunto. Mas, para quem teve acesso à leitura integral de *Art as experience*, revela-se, inegavelmente, a presença da preocupação, da reflexão, sobre a educação, só que integrada no que Dewey chama de “arte de viver”. Para ele, a educação é um processo direto da vida, “tão inelutável como a própria vida (FILHO, 1980: 113). Seu conceito de vida não é limitado ao plano restrito da biologia, mas se refere também ao plano da existência social, considerada como uma forma de transmissão e comunicação entre pessoas, umas com as outras e entre pessoas e grupos. Ou seja, Dewey considera que não deve haver separação entre vida e educação. Nesse contexto, a educação é uma contínua reconstrução da experiência (TEIXEIRA, 1980).

<sup>13</sup> Tradução minha.

<sup>14</sup> *Instrução*: ação de instruir, ensino, lição, preceito instrutivo; explicação ou esclarecimentos dados para um uso especial; educação intelectual; conhecimentos adquiridos; saber, informações fornecidas com determinada finalidade.

*Educação*: ato ou efeito de educar; aperfeiçoamento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino.

Educação e instrução, de acordo com as definições do dicionário Michaelis, são sinônimos e, apesar de abrangerem a informação, seu sentido supõe muito mais do que a última.

Nesse ponto, em que o leitor já teve um contato mais profundo com as formulações de Winnicott sobre o brincar, talvez fique fácil perceber a afinidade entre as duas abordagens, a do psicanalista inglês e a de Dewey, mais especificamente, com relação ao que eles chamam, respectivamente, de “experiência cultural” e “experiência estética”.

No entanto, se Winnicott, ao tratar da criatividade, consegue contornar o campo da filosofia estética (mesmo que em determinados momentos seu pensamento o aproxime desse campo), Dewey (1980 [1934]) acredita que a discussão sobre determinados aspectos e elementos da psicologia seja inevitável à reflexão sobre a experiência estética.

É interessante observar que, ao criticar determinadas correntes da psicologia que influenciam a filosofia da arte, considerando-as como antiquadas ou cheias de controvérsias, o pensamento de Dewey se aproxime mais ainda de determinadas concepções de Winnicott:

“Para entender os fatores psicológicos básicos e para nos proteger contra os erros de falsas psicologias, que causam danos à filosofia estética, recorreremos ao nosso princípio básico: a experiência é uma questão de interação do organismo com o ambiente, um ambiente que é tanto humano quanto físico e inclui as tradições e as instituições, bem como o ambiente local. (...) Toda experiência é constituída pela interação entre sujeito e objeto, entre o eu (*self*) e o mundo, e não é em si meramente física ou meramente mental, não importa quanto um ou outro fator predominem<sup>15</sup>”. (Id.,ibid: 245).

Para Dewey, essa concepção sobre o processo e sobre a estrutura que estão em jogo numa experiência é o critério que pode ser usado para interpretar e julgar as principais concepções psicológicas que influenciam a teoria estética.

“Eu digo “julgar”, ou criticar, porque muitas dessas concepções nasceram da separação entre o organismo e o ambiente; uma separação que é considerada natural e original. Supõe-se, então, que a experiência é autocontida e sustentada apenas por relações externas à cena na qual se desenrola. Dessa forma, os estados e processos psicológicos não são pensados como funções da criatura viva e da maneira como ela vive em seu ambiente natural. Quando a relação entre o eu (*self*) e o mundo é quebrada, as várias maneiras pelas quais o eu (*self*) interage com o mundo deixam de ter uma conexão unitária, umas com as outras. Assim, elas se separam em

---

<sup>15</sup> Tradução minha.

diversos fragmentos de sentido, de sentimento, de desejo, de propósito, de conhecimento, de volição.”<sup>16</sup>  
(Id.,ibid: 246)

Alguns discípulos de Dewey criticaram-no por considerarem sua concepção da experiência estética excessivamente fundamentada no que eles denominaram como “naturalismo somático”. Mas não é isso, exatamente, o que importa aqui. Trata-se de fazer uma distinção importante, a partir dessa crítica a Dewey, destacando os pontos afins entre as formulações de Winnicott sobre a criatividade e o pensamento de Dewey sobre a experiência estética. Trata-se de observar que, embora a experiência cultural e a experiência estética apresentadas, respectivamente, por Winnicott e por Dewey, tenham sua origem numa base fisiológica, elas não se confundem com a mesma. Na obra dos dois autores não se encontra uma ruptura radical entre o animal e o humano, mas sim uma continuidade. Vejamos isso no texto de Dewey:

“Historicamente, encontramos no campo da filosofia da arte várias referências a termos psicológicos. Esses termos, não são utilizados de maneira neutra. Eles estão carregados de interpretações feitas a partir das teorias psicológicas mais conhecidas. Se o sentido especial que é dado a termos tais como sensação, intuição, contemplação, desejo, associação e emoção, fossem retirados, uma grande parte da filosofia estética desapareceria. Além disso, cada um desses termos tem sentidos diferentes, e mesmo opostos, de acordo com as diferentes correntes da psicologia. O termo sensação, por exemplo, tem sido tratado de forma distanciada de sua função original e constituinte da experiência, e distanciada também do fato de que ela (a sensação) é uma herança da vida animal. Tais elementos são minimizados por essas concepções psicológicas, quando se trata da experiência humana.<sup>17</sup>” (DEWEY, 1980 [1934]: 245)

E em Winnicott:

“O natural é o brincar, e o fenômeno altamente aperfeiçoado do século XX é a psicanálise. Para o analista, não deixa de ser valioso que se lhe recorde constantemente, não aquilo que é devido a Freud, mas também o que devemos à coisa natural e universal que se chama brincar (WINNICOTT, 1975: 63).”

Ou ainda:

---

<sup>16</sup> Tradução minha.

<sup>17</sup> Tradução minha.

“A criatividade que me interessa aqui é uma proposição universal. Relaciona-se ao estar vivo. Provavelmente relaciona-se à qualidade viva de alguns animais, bem como dos seres humanos, embora notavelmente menos significativas em termos de animais, ou de seres humanos com baixa capacidade intelectual, do que se nos referirmos a seres humanos dotados de capacidade quase média, média ou elevada.” (Id.,ibid: 98)

Com o objetivo de enriquecer mais essa argumentação, resta dizer que, no que diz respeito à Winnicott, ele não possui uma antropologia, como Lacan, por exemplo, mas uma teoria da natureza humana que não exclui o animal humano. Para ele a emergência do psíquico se dá a partir da vida animal (SOUZA, 2003).

Voltando à estética deweyniana, ela também pode, a princípio, ser criticada por suas excessivas qualidades holísticas, historicistas e organicistas. No entanto, essa crítica, que é feita, especialmente, pelo pós-estruturalismo contra a obra de arte considerada como unidade reclusa e fetichizada, ou seja, contra o caráter orgânico da estética clássica, perde seu sentido no caso de Dewey, já que ele sempre insiste no fato de que a unidade da experiência estética não constitui um abrigo estável e fechado, no qual se pode repousar longamente numa contemplação satisfeita.

O sentido de uma obra de arte é, para Dewey, o produto do contexto sempre mutável da experiência, que envolve um jogo interativo entre o produto artístico, relativamente estável, o organismo e o ambiente, ambos em movimento constante. A obra de arte é, nesse caso, a unidade de um evento móvel, frágil e evanescente, brevemente experimentada dentro de um fluxo de tensões desordenadas e contraditórias. Um processo em desenvolvimento que, ao atingir seu ponto culminante, desfaz-se no encadeamento de uma nova experiência estética, recriando uma unidade efêmera, a partir das experiências passadas e dos recursos do presente.

Para Dewey, a estabilidade dessa experiência, além de ser impossível, não é esteticamente desejável, na medida em que a arte requer o estímulo de tensões e novidades revolucionárias, que se alimentam do conflito rítmico entre a realização é a quebra da ordem. Necessitamos da perturbação e da desordem, já que o momento de passagem da perturbação à harmonia é o momento de vida mais intensa e de experiência mais gratificante. No entanto, não podemos permanecer nesse estado de harmonia, uma vez que a experiência estética não passa de uma

culminação momentânea e deleitada, isto é, ela é um intervalo rítmico de repouso que, ao obedecer à demanda vital de variação, não pode se satisfazer na ordem, impulsionando-nos, então, ao desconhecido. A experiência estética, portanto, é, ao mesmo tempo, um processo de perturbação em direção ao novo e uma ordem concluída do velho.

É nesse ponto que as concepções de Winnicott e de Dewey se cruzam novamente, dessa vez com relação à questão da destrutividade. A aproximação que faremos agora também esclarece mais sobre o que colocamos anteriormente com relação ao papel fundamental da arte e da cultura no processo de encaminhamento positivo da dimensão destrutiva na experiência das crianças e adolescentes dos programas culturais comunitários.

Dewey considera que, no processo de viver, o acesso a um período de equilíbrio é uma nova relação com o meio ambiente que traz, ao mesmo tempo, a força de novas regulações a serem feitas através de lutas. O tempo da consumação é também o da renovação. A tentativa de perpetuação do prazer encontrado num momento de plenitude e harmonia, para além de seu termo, constitui uma retirada do mundo, pois tal tentativa marca a queda e o desperdício da vitalidade.

O que Dewey apresenta aqui com relação à vida orgânica também se aplica aos aspectos evolutivo, destrutivo e, por isso, provocativo da unidade da experiência estética, da maneira como ela surge da vida orgânica. Ultrapassar os limites do estabelecido leva à destruição e à morte, de onde, no entanto, novos ritmos são construídos.

Como vemos, a argumentação feita para desmontar as possíveis críticas ao caráter orgânico da concepção de Dewey serve também para aproximar novamente o pensamento de Winnicott e Dewey, dessa vez, como já dissemos, no que diz respeito à questão da destrutividade.

“Para Winnicott a vida implica em uma destruição permanente que está na base de toda a criatividade possível. Seu pensamento do ambiente suficientemente bom não implica, portanto, em uma metafísica da presença, como parecem pensar alguns de seus críticos, principalmente lacanianos. A crítica deste teor mais importante que lhe é endereçada é a de que sua noção da experiência de continuidade do ser carrega consigo a idéia inaceitável de uma experiência que exclui qualquer referência à diferença e que se desdobra na dimensão homogênea da indiferenciação da complementaridade absoluta entre meio ambiente e bebê. Tais críticas não levam em conta o papel atribuído

por Winnicott à destrutividade da vida na produção da experiência psíquica (SOUZA, 2003: 131).

Em seu artigo "Comments on my paper 'The Use of an object'", ao referir-se ao início da vida psíquica, Winnicott cita Plínio<sup>18</sup> para exprimir essa idéia: "Quem pode dizer se em sua essência o fogo é construtivo ou destrutivo? Efetivamente, a base fisiológica para o que estou me referindo são as primeiras e as subseqüentes respirações e expirações"

Neste estágio precoce, vitalmente importante, a vitalidade "destrutiva" (fogo-ar ou outra) do indivíduo é simplesmente um sintoma de estar vivo, e não tem nada a ver com a raiva do indivíduo desencadeada pelas frustrações que pertencem ao encontro com o princípio da realidade.

Apesar de, no pensamento de Winnicott sobre a criatividade primária, não haver lugar para a desadaptação, ela tem, num segundo momento, um papel significativo, quando se trata do desenvolvimento emocional em sua processualidade, já que é impossível conceber a experiência psíquica e a criatividade sem a categoria da diferença.

Se para Winnicott a destrutividade é um elemento fundamental envolvido na experiência do brincar e da criatividade, para Dewey a experiência estética também envolve, essencialmente, o fator destrutivo.

O que dissemos sobre a importância da arte (como experiência) como um elemento que auxilia nesse processo complexo, nesse constante "ir e vir" entre vida e morte, tem a ver com o fato do objeto da arte, considerado como tal dentro da perspectiva ampla que Dewey dá ao termo arte, não só se prestar perfeitamente à destruição (e a sobreviver à destruição), como sua possibilidade de existir parece estar estreitamente relacionada com esse movimento contínuo e paradoxal entre destrutividade e criação.

O objeto da arte é "o objeto expressivo" (DEWEY, 1980 [1934]: 82), e ele é expressivo porque nos diz alguma coisa. Se sujeito e objeto forem isolados, o objeto também passa a ser visto isoladamente, separado da operação que o produziu, e, conseqüentemente, separado do caráter individual da visão, na medida em que a ação é proveniente do sujeito. As teorias que tratam da noção de "expressão", destacando simplesmente o objeto, sempre insistem na máxima de

---

<sup>18</sup> Citado por SOUZA, 2003: 131.

que o objeto de arte é apenas a representação de outros objetos já existentes. Elas ignoram a contribuição individual que faz do objeto algo novo. Por outro lado, o isolamento da ação expressiva, da expressividade que o objeto possui, conduz à noção de que a expressão é, meramente, um processo de descarga pessoal da emoção. Dewey critica radicalmente essa concepção:

“O suco extraído da uva prensada é o que é (vinho) em função de uma ação prévia, e isso é algo novo e distinto. Ele não representa meramente outras coisas, ainda que tenha algo em comum com outros objetos e que seja feito para atrair outras pessoas que não aquela que o produziu. Um poema ou uma pintura passam pelo “alambique” da experiência pessoal. Eles não tem precedentes na existência ou no ser universal. No entanto, seu material vem do mundo público e suas qualidades em comum com o material de outras experiências, como produtos, despertam uma nova percepção em outras pessoas a partir do sentido de um mundo comum. A oposição entre universal e individual, subjetivo e objetivo, liberdade e ordem, na qual alguns filósofos tem se deleitado, não encontra lugar no trabalho da arte. A expressão como ato pessoal e como resultado objetivo estão organicamente conectadas uma com a outra.” (DEWEY, 1980 [1934]: 82)

A perspectiva deweyniana da arte conectada com as atividades da criatura viva em seu ambiente é, de acordo com o próprio autor, objeto de grande oposição. A resistência na associação das belas artes com os processos do viver, é, segundo Dewey, patética e mesmo trágica. Sem tanta contundência, podemos dizer que, no mínimo, essa concepção da arte não trouxe conseqüências muito boas para o campo, ao estabelecer uma separação entre o criador ativo e o receptor contemplativo, uma concepção excessivamente espiritualizada e idealizada da arte e a condenação e o preconceito que cercam, em geral, a arte popular.

No que diz respeito à condenação da arte popular, o *Rap* parece ser, atualmente, o movimento artístico que mais desafia algumas das convenções estéticas mais incutidas, não só no modernismo como estilo artístico e como ideologia, mas também à doutrina filosófica da modernidade e à diferenciação radical entre as esferas culturais. Mesmo assim, o *Rap* ainda parece satisfazer as normas estabelecidas mais decisivas em matéria de legitimidade estética que, em geral, é negada à arte popular. O *Rap* afronta diretamente qualquer distinção rígida entre artes maiores e arte popular<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Para isso, ver Shusterman, 1998.

### 5.2.1

#### Cultura e estética popular: o *Funk* e o *Hip-Hop*

Apesar da popularidade do *Rap*, como ritmo musical, ter se introduzido no Brasil em função da grande influência que a cultura norte-americana tem no país, foi um modo de apropriação “antropofágica”, característico da cultura brasileira, iniciada, em geral, pelos afro-descendentes, que transformou o *Hip-Hop*<sup>20</sup> num movimento cultural nacional. Do Oiapoque ao Chuí, o ritmo do *Rap*, de origem americana, se mistura, atualmente, com os mais variados ritmos nacionais, dando o tom da cultura *Hip-Hop* brasileira:

*“Falar de Hip hop é falar de transformação. A gente sabe que Recife hoje é uma cidade que estourou o Mangue Beat há dez anos atrás, na década de noventa, mas Hip hop existe desde oitenta, em Recife, que é um dos pioneiros do movimento aqui, o pai do Hip hop. E a gente está conseguindo muitas mudanças em Recife, por conta do Hip hop. A gente hoje está conseguindo trocar uma lata de cola por uma pickup<sup>21</sup>, trocar um baseado por um tambor. Isso pra gente é gratificante pra caramba. Porque a gente está fazendo com unhas e dentes, sem apoio de ninguém, né? A gente sabe que o governo federal, o governo estadual, não se importa com o movimento Hip hop, mas se esquece que é ele que está transformando o país. É ele que está tirando a galera da vulnerabilidade, da ociosidade. Isso a gente tem provas concretas. Está aqui, ó, eu hoje poderia muito bem estar na Casa Grande, no presídio, ou poderia estar na “cidade dos pés juntos”. Estou aqui hoje, contrariando as estatísticas, estou com trinta anos de idade, contrariando as estatísticas de todas as pessoas que moram na periferia. Eu trabalho com crianças, que viviam no Lixão, são cento e dez crianças que viviam no Lixão, e a gente trabalha basicamente com Hip hop, com a temática nordestina, que é trabalhar com Repente, com Aboio, com Ciranda, com Frevo, com Maracatu. Isso tudo com Hip hop. E pra mim isso é super importante, que eu consegui tirar cento e dez crianças do lixão, isso pra mim, já é gratificante demais. Porque a gente sabe que tem arma fácil, tem droga fácil, e a gente está mudando isso com a cara do Hip hop, com pickups, com música, com tambor, com tantas outras coisas. Mas infelizmente falta incentivo. E falta apoio, e falta credibilidade também, que as pessoas não acreditam muito no movimento Hip hop, nesse movimento de transformação.”* (Garnizé, rapper, transcrição da apresentação, Universidade Nômade, 2002).

O *Rap*, assim como o *Funk* são estilos musicais que, mais recentemente, conquistaram, maciçamente, o gosto de jovens brasileiros, de todas as classes

<sup>20</sup> Para designar o conjunto das manifestações culturais que englobam o *Rap*, surgiu o termo *Hip-Hop*, que define um conjunto cultural mais amplo que inclui o *graffiti* e um modo de vestir caracterizado pelo uso exclusivo de marcas esportivas.

<sup>21</sup> Equipamento de som.

sociais. A difusão e a caracterização nacional foi iniciada pelos jovens da periferia das grandes cidades brasileiras: jovens pobres, oprimidos, negros, vítimas da discriminação e do racismo, que deram o tom de protesto social ao *Hip-Hop* brasileiro.

Como já mencionado acima, Shusterman (1998) se utiliza das formulações de Dewey sobre arte e estética, para propor uma reformulação do modo como se pode chegar a uma solução mais satisfatória para o impasse filosófico acerca do estatuto da “obra de arte” distinta de outros objetos que são frutos do “fazer humano” e que são, muitas vezes utilizados pelas pessoas em sua vida cotidiana. A concepção da arte engajada numa práxis progressista, inspirada nas indicações que Dewey faz em seu livro *Art as experience*, é o leitmotiv da proposta de Shusterman, tendo, nesse contexto, *Funk* e o *Rap* como temas principais de seu estudo.

O trabalho de Shusterman foi de grande auxílio para essa pesquisa, na medida em que, como também já mencionado anteriormente, ele resgata em seu projeto a teoria de Dewey, destacando assim as implicações que a categorização e a redução da experiência estética, segundo o modelo da filosofia clássica, trouxe para o campo da estética popular. Essa questão está diretamente relacionada com o objeto de nossa pesquisa. A maioria dos programas criados pelas organizações não-governamentais, que oferecem atividades ligadas às artes e a cultura para crianças e jovens, concebe uma importância fundamental ao resgate da tradição cultural, especialmente à nossa herança africana, através da arte popular. Além disso, eles parecem ser, no Brasil, os que conseguiram colocar em prática, num nível mais amplo, e em trabalhos de atenção coletiva, as possibilidades que teóricos como Dewey, Read e mesmo Winnicott apontam, em seus respectivos campos.

O contato que tivemos com o trabalho do Afro-reggae, e de algumas outras ONGs, anterior ao encontro com a teoria de Shusterman (1998), nos permitiu vislumbrar rapidamente a pertinência das hipóteses e propostas do autor, enriquecendo significativamente nossa abordagem do tema.

O objetivo de Shusterman é dar continuidade à filosofia estética pragmatista, como subsídio para o desenvolvimento de seu potencial democrático e progressista, a fim de considerar as formas de expressão artísticas que dominam hoje o mundo, ou seja, as artes populares da mídia, que são freqüentemente ignoradas pelas filosofias tradicionais da arte.

Nesse contexto, Shusterman retoma os métodos e os ensinamentos da filosofia pragmatista, mais especificamente da obra de Dewey, conferindo especial atenção às artes populares e à cultura de massa.

A presença maciça da cultura popular norte-americana em âmbito internacional tem atraído um interesse significativo nas últimas décadas, embora esse interesse fique, na maioria das vezes, restrito a um olhar inquieto ou desgostoso por parte dos intelectuais.

Desse modo, as discussões acerca da arte e da estética popular ficam limitadas ao espaço das colunas de revistas e jornais, num tom freqüentemente exaltado, que dificulta o entendimento.

Em contrapartida, Shusterman se propõe a dar um tratamento filosófico rigoroso para o assunto:

“(...) as estratégias filosóficas tradicionais me parecem mal aparelhadas para oferecer uma compreensão real neste campo. Não apenas a prática acadêmica da filosofia é, em geral, abstrata demais e cega para as formas concretas da arte popular, como também suas perspectivas padronizadas da estética são radicalmente hostis aos objetivos, às ideologias e às realidades sócio-culturais que motivam essas formas populares. O dualismo cartesiano e a estética kantiana, por exemplo, não são decerto a forma mais adequada para julgar o *Rap*, seja ele francês, alemão ou brasileiro.” (SHUSTERMAN, 1998: 10)

Assim, propõe-se o reconhecimento filosófico da diferença cultural, que implica numa abordagem pragmatista contextual das formas artísticas e de suas teorias.

O pragmatismo reconhece os perigos na integração da arte com a vida, bem como a exploração das artes populares com objetivos de manipulação e dominação social. A posição pragmatista quanto a isso é denominada, pelo próprio Shusterman, de meliorismo: ela reconhece as falhas estéticas e os abusos políticos aos quais estão sujeitas as artes populares, mas também reconhece seu potencial estético e sua grande capacidade de comunicação para uma práxis progressista.

Numa perspectiva otimista, o pragmatismo considera que o conceito de arte deve ser repensado democraticamente como parte de uma reforma social. No entanto, oferecer uma legitimação estética e teórica à arte popular não fornece, necessariamente, uma igual legitimação dessa arte na realidade social. Mesmo

assim, não se pode negar que a legitimação teórica pode ajudar a mudar atitudes que, por sua vez, podem mudar os fatos reais. “Supor o contrário, implica no estabelecimento de uma divisão inútil e não convincente entre teoria e prática, totalmente estrangeira ao espírito do pragmatismo” (Id., *ibid*: 12).

A influência marcante das artes da mídia, como o cinema, o rádio e a televisão, apresenta-se como um campo promissor de aplicação da crítica meliorista proposta por Shusterman. A grande capacidade de comunicação oferecida por esses meios oferece um grande potencial democrático para essas formas artísticas, ainda que elas sejam suscetíveis de uma exploração por parte de forças repressoras. A reflexão acadêmica sobre esses meios e sobre sua complexidade pode auxiliar no desenvolvimento de uma práxis progressista, apesar do risco sempre presente de manipulação abusiva.

Para Shusterman, o *Funk* e o *Hip-Hop* seriam os melhores exemplos do que vem a ser um certo tipo de experiência estética e de como ela tem rendido bons frutos na transformação de realidades, na dimensão comunicativa da arte e de seu ideal sóciopolítico.

Para uma melhor compreensão do universo do *Funk* e do *Hip hop* é necessário traçar um breve histórico. Talvez não tão breve assim, já que para chegar a sua origem temos que retroceder um pouco longe no tempo, às décadas de 30/40 do século passado, quando a população negra americana migrava das fazendas do sul para as grandes metrópoles do norte dos Estados Unidos. O *blues*, estilo de música negra, basicamente rural, se “eletrificou” durante essa migração, produzindo o ritmo conhecido como *rhythm and blues*. Esse ritmo logo seduziu os adolescentes brancos, que passaram a copiar — como Elvis Presley — o estilo de tocar, cantar, dançar e vestir dos negros. O *rock* surgiu desse cruzamento étnico (VIANNA, 1997).

A maioria dos músicos negros, buscou, a partir do *rhythm’blues*, novas experiências musicais, das quais se destaca a união da música profana com o *gospel*, música protestante negra, descendente dos *spirituals*. O *soul* é o “rebento de ouro” do cruzamento paradoxal desses dois gêneros musicais. Durante os anos 60 o *soul* foi fundamental para o movimento dos direitos civis e para a conscientização dos negros americanos. Em 68 o termo *soul* já havia se diluído, acabando por virar sinônimo de “black music” e perdendo o sentido

revolucionário que tinha nos primeiros tempos. Foi assim que a gíria *Funk*<sup>22</sup> deixou de ter um significado pejorativo, passando a ser símbolo do orgulho negro. Além de uma forma de tocar música, *Funk* pode ser qualquer coisa, um jeito de andar, uma roupa ou um bairro. Ao contrário do *soul*, que já agradava a maioria branca, o *Funk* radicalizava as propostas iniciais, com ritmos mais marcados e arranjos e letras mais agressivos.

Obviamente o *Funk* não escapou do destino de seus descendentes, como aliás qualquer estilo musical produzido por uma minoria étnica, que acaba conquistando o sucesso de massa. Assim, em 1975 uma banda chamada *Earth, Wind and Fire* lançou um disco que, além de resumir a receita mais vendável do *Funk*, abriu espaço para a explosão “disco” que tomou conta da música negra americana e das pistas de dança de todo o mundo.

Enquanto a febre das discotecas estava no auge, surgia, simultaneamente, uma outra manifestação musical trazida da Jamaica diretamente para o Bronx. Tratava-se de festas onde os Djs (*disk jockeys*) não se limitavam a tocar os discos, mas também usavam os aparelhos de mixagem para construir novas músicas. Do desenvolvimento dessa prática surgiu o *scratch*<sup>23</sup>. Além disso, os Djs entregavam os microfones para os dançarinos, para que eles improvisassem discursos no ritmo da música, numa espécie de repente-eletrônico. Foi dessa forma que surgiram os *rappers* ou *Mcs* (*Masters of ceremony*).

Enquanto o *Rap* e o *scratch* nasciam, outras manifestações vinculadas a eles também estavam surgindo, como o *graffiti* nos muros e trens do metrô novaiorquino e um estilo de vestir caracterizado pelo uso exclusivo de marcas esportivas como *adidas*, *nike* etc. Para designar o conjunto dessas manifestações culturais surgiu o termo *Hip-Hop*.

A apropriação artística, fonte histórica do *Hip-Hop* é o traço característico de sua forma estética e de sua mensagem. A recusa em reconhecer as figuras de linguagem tradicionais, as convenções estilísticas e as complexidades impostas na criação verbal, ou seja, a inversão semântica, o discurso indireto, a simplicidade simulada e a paródia oculta são estratégias para proteger o significado de seus discursos da hostilidade branca. Isso induziu à crença de que as letras de *Rap* são

<sup>22</sup> *Foul smelling, offensive* (Websters Dictionary, citado por VIANNA, 1988). Tradução: mal cheiroso, ofensivo.

<sup>23</sup> A utilização da agulha do toca-discos, que arranha o vinil em sentido anti-horário, como um instrumento musical, um solo de guitarra, por exemplo.

superficiais e monótonas, ou mesmo estúpidas. Mas, numa leitura mais atenta pode-se revelar, em muitas letras, expressões espirituosas e mensagens perspicazes.

O *Rap* evita a sociedade branca exclusivista e focaliza em suas letras as características da vida nos guetos que os brancos e negros de classe média prefeririam ignorar: prostituição, drogas, perseguição opressiva de policiais brancos etc. A maioria dos *rappers* definem precisamente seus locais de origem, citando cidades e bairros. A forte presença de localização dentro do *Rap* parece ter como origem os conflitos e as rivalidades de bairro. Mas, na verdade, o *Hip-Hop* ajudou a transformar violentas rivalidades entre gangues locais em competições verbais e musicais entre grupos de *Rap*.

Os *rappers* são grupos formados, basicamente, por jovens da periferia, muitos dos quais já pertenceram a diversos tipos de gangues<sup>24</sup>, embora não apresentem as mesmas características das últimas. Eles não se dedicam à prática de transgressões, não adotam rituais de admissão e ingresso, não exibem uma forma hierárquica e não tem chefes. Eles se definem, na maioria das vezes, como um “movimento”. O que une os *rappers* é, realmente, a vocação musical dos seus membros (ABRAMOVAY, 1999).

O movimento dos *rappers* vem conquistando um espaço considerável no cenário musical brasileiro, por suas letras politizadas e contundentes.

O *Funk* e o *Rap* fazem parte do movimento cultural mais importantes com o qual nos deparamos desde o início desse trabalho, sendo influências marcantes nas bandas que nasceram na Usina Musical do Centro Cultural Afro-reggae e de outros programas que conhecemos posteriormente.

“O *Rap* ideológico não insiste apenas na união do estético e do cognitivo; ele igualmente salienta o fato de a funcionalidade prática poder fazer parte da significação e do valor artístico. Muitas canções são explicitamente consagradas a desenvolver a consciência política, a honra e os impulsos revolucionários dos negros; algumas defendem a idéia de que os

<sup>24</sup> Há um grande hiato na problematização das organizações juvenis entre os Estados Unidos e o Brasil, onde a temática da juventude não tem muita tradição. O surgimento das galeras e gangues no cenário nacional, a eclosão de uma forma nova dos jovens se organizarem, no entanto, vem fomentando a realização de diferentes estudos em várias partes do Brasil. No estudo de Abramovay (1999) as gangues (do inglês *gang*) e as galeras (do francês *galère*) são definidos como grupos mais ou menos estruturados que desenvolvem desde atividades lúdicas até atos de delinqüência, cujos membros mantêm relações de solidariedade à base de uma identidade — ainda que incipiente — compartilhada. Pertencer a uma *gang* ou galera, fazer seu jogo de rivalidades são vetores de identidade grupal que podem levar tanto a novas formas de criatividade, a exemplo dos *Rappers*, quanto à práticas da delinqüência.

juulgamentos estéticos (e especialmente a questão de saber o que pode ser definido como arte) envolvem questões políticas de legitimação e luta social. O *Rap* engaja-se nesta luta através da práxis progressista, que desenvolve pela afirmação de sua própria dimensão artística. Outros *raps* funcionam como fábulas morais da rua, propondo histórias preventivas e conselhos práticos sobre problemas criminais, drogas e higiene sexual.” (SHUSTERMAN, 1998: 161)

O *Rap* parece ser atualmente uma das manifestações juvenis mais genuínas e criativas no cenário artístico brasileiro, com uma visão crítica sobre a alienação juvenil, através das drogas, por exemplo: “O sistema manipula sem ninguém saber/A lavagem cerebral te faz esquecer/Que andar com as próprias pernas não é difícil/Mais fácil se entregar, se omitir/Deixe o crack de lado e escute o meu recado” (versos de uma música dos “Racionais MCs”). Outro tema recorrente nas músicas de *Rap* é a crítica ao ideal consumista, como carros de luxo, roupas etc. Essas letras tentam mostrar que esse ideal leva muitas vezes os jovens pobres a uma vida criminosa, e que, embora prometendo a rápida e fácil obtenção de bens, essa opção, geralmente, termina em morte, prisão ou miséria, atirando-os de volta à pobreza e ao desespero.

A escolha do *Funk* e do *Rap* como direção musical e ideológica do trabalho comunitário de muitas dessas ONGs que trabalham com crianças e jovens parece estar intrinsecamente relacionada com seu sucesso na prevenção da violência, da criminalidade, do uso de drogas e na reinserção social desses jovens.

*“Eu acho que a vantagem que a gente têm, além da arte, é a forma de comunicação através da cultura popular. Por que, como é que a música ou a capoeira tira alguém do tráfico? Por que o cara entra no Afro-reggae e não no ‘Villa-Lobos’? Porque é o universo dele, a linguagem dele. Diferentemente do americano, a gente se toca, é mais afetivo. A gente aqui fala a linguagem da rua, a linguagem real. Ao mesmo tempo nós exigimos uma boa dicção, um português correto. Tem uma obrigação a mais, porque se é negro, nordestino, fodido, estereotipado.”* (José Júnior, Afro-reggae)

O *Rap* e o *Funk* são os gêneros musicais populares que mais vem se desenvolvendo na atualidade. Por outro lado são também dos mais perseguidos e condenados. Suas aspirações ao status de arte são marcadas por todo tipo de crítica abusiva.

A tecnologia da mídia foi fundamental para o desenvolvimento espetacular da popularidade do rap

“Foi apenas através da mídia que o *Hip-Hop* pôde se tornar uma voz digna de ser notada dentro de nossa cultura popular, voz que os norte-americanos de classe média gostariam de suprimir, uma vez que exprime a opressão frustrante da vida do gueto, o orgulho e o desejo crescente de resistência social e de mudanças”. (...) O *Rap* não repousa apenas sobre as técnicas e as tecnologias da mídia, mas empresta muito de seu conteúdo e de suas imagens da cultura de massa. Os shows de tv, as vedetes do esporte, os produtos de marcas conhecidas, são freqüentemente citados em suas letras, e seus temas musicais ou *jingles* são muitas vezes incorporados em suas criações. Esses elementos da cultura de massa fornecem o fundo cultural necessário à criação artística e à comunicação numa sociedade em que a tradição da cultura clássica geralmente é ignorada ou julgada pouco atraente, para não dizer alienadora e exclusivista (SHUSTERMAN, 1998: 156).

O canibalismo eclético e desordenado do *Rap* viola as convenções da estética moderna de pureza e integridade, com sua insistência provocativa na dimensão política da cultura e desafia uma das convenções artísticas mais fundamentais da modernidade: a autonomia estética (Id., ibid).

A modernidade estaria ligada, segundo Weber<sup>25</sup> e outros autores, ao projeto de racionalização, secularização e diferenciação da cultura ocidental. Esse projeto rompeu totalmente com a concepção tradicional do mundo religioso, dividindo seu domínio em três esferas autônomas: arte, ciência e moral. Cada uma delas passou a ser regida por uma lógica própria interna. Essa divisão foi reforçada pela análise kantiana do espírito humano em termos de razão pura, prática e juízo estético.

A partir dessa divisão, a arte separou-se definitivamente da ciência, já que a formulação e a difusão do saber não faziam mais parte de seu campo. Seu juízo estético ficou caracterizado pela essência não conceitual e caráter subjetivo. Por outro lado, a arte também se separou, definitivamente, da ética e da política, que envolviam os interesses reais e a vontade, bem como o pensamento conceitual. Da mesma maneira que a estética se distinguiu de esferas mais racionais do saber e da ação, a arte também se separou radicalmente das satisfações eminentemente sensoriais da natureza corporal do homem. Assim, ao prazer estético ficou reservado o lugar da pura contemplação desvinculada das propriedades formais (Id., ibid).

---

<sup>25</sup> Citado por Shusterman, 1998

O *Hip-Hop* do “*Rap* ideológico”<sup>26</sup> é caracterizado pela violação dessa concepção de arte e de estética. O *rappers* insistem em sua posição de artistas e poetas vinculados à realidade, apontando a verdade que é negligenciada ou distorcida pelos livros de história oficial e pela mídia contemporânea.

Shusterman acredita que as verdades e as realidades que o *Funk* e o *Hip-Hop* revelam não tem nenhuma relação com as verdades transcendentais e eternas da filosofia tradicional, mas sim com os fatos mutáveis do mundo material, histórico e social. Para o autor, os “filósofos do rap”, embora não saibam disso, estão bem alinhados com o pragmatismo americano, especialmente com Dewey, que aponta para o caminho de uma estética não compartimentada que evidencia a função social e o processo da experiência corporal.

O termo “*Funk*” deriva de uma palavra africana que significa “suor positivo”<sup>27</sup> e expressa uma estética africana de engajamento vigoroso e comunitário, ao invés do distante isolamento desmotivado.

A resposta mais enérgica evocada anteriormente pelo rock, e mais recentemente, pelo *Funk* e pelo *Rap*, revela a passividade existente na atitude tradicional de desinteresse estético, de contemplação à distância. Essa atitude, que tem sua origem na busca de um saber filosófico e teológico, visa uma espécie de iluminação individual mais do que uma interação coletiva ou uma mudança social. Ao contrário, elementos das artes populares como o rock e o *Rap* supõem uma estética radicalmente revisada, com um retorno à alegria e à impetuosidade do elemento somático que a filosofia reprimiu por muito tempo, com o objetivo de preservar sua própria hegemonia, através da supremacia do intelecto, em todas as áreas de valores humanos.

Dessa forma, é compreensível que a legitimidade estética desses tipos de arte seja rigorosamente rejeitada e que seus esforços corporais sejam ignorados ou negados, ao serem entendidos como estados de regressão irracional, em oposição à “verdadeira” finalidade da arte, isto é, à finalidade intelectual. Além disso, o fato

---

<sup>26</sup> Em inglês *Knowledge Rap*.

<sup>27</sup> Essa palavra “Ki-Kongo”, que tem origem no dialeto africano, é *lui-fuki*. Esta etimologia africana da palavra “*Funk*” tem uma provável derivação inglesa, onde o verbo “*Funk*” significa “tremor de medo”. Assim, “black Funkiness” que em inglês significa “medo intenso”, sugere os suores frios do escravo apavorado. Sua transformação na cultura contemporânea afro-americana num termo elogioso é significativa, e exemplifica a complexidade semântica da linguagem afro-americana. Para isso, ver Shusterman, 1998.

desses tipos de arte terem suas raízes em culturas não-ocidentais as transforma em experiências mais retrógradas e inaceitáveis ainda.

Finalmente, para terminar a discussão sobre o *Funk* e o *Rap*, gostaríamos de abordar ainda uma questão que consideramos relevante para a compreensão da maneira como eles, sendo também um produto da cultura popular brasileira, promove transformações surpreendentes. É notável hoje, em função da popularidade que o *Funk* e o *Hip-Hop* conquistaram entre adolescentes das camadas mais elevadas da população, o maior trânsito desses jovens nas favelas. Essa convivência fez com que passasse a existir uma troca bem maior entre os moradores adolescentes das favelas, ou seja, os de “classe baixa” e os primeiros, ou usando a expressão deles próprios, entre os moradores do “morro” e do “asfalto”. Como efeito dessa troca inusitada, nota-se um fato extremamente novo, a incorporação de um *ethos* oriundo das favelas, que se revela na incorporação de gírias, estilo de vestir etc.

Esse encontro entre jovens cariocas tão diferentes em termos de local de moradia, renda familiar, religião, escolaridade, gostos e estilos, apesar de sujeito a uma série de restrições e polêmicas é, ainda assim, um canal de comunicação criado na “cidade partida”.

Apesar de ser uma relação muitas vezes conflituosa, ela acontece cada vez mais e tem também relação direta com o consumo de drogas, como pude perceber e como os próprios adolescentes nos informaram nas entrevistas, nos depoimentos de adolescentes de classe média e de jovens moradores da favela:

*“Acho que os bailes Funks agravaram mais ainda a coisa de subir o morro. Não que eu seja contra, entendeu? Mas porque o pessoal de classe média, antes dos bailes Funks, não conhecia o morro, tinham medo. A imagem que eles tinham era de que você ia subir o morro e tomar tiro, e não é bem assim, né? Então eles começaram a dar lazer para as pessoas e droga, né? Que nem propaganda para atrair as pessoas. Aí o pessoal viu que era tranquilo, aí vai, fuma um, aí cheira... E rola o negócio da amizade. Na televisão se fala: “Ah! Se você é amigo mesmo de alguém, então fala pra ele não se drogar, mas eu acho que é ao contrário, o cara que não se droga é que passa a se drogar. E às vezes é só naquela de conhecer só.” (M., 18 anos, classe média)*

*“As Funkeirinhas do asfalto vão para baile pegar homem ou arrumar confusão. Elas são cheias de marra, gostam de tirar onda na rua se garantindo nos namorados, que geralmente são chefes do tráfico. Elas gostam de namorar Funkeiros do morro pra ter conceito com as amigas dela e pra ter pó e maconha de graça. Mas não é só pra ter droga de graça não, é pra aqui em baixo, no asfalto, elas se*

*garantirem e poderem tirar marra com qualquer um*". (Depoimento de um Funkeiro, que mora numa comunidade, W., 16 anos).

*“— As meninas de classe média pensam que tiram onda com os caras do tráfico, mas depois se arrependem, porque eles começam a bater nelas, mandar lavar a roupa deles. (risos)*

*— Não, mas é sério! Não entra na minha cabeça como meninas e meninos de classe média saem de suas casas e vão para o morro. E isso acontece cada vez mais. O adolescente da favela tem até um motivo, porque ele vive naquele mundo, tem pouco poder aquisitivo, mas e os de classe média? Eu queria saber o que chama a atenção deles, porque até hoje eu não consegui compreender.*

*— Eu acho que é em termos de diálogo, de falta de diálogo com os pais. A maioria das garotas e garotos de classe média só se envolvem por causa do dinheiro ou das drogas.”*

(Diálogo durante entrevista de grupo focal entre dois adolescentes moradores da favela e uma adolescente de classe média do Espaço de Construção da Cultura”).

Apesar desse lado sombrio da relação entre dois mundos tão diferentes, algumas experiências importantes de promoção de atividades e encontros tem sido realizadas com sucesso, com intenções mais construtivas e com um potencial bem mais criativo do que a compra, venda e o consumo de drogas. Em algumas atividades, como as que são promovidas, por exemplo, pelo projeto GerAção, com jovens de classe média e moradores das favelas, atuantes na Ação da Cidadania Contra a Fome, Miséria e pela Vida. Mas, não podemos fechar os olhos para o outro motivo, não tão nobre, do encontro entre esses dois grupos. Ele acontece, e enxergar isso é o primeiro passo, rumo ao encontro de novas alternativas. Essa interação, independente de qualquer julgamento sobre sua validade, aponta para duas constatações óbvias, mas muito interessantes, na medida em que já estão sendo aproveitadas positivamente por projetos como o Ger Ação: a primeira diz respeito ao fato de que os adolescentes, em geral, tem uma maior facilidade de ultrapassar barreiras culturais e, portanto, de estabelecer vínculos, independente de ser entre seus pares ou não. A segunda é a de que as produções da estética popular tem um potencial grande de aglutinar grupos, que, fora isso, não teriam muitas outras coisas em comum para os unir. No caso, foi o *Rap*, o *Funk*, enfim, a música que juntou estes adolescentes. Em experiências monitoradas, como no caso do GerAção, a troca acontece em função do compartilhamento de produções culturais e atividades comunitárias em geral. Será que se existissem mais iniciativas como essas, e, conseqüentemente, mais oportunidades criativas para esses jovens, as drogas teriam ocupado o lugar privilegiado que ocupam hoje

nessa fusão? Talvez, somente o tempo e os próprios adolescentes, possam responder a essa pergunta. Por ora, pensar nessa possibilidade e valorizar os espaços já conquistados é, no mínimo, uma atividade estimulante, que pode servir de inspiração para a multiplicação dessas iniciativas em futuros trabalhos.

### **5.3 “ÉTICA DA ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA”**

No centro da discussão sobre as produções culturais e estéticas atuais, algumas abordagens diferentes contrapõem-se e sobrepõem-se no entendimento do tema. Se alguns autores têm uma postura crítica, mas sem julgamentos, outros reprovam radicalmente essas produções. Há também os que buscam apenas o entendimento e a descrição desse novo momento cultural. Estes últimos podem, algumas vezes, dar a impressão de uma aquiescência um tanto quanto festiva e deslumbrada. Mas, será que essa posição que, aos olhos preocupados dos que tentam entender as ocorrências do momento atual com algum distanciamento e visão crítica, pode ser considerada leviana ou festiva, não seria, na verdade, uma abordagem menos preconceituosa, que tenta “apenas ver, fazer pensar” (MAFFESOLI, 1996: 10), sobre as práticas culturais contemporâneas, incluindo suas contingências, seus processos históricos, econômicos, sociais e políticos?

Através do estudo de como a sexualidade, refletida na perspectiva da educação, do exercício da temperança, do bom uso dos prazeres, do domínio de si e dos outros, da aquisição e manutenção da liberdade e da verdade, Foucault nos mostra como se constituiu na Grécia clássica a atividade sexual como domínio de prática moral e modo de subjetivação característicos do projeto de uma estética da existência (MACHADO, 1988).

O que está no cerne da crítica de Foucault é uma unificação “prática”, que redirecionou as diferentes artes da existência no sentido da decifração de si, dos procedimentos de purificação e dos combates contra a concupiscência. Dessa forma, o que veio a se constituir no centro da problematização da conduta não foi mais o prazer, com a estética de seu uso, mas o desejo, com sua hermenêutica purificadora (FOUCAULT, 1988).

A proposta foucaultiana, bem como de outros autores<sup>28</sup>, parece indicar o caminho contrário, um caminho que viesse a incluir a dimensão do prazer na “estética da existência”.

A vida estética também deveria cultivar os prazeres e as disciplinas do corpo. Apesar da experiência somática não ser passível de redução à formulação lingüística, sua contribuição à formação do espírito não pode ser negada. Dessa forma, revela-se o equívoco fundamental que consiste na separação entre corpo e espírito e na identificação do eu unicamente com o último. Se o eu, como afirma Rorty<sup>29</sup>, é estruturado pelos vocabulários que herda, também é certo que ele, como indica Foucault, é o produto de práticas disciplinares inscritas no corpo. E, se podemos liberar e transformar o eu por meio de uma nova linguagem, também podemos incluir as práticas corporais nesse processo de emancipação

Vincent considera que a vida, tal como ensinada e apresentada nos programas escolares, assume sempre a feição de coisa morta. A vida se define por um processo dinâmico, em perpétuo devir. A vida resulta da destruição, ela própria compensada pela criação, da qual o sexo é cúmplice e até mesmo autor. Nesse contexto, introduzem-se as dimensões do corpo e do prazer, elementos fundamentais para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, o que pode ser apreendido na fala dos jovens participantes dos programas culturais entrevistados por nós. Sem exceção, tanto os jovens como os coordenadores dos programas culturais comunitários criticam o papel da escola, com relação à sua postura desatenta quanto a esses elementos considerados como essenciais para a educação, o que faz com que a maioria dos jovens considerem como totalmente monótono e inútil o tempo que despendem no processo de educação formal:

*“A nossa educação não desenvolve o indivíduo, apenas enquadra todo mundo no rés, não desenvolve o espírito, a alma. Os adolescentes precisam de educação, mas o que ocorre é o enquadramento. E a droga serve também pra escapar disso.”* (Perfeito Fortuna, Coordenador geral da Fundação Progresso, onde funciona várias atividades culturais para adolescentes).

*“Acho que, assim, na escola a coisa é muito ditatorial. Aqui não, você brinca, você compartilha, você é feliz.”* (Bruno, 16 anos. Jovem morador de uma favela próxima ao Espaço de Construção da Cultura e aluno do programa.)

---

<sup>28</sup> Dewey, 1980 [1934] e Shusterman, 1998.

<sup>29</sup> Citado por Shusterman, 1998.

*“Eu acho que além da escola ter essa coisa ditatorial, aqui também tem o contato social e você aprende fazendo o que você gosta. Eu tô aqui pra fazer aula de circo, porque eu gosto de circo. Mas mesmo assim, eu tô aprendendo outras coisas que na escola você não aprende. Você não gosta de estar lá, é bem melhor aprender fazendo aquilo que você gosta de fazer.”* (Adolescente de classe média, moradora do bairro e aluna do Espaço de Construção da Cultura)

Vincent, critica a maneira “morta” ou reificada através da qual essa dinâmica da vida é apresentada nos programas escolares que, negando a paixão, o prazer e as emoções, em detrimento somente da lógica, vai contra o humano. Para que a escola não seja contra o humano, ela deverá ser também uma escola de sentimentos. O autor defende a inclusão, não só do prazer, mas a totalidade das emoções, no contexto educativo. As emoções seriam o que permitiria o reconhecimento do outro. Os processos que se opõe encontrar-se-iam no centro das paixões. “A escola não deve, portanto, recusar a disciplina, pois mais vale disciplinar o prazer do que ignorá-lo.” (Id., *ibid*: 184).

O autor não desenvolve essa questão da disciplinarização dos prazeres mas, certamente, pelo encaminhamento que é dado ao texto, ela é distinta de uma perspectiva de regulação. E, com certeza, esse assunto é importante para a discussão sobre prevenção, porque ela não pode ser pensada fora do contexto mais amplo das práticas educacionais.

Se Vincent não aponta para uma solução, Shusterman (1998) acena com uma alternativa no campo da educação, ou melhor, uma experiência já configurada de educação alternativa que talvez inclua aquilo que Maffesoli (1986) vê como uma ética da estética e que Foucault (1988) coloca sobre a estética da existência, a partir da valorização e utilização da estética popular. Para Shusterman, o *Hip-Hop* seria o melhor exemplo, e um exemplo bem sucedido, do que vem a ser essa forma de experiência estética no contexto pós-moderno.

Shusterman situa o *Hip-Hop* como uma manifestação tipicamente pós-moderna: a apropriação “oficializada” que o *Hip-Hop* faz de músicas famosas, sua mistura eclética de estilos, a adesão entusiástica à nova tecnologia e à cultura de massa, o desafio das noções modernistas de autonomia estética e pureza artística, e a ênfase colocada sobre a localização espacial e temporal mais do que sobre o universal ou o eterno, seriam características tipicamente pós-modernas. Ainda que não se aceite a categoria do pós-modernismo, essas características continuam sendo essenciais para a compreensão do *Rap*. Quer essas características sejam

qualificadas ou não de pós-modernas, o *Rap* as exemplifica de maneira marcante, colocando-as em evidência ao tomá-las conscientemente como temática.

Jameson acredita que a desintegração das fronteiras modernistas tradicionais teriam a possibilidade de promover a opção redentora de “uma política cultural radicalmente nova”, uma estética pós-moderna que “coloca em primeiro plano as dimensões cognitivas e pedagógicas da arte e da cultura políticas”<sup>30</sup>. Para o crítico de arte americano, essa forma cultural ainda é hipotética, mas para Shusterman ela talvez já esteja se desenvolvendo no *Rap*, já que seus artistas buscam inegavelmente o ativismo político e professoral, assim como anseiam por eliminar a dicotomia socialmente opressiva que existe entre arte legítima e divertimento popular, ao afirmarem simultaneamente o status popular e artístico do *Hip-Hop*.

No entanto, Jameson questiona a possibilidade da arte pós-moderna fornecer uma crítica social e um protesto político efetivos, em função de sua “abolição do distanciamento crítico”.

As análises de Jameson (1997) nos mostram o conflito progressivo entre as possibilidades de figurações disponíveis para a cultura e a infra-estrutura organizacional da economia do capitalismo global<sup>31</sup>.

Para Terry Engleton (1987), o pós-modernismo se estabeleceu, antes de mais nada, como uma estética cultural. Ele considera o artefato pós-moderno travesso, auto-ironizador e “esquizóide”. Esse artefato pós-moderno reagiria à autonomia do alto modernismo através da linguagem do comércio e da mercadoria. Sua relação com a tradição cultural seria a do pastiche e sua proposital falta de profundidade abalaria todas as solenidades metafísicas através da sordidez e do choque.

Segundo Jameson (1997), o pastiche tomou o lugar da paródia. O pastiche seria neutralização da imitação da paródia, sem o seu riso e sem a convicção dessa última, de que, por trás dessa linguagem anormal, ainda restaria uma saudável

<sup>30</sup> Citado por Shusterman, Id., *ibid*: 161.

<sup>31</sup> Seguindo Mandel, Jameson afirma que passamos a uma nova era a partir dos anos 60, quando a produção da cultura se tornou integrada à produção de mercadorias em geral: a urgência de produzir novos bens com aparência cada vez mais nova atribui agora uma função estrutural cada vez mais essencial à inovação e à experimentação estética. Ao contrário de alguns que alegam que os movimentos culturais dos anos 60 criaram uma rede de necessidades não atendidas e desejos reprimidos, que a produção cultural popular pós-modernista procurou satisfazer da melhor forma possível em forma de mercadoria, ele sugere que o capitalismo, para manter seus mercados, se viu forçado a produzir desejos e, portanto, estimular sensibilidades individuais, para criar uma nova estética que superasse e se opusesse às formas tradicionais de alta cultura.

normalidade lingüística. O pastiche seria uma canibalização aleatória de todos os estilos do passado e o jogo aleatório de referências estilísticas. Para ele, o diagnóstico profético de Adorno se tornou realidade, os produtores culturais não podem mais se voltar para lugar nenhum a não ser o passado: “a imitação do estilo dos mortos, a fala através de todas as máscaras estocadas no museu imaginário de uma cultura que agora se tornou global.” (Id.,ibid: 45).

As críticas de Jameson ao pós-modernismo atingem diretamente o *Rap*, pois, se por um lado ele condena os estereótipos da mídia, a violência e o anseio pela vida luxuosa, por outro, ele também os explora e glorifica. Até mesmo suas letras *undergrounds*, apesar de denunciarem a visão comercial e o sistema capitalista, celebram seu próprio sucesso comercial. Além disso, seu “canibalismo eclético”, é, na perspectiva crítica de Jameson, da ordem do pastiche, incluindo todos os problemas que essa prática apresenta na visão dele. Dessa forma, o *Rap* não se situaria fora do que Jameson vê como o “espaço global e totalizador do novo sistema mundial” do capitalismo multinacional.

Ao mesmo tempo em que inclui a posição de Jameson, Shusterman também argumenta contra sua visão dos eventos e processos do mundo atual, sugerindo que esses eventos e processos, por sua contingência e dinâmica caótica, dificilmente poderiam ser totalizados em tal sistema. De fato, alguns outros autores que pensam sobre a questão do pós-modernismo, tem uma visão mais próxima da que Shusterman sustenta. Derrida (1987), por exemplo, considera a colagem/montagem como modalidade primária do discurso pós-moderno. Nesse sentido, não existe a possibilidade de um movimento que esteja referido à totalidade. Há somente a continuidade, que só é dada no vestígio do fragmento em sua passagem entre a produção e o consumo. Produtores e consumidores de “textos” (artefatos culturais) participam da produção de significações e sentidos

De acordo com Lyotard (1984), o conceito de pós-modernismo se apóia principalmente na questão da informação. A ciência passa a ser vista como um conjunto de mensagens com potencial de tradução na forma de *bits* de informação. Para desenvolver sua argumentação no contexto de novas tecnologias de comunicação, Lyotard, (utilizando-se das teses de Bell e Touraine sobre a passagem para uma sociedade “pós-industrial” baseada na informação) situa a ascensão do pensamento pós-moderno no centro do que vê como uma dramática transição social e política nas linguagens da comunicação em sociedades

capitalistas avançadas. O autor examina de perto as novas tecnologias de produção, disseminação e uso do conhecimento, considerando-as como importantes força de produção.

Atualmente, a internet parece ser a “pedra de toque” dessa transformação. Podemos tomar como exemplo o próprio *Rap*, com sua prática dos *samplers*, por exemplo: a internet tem o poder de liberar a distribuição de música. Dentro em breve, parece que o toca-discos será um instrumento obsoleto. Não precisaremos mais dele para ouvir, tampouco para divulgar música. Ao invés disso, poderemos ter apenas alguns discos rodando em um programa de fundo, com um estúdio de gravação no disco rígido. E isso leva a mais transformações na música eletrônica e mais possibilidades para o *Rap*.

No entanto, a situação ainda vai estar dividida entre os que tem e os que não tem acesso à tecnologia. E sobre essa questão os *rappers* tem uma posição clara. Seu engajamento político não perde de vista a crítica sobre uma minoria, de maioria branca, detentora do poder e, conseqüentemente, da tecnologia.

Quanto à argumentação de Shusterman sobre a crítica de Jameson, que vê as produções culturais pós-modernas como parte do sistema totalizador do capitalismo multinacional, ele acrescenta que, mesmo que tal sistema totalizante existisse, será que as implicações lucrativas do Rap com alguns dos aspectos desse sistema deveria anular seu poder de crítica social? Deveríamos estar completamente fora para poder criticá-lo de fato? A crítica descentralizada que o pós-modernismo e o pós-estruturalismo fazem contra as fronteiras definitivas, fundadas ontologicamente, não estariam justamente questionando a própria noção de estar “totalmente fora”? Além dessa dicotomia marcada entre dentro e fora, Shusterman também inclui em sua argumentação a questão da exigência de uma postura estética tradicional a respeito da contemplação distanciada, de um sujeito sensatamente desinteressado. A suposta necessidade de distância não seria justamente uma manifestação da ideologia moderna de pureza e autonomia artísticas? É isso que o *Hip-Hop* repudia, ao privilegiar uma estética de profundo envolvimento corporal e participante, tanto em relação ao conteúdo quanto à forma.

Esse questionamento aponta para as dificuldades que um olhar nostálgico e deslocado, pode impor à compreensão dos comportamentos e das manifestações juvenis contemporâneas. Nada mais natural, já que os jovens de hoje são os principais representantes e produtores dessa cultura que chamamos pós-moderna.

Quanto a isso, esses adolescentes, talvez por não terem experimentado outros modos objetivos e subjetivos de estar-no-mundo, parecem possuir uma maior habilidade para se orientar nesse novo espaço, do que as gerações precedentes. Por isso, talvez, eles não necessitem, em geral, “odiar o presente”, como o fazem alguns “arautos da moral e da cultura tradicional” (MAFFESOLI, 1996):

“Não odiar o presente. Eis algo difícil para nós que estamos sempre à espreita desses diversos “mundos anteriores” que fazem as delícias das construções intelectuais. (...) O conhecimento sempre e de novo renascente, está em ligação com o estado do mundo, e é quando se esquece disso, que a defasagem inevitável entre a reflexão e a realidade empírica torna-se um fosso, que é, desde então, impossível de ultrapassar.” (MAFFESOLI, 1996: 9)

Os autores citados acima nos mostram outras vias de pensar o presente, sem termos que cair necessariamente na reprovação mortificada ou na celebração leviana, mantendo a perspectiva do futuro, de um futuro a ser construído a partir do que vem se apresentando de novo no presente, sem a necessidade de se preservar categorias que serviram a outras épocas, mas que não parecem se adequar à tarefa de pensar o momento cultural atual.

A geração 90 e a geração do novo século, já habituadas ao multimídia, à realidade virtual e às redes telemáticas, não parecem ser mais literária, individual e racional, mas simultânea, presenteísta, tribal e estética (LEMOS, 1998).

A época do ciberespaço, o advento de novas tecnologias, a complexificação do espetáculo parecem exigir dessa nova geração o desenvolvimento de uma nova práxis. Não parece haver mais separação entre sujeito e objeto. É em rede que as novas subjetividades parecem se formar, na construção de uma subjetividade mais lúdica e interativa.

Richard Rorty (2002: 251), resume a pouca produtividade de uma produção intelectual que opera com noções distintas entre sujeito-objeto, eu e outro, dentro e fora. Para ele, filósofos como Davidson e Derrida nos dão boas razões para pensar que “as distinções entre *physis* e *nómos*, em si e *ad nós* e objetivo e subjetivo eram degraus de uma escada que nós agora podemos sem perigo jogar fora”. Rorty denomina a estratégia adotada por ele como uma estratégia holística, que insiste no equilíbrio reflexivo como sendo o que necessitamos buscar. Para o autor, de dentro de sua filiação neo-pragmática, não há nenhuma ordem natural de

justificação de crenças, nenhum esboço predestinado de argumentos a serem traçados. Ao nos desembaraçarmos da idéia de tal esboço poderíamos nos beneficiar de uma concepção do si próprio como uma trama sem centro.

Para compensar seu ar inconstante de ceticismo perante as questões filosóficas tradicionais, Rorty acrescenta que essa perspectiva também está imbuída de um propósito moral. O encorajamento da inconstância quanto a questões filosóficas tradicionais servem aos mesmos propósitos que o encorajamento da inconstância quanto às questões teológicas tradicionais. Assim como o crescimento de grandes economias de mercado, da proliferação de gêneros artísticos e o pluralismo despreocupado da cultura contemporânea, essa superficialidade e inconstância filosóficas ajudariam no processo de desencantamento do mundo. Elas ajudariam os habitantes do mundo a se tornarem mais pragmáticos, mais tolerantes, mais liberais e mais receptivos ao apelo da racionalidade instrumental.

Se a identidade moral de alguém está baseada em ser um cidadão de um governo liberal, o encorajamento da irreflexão pode servir aos propósitos morais de alguém. Além disso, o compromisso moral não se basearia na exigência de levar a sério todas as questões que, por razões morais, são levadas a sério por nossos companheiros cidadãos. Ao contrário ele pode requerer a tentativa de se zombar deles, rompendo com o hábito de levar esses tópicos tão a sério.

“Mais genericamente, nós não devemos supor que o estético é sempre o inimigo do moral. Eu devo argumentar que na recente história das sociedades liberais, a disposição para visualizar esteticamente as questões – para estar contente em ceder ao que Schiller chamou “jogo” e descartar o que Nietzsche chamou “o espírito de gravidade” – tem sido um importante veículo do progresso moral” (Id., ibid: 252).

Para Dewey<sup>32</sup>, o desencantamento comunal e público seria o preço a pagar pela liberação espiritual privada. Dewey estava tão consciente quanto Weber do preço a ser pago, mas considerava um preço justo.

De acordo com Rorty, o perigo do reencantamento do mundo, segundo uma perspectiva deweyiniana, repousa no fato de que este possa interferir no que Rawls chama “a união social das uniões sociais<sup>33</sup>”, algumas das quais podem ser

<sup>32</sup> Citado por Rorty, Id., ibid.

<sup>33</sup> Uma sociedade bem organizada correspondente à justiça enquanto legitimidade. (Id., ibid: 260).

bem pequenas. Estar encantado com uma visão de mundo é potencialmente incompatível com a tolerância para com outras visões de mundo.

Dewey descreveu a América como um “experimento”. Rorty nos diz que, se o experimento falhar, os descendentes da “experiência” podem retirar desse fracasso uma lição importante, que não será, necessariamente, uma verdade filosófica ou religiosa. Eles poderão, simplesmente, aproveitar alguns palpites sobre alguns pontos para os quais deverão estar atentos quando forem instaurar seus próprios experimentos. Rorty conclui que, mesmo que nada sobreviva à era das revoluções democráticas, talvez os descendentes da experiência americana se recordem de que as instituições sociais podem ser vistas como experimentos em cooperação ao invés de serem encaradas como tentativas de corporificar uma ordem universal e a-histórica. Para Rorty, acima de tudo, essa é uma memória digna de se ter.

No Brasil, estamos diretamente envolvidos na “experiência” americana, mas, também é verdade que estamos, aos poucos, construindo nossa própria experiência democrática. E essa experiência parece depender muito da maneira como tratamos e de como trataremos, daqui para frente, das questões relativas aos nossos “cidadãos do futuro”.

Os problemas brasileiros, como no caso do presente estudo, o das conseqüências nefastas ou fatais para os jovens brasileiros de problemas relacionados com as drogas, seja o tráfico ou o uso abusivo, talvez sejam melhor tratados por soluções brasileiras. Podemos e devemos nos aventurar na busca por subsídios que possam ajudar no trabalho de multiplicação das soluções alternativas e criativas para a problemática que as drogas trazem para adolescentes, oriundas de nossa própria experiência, e não mais como soluções impostas por modelos externos.

Para Maffesoli (2002) o Brasil é um verdadeiro “laboratório de pós-modernidade”, pois, através de nossa geração jovem, que para o autor tem uma vitalidade muito grande, o país estaria ditando novas formas de pensamento e comportamento do que são os valores pós-modernos. Assim como a Europa foi o lugar onde se desenvolveram os grandes valores modernos, ele identifica o Brasil como um dos países onde se apresentariam esses novos padrões de retorno de valores do passado que não foram ultrapassados. Maffesoli, no caso do Brasil, se refere aos componentes hedonistas, como o retorno do valor do corpo. Ele identifica,

especialmente no Rio de Janeiro, o culto ao corpo como uma realidade social. Não como algo secundário ou frívolo, mas como uma questão de ética, que ele denomina como “ética da estética”, um vínculo feito através do corpo e do prazer.

Maffesoli (1996) considera haver um irreprimível e poderoso hedonismo cotidiano que sustentaria toda vida em sociedade. Em certas épocas esse hedonismo será marginalizado e ocupará um papel secundário, em outras, ao contrário, ele será o móvel ostensivo, discreto ou secreto a partir do qual tudo vai se ordenar.

Em contrapartida, nesse movimento cíclico, da presença maciça do hedonismo no social, nas fases em que ele mostra sua face irreprimível e poderosa, dispositivos ideológicos dos mais repressivos e moralistas também estão em ação, — demonstrando a falta de habilidade social para se lidar com a questão dos prazeres e com o uso “descontrolado” que se pode fazer deles — como mostram as análises que Foucault empreende em seus textos da *História da sexualidade: O uso dos prazeres* (1988), e *O cuidado de si* (1999).

Mas, voltando a questão do hedonismo pós-moderno, Maffesoli (1996) nos diz que, nesses momentos, o que chamamos de relações sociais da vida corrente, das instituições, do trabalho, e do lazer, não são mais regidas somente por instâncias transcendentais, a priori, mecânicas, nem tampouco são orientadas apenas por um objetivo longínquo a atingir, delimitado por uma lógica econômico-política ou determinado em função de uma visão moral. Ao contrário, as relações tornam-se animadas pelo que é intrinsecamente vivido no cotidiano de modo orgânico, concentrando-se no que é da ordem da proximidade. Enfim, o laço social torna-se emocional, inaugurando um novo *ethos*, onde a proximidade com o outro é essencial. Isso é o que Maffesoli chama de ética da estética.

Segundo o autor, a estética dilatou-se no conjunto da existência. Nada mais fica de fora: o político, a vida da empresa, a comunicação, a publicidade, o consumo e a vida cotidiana. Para falar dessa estetização galopante, ele retoma a expressão alemã “Gesamtkunstwerk”, “Obra de arte total”. Uma arte que pode ser observada para além do funcionalismo arquitetural ou do objeto usual. Da vida à propaganda do design doméstico, tudo parece se tornar obra de criação, tudo pode ser tomado como expressão de uma experiência estética primeira. Assim, a arte não se reduz mais apenas à produção artística, a produção dos artistas, mas torna-se um fato existencial. Maffesoli acredita que a máxima “Fazer de sua vida uma

obra de arte” se tornou uma injunção de massa. Os sons, as cores, os odores, as formas são agenciados de forma a favorecer um sensualismo coletivo. A presença perturbadora do objeto serve de totem emblemático para a agregação em torno do prazer musical ou esportivo, sem esquecer o jogo da aparência, onde o corpo se exhibe em sua teatralidade contínua e onipresente. Tudo isso, delimitaria uma “aura” específica que condiciona as maneiras de ser, os modos de pensar e os estilos de comportamento.

O quadro esboçado por Maffesoli e por outros teóricos do pós-modernismo revelam as continuidades e descontinuidades de uma realidade viva. A pós-modernidade parece ser uma noção útil, dispensando a introdução de debates estéreis sobre a própria noção, para definir essa mistura orgânica de elementos arcaicos e contemporâneos e de um modo de distinguir a ligação existente entre ética e estética. Em outras palavras, podemos tomar a noção de pós-modernismo como o conjunto das categorias e das sensibilidades alternativas às que prevaleceram durante a modernidade.

O estar-junto moral ou político que prevaleceu na modernidade seria a forma profana da religião. Ele exprimiria a história da salvação, de início cristã, depois progressista em torno do mito do desenvolvimento. No entanto, a partir do momento em que o progresso não é mais um imperativo categórico, a existência social é devolvida a si própria. A divindade não seria mais uma entidade tipificada e unificada, ao dissolver-se no conjunto coletivo até se tornar o “divino social”. “É quando o mundo passa a valer por si mesmo, que vai se acentuar o que me liga ao outro: o que se pode chamar de “relição”.” (Id.,ibid: 27).

A experimentação em comum promove um valor, é vetor de criação, que tem como pano de fundo a estética e sua função de ética. Seja ligada aos modos de vida, à produção, ao ambiente ou à própria comunicação, a potência coletiva cria uma obra de arte: a vida social em seu todo e suas diversas modalidades. É a partir de uma arte generalizada que se poderia compreender a estética como faculdade de sentir em comum.

Ao focarmos a análise sobre a emoção estética e seu caráter societário, a emoção é definida menos como fenômeno psicológico, do que como estrutura antropológica, cujos efeitos ainda não se podem precisar. O que se apreenderia, no momento, seria a idéia do estar-junto como uma relição mística sem objetivo particular. Se podemos considerar a arte como forma pura, podemos perceber a

sociedade como simples faculdade de agregação, com um verdadeiro impulso instintivo que incita a reunião por tudo e qualquer coisa, importando apenas o ambiente afetivo no qual cada um está imerso. Essa transformação é denominada por Maffesoli como “neotribalismo”. O neotribalismo destacaria um novo dado social que acentua, acima de tudo, a fusão sem considerações sobre o seu motivo. Mas, para o autor, é possível que essa fusão, por mais chocante que pareça, determine a nova forma de solidariedade nas sociedades complexas.

Maffesoli (2002) vê ainda como uma das características fundamentais desse novo tipo de socialidade, — apontando o Brasil como palco exemplar onde estariam se desenrolando essas manifestações — a união paradoxal da crença nos ideais religiosos e um incrível desenvolvimento tecnológico no campo da Internet. Ele não menciona nenhum grupo em particular como exemplo de suas observações, mas suas indicações podem nos remeter a alguns grupos de jovens que vem constituindo uma nova forma de socialidade, mais especificamente os grupo compostos por *ravers*, cujos próprios participantes se definem como membros de tribos<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Para isso, ver Mourão, 1999.

## 6 CONCLUSÃO

Depois de tudo o que estudamos, observamos, ouvimos e refletimos sobre a questão da drogadição, ao longo desses anos de pesquisa, chegamos, realmente, à conclusão de que a preocupação com relação a essa problemática deveria centrar-se sobre a prevenção primária. Isto é, sobre medidas capazes de prevenir o surgimento de novos casos. É claro que essa posição não descarta as intervenções mais comuns, que tem por objetivo a cura de toxicômanos e a repressão ao tráfico. No entanto, partilhamos da posição de alguns outros autores<sup>1</sup>, de que a prioridade deve ser dada aos programas de prevenção primária.

A definição de prevenção primária no campo das políticas de saúde se adapta às categorias dos mais diversos problemas. Ela consiste em precisar as atitudes e as medidas destinadas a diminuir a influência de uma desordem específica, por sua incidência sobre uma população dada, reduzindo os riscos de novos casos.

A prevenção primária não se limita a uma descrição das desordens a serem evitadas. Como já vimos, o estado de saúde não é mais compreendido unicamente pelo ângulo médico, nem como a simples ausência de doenças.

Em 1980 a OMS (Organização Mundial de Saúde) passou a definir a saúde como um estado de bem estar físico, afetivo e social ao qual todos os homens, mulheres, adolescentes e crianças têm direito.

Dessa forma, a OMS tenta estabelecer uma lista de indicadores de saúde destinados a orientar as ações preventivas individuais e coletivas no campo da prevenção primária. Tais indicadores não são específicos da problemática do abuso de drogas ou das toxicomanias. Eles correspondem a problemas que são afins tanto às toxicomanias quanto a outras desordens nas quais os sintomas têm aspectos diferentes, mas cujas causas profundas são análogas e mesmo comuns (VUYLSTEEK, 1991).

---

<sup>1</sup> Bergeret, 1990.

Estes indicadores são considerados, por aqueles que preferem atribuir uma causa única, clara, racional e biológica para a drogadição, ou seja, pelos que atribuem tudo ao produto tóxico, como muito ideais e até mesmo ingênuos. No entanto, cada um desses indicadores pode servir como base para uma reflexão mais positiva e uma prática mais adequada, na medida em que eles nos permitem enxergar diferentes aspectos que formam a qualidade de vida: a nutrição, a satisfação profissional, a habitação, o lazer e as relações sociais. Alguns indicadores se concentram sobre a qualidade do ambiente, locais de residência, problemas de poluição ambiental etc. Outros se concentram nos investimentos sociais e econômicos e na maneira de se gerir orçamentos. Há ainda os que são concernentes às atitudes manifestadas com relação aos cuidados, à importância das escolhas e dos investimentos em face da doença, de sua gestão e de sua prevenção. Tais indicadores são o ponto de partida para a realização de investigações sobre as condições de existência dos adultos.

No que diz respeito à drogadição, parece lógico que essas investigações sejam direcionadas para o modo de vida dos adolescentes, para os quais os fatores de risco das toxicomanias, bem como de algumas outras problemáticas, são mais evidentes. Mesmo assim, a prevenção primária não se detém nesse ponto. Os processos que favorecem o abuso de drogas na adolescência, por exemplo, já estão tão adiantados nessa fase da vida, que as medidas preventivas, nesse caso, já se situariam no âmbito da prevenção secundária.

Assim, é importante que aqueles que se dispõem a intervir no registro da prevenção primária, se preocupem em reduzir ao mínimo a possibilidade de uma evolução, antes que ela esteja em vias de se realizar. Isso nos conduz para a questão dos riscos precoces encontrados entre as crianças e aos principais indicadores de risco que operam na infância, um período que é ao mesmo tempo determinante, mas ainda pouco fixado no sentido do desenvolvimento de uma personalidade.

Ao se efetuar uma investigação sobre a infância, focando as ações preventivas, pode-se alcançar resultados mais satisfatórios, sem a necessidade de referência ao “combate às drogas” ou ao termo tão específico quanto superficial da dependência química.

Nesse caso, a prevenção primária deve se interessar pelos fatores que determinam a demanda. Agir sobre a demanda é se preocupar em diminuir o

impacto dos fatores de risco, tal como eles são determinados pelas investigações conduzidas de maneira compreensível e rigorosa.

Desde sua origem, a psicanálise estabeleceu a idéia de que a experiência emocional infantil é a base da maturidade e da saúde mental do adulto. Assim, a clínica infantil vem recebendo, cada vez mais atenção por parte dos psicólogos, tanto por sua mobilização no sentido da diminuição do sofrimento infantil, como também pela atenção “psicoprofilática”, que pode ser implementada a partir da compreensão do desenvolvimento emocional de bebês e crianças, contribuindo-se assim para a futura saúde mental dos indivíduos e dos grupos (VAISBERG, 2004: 184).

Nesse contexto, a psicanálise é um campo de conhecimento revelador no que diz respeito à compreensão dos riscos aos quais os indivíduos estão sujeitos durante seu desenvolvimento emocional, podendo também contribuir, de maneira significativa, para o trabalho de prevenção.

Ao elegermos a prática preventiva como orientação das intervenções no coletivo, seremos conduzidos, inevitavelmente, a uma investigação sobre os ambientes onde os bebês, as crianças e os adolescentes crescem, isto é, teremos que considerar também os grupos de adultos e as instituições sociais que se ocupam da formação de indivíduos e que assim contribuem essencialmente, tanto para os riscos, quanto para a prevenção.

A obra de Winnicott propõe uma mudança de paradigma do intrasubjetivo para o intersubjetivo (GUIMARÃES, 2001), auxiliando também o pensamento psicanalítico, a partir da introdução de conceitos como os de objetos e fenômenos transicionais, a reavaliar o papel da sociedade e da cultura em seu aspecto positivo e construtivo para a experiência humana (KHAN, 2000).

É por esse motivo que o presente estudo toma como referência fundamental a psicologia do desenvolvimento infantil proposta por Winnicott, juntamente com todos os elementos destacados pelo autor como fundamentais para um desenvolvimento psíquico saudável.

Nesse contexto, não seria um exagero propor que a atividade preventiva possa começar mesmo antes do nascimento, ou na primeira infância, como demonstram os trabalhos de base psicanalítica realizados, respectivamente, pelas “Oficinas terapêuticas ser e fazer” e pela “Casa da Árvore”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para isso, ver Vaisberg, 2004 e Hansen, 2003.

Os projetos mencionados acima, bem como os que são apresentados por Guimarães (2001) e os programas culturais comunitários pesquisados por nós, não estão diretamente orientados para o evitamento do abuso de drogas ou da toxicomania, nem tampouco seus esforços estão voltados para a necessidade absoluta de diminuir a demanda por drogas ou de apresentar os possíveis sofrimentos psíquicos de maneira simplista ou específica, como as barulhentas campanhas que pretendem “lutar contra as drogas”. No entanto, eles podem ser encarados como programas de prevenção primária do abuso de drogas e da toxicomania, na medida em que uma prevenção primária eficaz deve levar em conta os fatores de risco não específicos que estão envolvidos não só nas toxicomanias, mas também em outras dificuldades que não são, necessariamente, menos prejudiciais para a saúde individual e coletiva

Em contrapartida, os programas especializados exclusivamente na prevenção do abuso de drogas e da drogadição, nos quais o modo de ação principal é a informação, considerada de um ponto de vista clássico, possuem, em geral, um discurso que recai sempre sobre o produto, em detrimento de uma reflexão das causas mais profundas da “epidemia”. A maioria dos jovens participantes dos programas culturais que estudamos critica esse tipo de metodologia de prevenção, como limitada e ineficaz:

*“Tem aqueles programas de prevenção que fazem palestras, mas eu não acredito muito em palestra não. Você pega um adolescente e fica falando do que pode acontecer se ele se drogar. Muitas vezes ele nem escuta, tá conversando com o colega. Acho que não funciona muito legal. Ao passo que se você, dentro de uma coisa que ele está fazendo, que ele gosta de fazer, como a capoeira, por exemplo: “— Pô, você gosta de fazer isso, mas você fuma e não vai ter um bom desempenho”. Eu acho que funciona muito melhor dentro do contexto, do que uma palestra. Eu no colégio, nunca prestei atenção em palestra nenhuma, e já assisti a várias (risos). Sempre tem aquelas palestras que mostram aquelas fotos horríveis. Se bem que eu fiz um curso de DST AIDS, e foi muito legal. E a idéia do curso é conversar com o jovem sem a idéia de palestra, porque não funciona mesmo. A gente conversa, troca idéias, exemplos próximos deles. Nós, que também somos jovens, somos os multiplicadores.” (Professor da Companhia Étnica de Dança)*

Além disso, os promotores dos programas que apresentamos aqui insistem na participação do ambiente que cerca a criança, na globalidade e na continuidade das ações.

A continuidade na atenção, no acompanhamento e estímulo do indivíduo em todas as fases do desenvolvimento, até o ingresso na vida adulta é, como já vimos, fundamental no pensamento winnicottiano. O que está no cerne do que ele trata com relação à continuidade, diz respeito à dinâmica da “continuidade do ser”, que pode ser prejudicada por um ambiente invasivo, que não é suficiente bom.

Se, por um lado, cabe à mãe, inicialmente, a tarefa de proporcionar um “ambiente suficientemente bom” para o bebê, — a partir do qual ele possa desenvolver a capacidade do brincar — por outro, essa tarefa continua sendo, ao longo do desenvolvimento infantil, uma das principais missões de pais e educadores.

Assim, destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de proteção do relacionamento mãe-bebê no estágio primitivo do desenvolvimento de meninos e meninas, de maneira que seja possível trabalhar no sentido da manutenção do “espaço potencial”, no qual, a partir da confiança, a criança se sinta capaz de brincar criativamente. Em segundo lugar surge uma exigência a ser cumprida pelos que se ocupam da criança: colocá-la em contato com os elementos da herança cultural, de modo apropriado, de acordo com sua capacidade, idade emocional e fase do desenvolvimento (WINNICOTT, 1975).

Nesse contexto, a escola é um espaço de fundamental importância no que diz respeito à manutenção de um ambiente favorável ao desenvolvimento emocional dos sujeitos, e no oferecimento de oportunidades de contato com a herança cultural adequada a cada fase do desenvolvimento infantil.

Nesse ponto, são necessárias algumas observações sobre o papel das instituições responsáveis pela educação de crianças e jovens. Não se trata de criticar as técnicas utilizadas pelas escolas na educação formal de indivíduos, nem de julgar professores e educadores, mas sim de apontar para alguns fatores que ameaçam a vida imaginária em todos os setores de nossa sociocultura. Trata-se de pensar o papel da escola na gestão dos sonhos e dos desejos legítimos de cada um diante da vida adulta.

Nesse contexto, é importante levarmos em conta a tão debatida questão da “evasão escolar”, apesar dos debates, em sua grande maioria, acabarem se centrando, como no caso das toxicomanias, apenas no aspecto aparente de um problema muito mais profundo e complexo. Os aspectos da educação que tocam o comportamento afetivo do aluno e suas reações ao ambiente sociocultural são, na

maioria das vezes, esquecidos, por uma pedagogia que promete a mais perfeita eficiência na próxima reforma do ensino:

“Como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes ao ponto de perder muito cedo toda e qualquer liberdade de expressão? Sua modelagem pelo mundo do adulto parece efetuar-se em fases cada vez mais precoces por meio da televisão e dos jogos educativos. Uma das contradições internas dos empreendimentos ditos “escola nova” reside no fato de que elas limitam muito freqüentemente suas intervenções ao nível das técnicas de aquisição de linguagem, da escrita, do desenho, etc... sem intervir no motor desta modelagem cujas técnicas não são senão um dos agentes.” (GUATTARI, 1981: 54).

O fracasso e, conseqüentemente, a evasão escolar, assim como a ingestão de drogas, não resulta unicamente da desigualdade social ou de “defeitos” intelectuais ou psicossomáticos. Como o abuso de drogas, o fracasso escolar pode ser conseqüência de sofrimento afetivo, causado tanto por causas interiores quanto exteriores, sendo, sob uma forma facilmente percebida pelo círculo social do sujeito, um pedido de ajuda. Esse pedido de ajuda é feito de uma maneira que interpela diretamente o grupo familiar e social (BERGERET, 1990).

A mudança de técnicas pedagógicas, assim como os novos tratamentos e formas de repressão da drogadição, não são suficientes para a resolução dos respectivos problemas. Em lugar de se lutar contra o fracasso escolar ou contra as drogas, parece que, nos dois casos, a melhor solução encontrar-se-ia na implementação de uma educação preventiva de vida, de saúde, de prazer, o que, certamente, traria melhores resultados no conjunto.

Também parece ser necessária a atenção para os sistemas de pensamento das crianças e adolescentes e à suas carências, ao invés de se focalizar apenas suas performances e os meios puramente técnicos para se obter maior êxito. Essa maneira de encarar o problema tem como foco principal o aspecto pessoal e afetivo do problema.

É muito raro vermos críticas e reclamações, por parte da opinião e dos poderes públicos, a favor de iniciativas em prol da vida imaginária e afetiva dos jovens. Essas proposições são, em geral, consideradas utópicas (Id., ibid).

Se, por um lado, é evidente que o fracasso escolar não anuncia forçosamente uma toxicomania, por outro se encontra, com grande freqüência, na história de vida de toxicômanos, algum tipo de inadaptação escolar, mesmo quando não se

trata de indivíduos pertencentes às camadas mais pobres da população ou daqueles que apresentam déficits intelectuais. Mesmo entre toxicômanos mais velhos é possível constatar, com frequência, grandes dificuldades de adaptação social ou profissional (Id.,ibid).

É claro que não se pode concluir que o fracasso escolar conduz, necessariamente, à perturbações de ordem psíquica. No entanto, isso não impede que, numa perspectiva preventiva, as dificuldades escolares devam ser consideradas como sinal de fatores de risco que podem tomar outras direções, como a da drogadição.

A instauração progressiva de uma personalidade afetivamente autônoma na criança e depois no adolescente, uma personalidade capaz de fazer frente às múltiplas realidades que se apresentam, depende também de modelos identificatórios positivos propostos pelos adultos que convivem com o sujeito na família, na escola ou na sociedade mais ampla.

Para assegurar uma proteção imediata contra o fracasso e a evasão escolar e seus efeitos posteriores, os professores não devem deixar a família de lado, tampouco a vida, já que eles são menos a expressão de uma eventual patologia individual do que de uma patologia familiar e coletiva. Parece ser necessário, portanto, que a escola detecte e busque prevenir possíveis deficiências do ambiente familiar e social da criança, assim como os pais com relação à escola.

Encarar os esforços educativos adequados e adaptados aos casos particulares e coletivos de fracassos afetivos de crianças e adolescentes é uma tarefa que diz respeito aos pais, as escolas e ao ambiente sóciopolítico. Esta parece ser a melhor via para se evitar as repercussões posteriores desses fracassos sob a forma de toxicomanias, de marginalização, de delinqüência ou de suicídios.

A escola tem um papel crucial nessa dinâmica, no sentido de compreender o fracasso escolar ou o abuso de drogas como reflexos da evolução da vida afetiva e relacional de uma criança, facilitando assim a identificação de tendências psicopatológicas mais ou menos sérias. Dessa forma, torna-se mais fácil deter a tempo, e em condições mais favoráveis, as evoluções depressivas, neuróticas e mesmo psicóticas.

As pesquisas epidemiológicas apontam para a frequência com que se constata a presença do que poderíamos chamar de pobreza imaginária entre

toxicômanos (Id., *ibid*). Uma educação que se quer voltada para a saúde, passa pelo estímulo da atividade imaginária.

A função imaginária representa uma atividade essencial para o ser humano, sendo indispensável ao seu desenvolvimento afetivo. Imaginar é ser capaz de produzir as fantasias mais diversas e os sonhos sob a forma de imagens vivas, sobre o lugar de cada um e a maneira de ser em relação com o mundo, bem como com os modelos de troca com o outro.

O imaginário se constitui num meio afetivo e pessoal de se colocar em relação produtiva com o que chamamos de registro simbólico (isto é, as experiências da cultura comum impressa em cada um de nós independentemente de nossa situação social, econômica ou intelectual), com a realidade cotidiana, da maneira como a concebemos. Esse imaginário pode funcionar mais ou menos bem. A “boa saúde” permite que os sujeitos tomem para si as conquistas do grupo social e cultural ao qual pertencem, sem sentir-se esmagados por ações muito intrusivas ou imperativas dos fatores externos.

A criança ou o adolescente que fracassa na escola, assim como o toxicômano, sofre de uma falência do funcionamento imaginário. Eles não parecem ser capazes de construir facilmente os “bons sonhos”, nem de dia, nem de noite. Eles não parecem conseguir construir uma representação muito tranquilizadora de si mesmos e, tampouco uma idéia muito agradável das relações a serem estabelecidas com os outros.

Um potencial suficiente de imaginação lhes permitiria lutar contra o “transbordamento” causado pelos elementos da realidade considerados como puramente exteriores e sem mediação pessoal, e também lhes protegeria de sentimentos de invasão pelas idéias dos outros.

Desse modo, o toxicômano representa um dos casos particulares, entre muito outros semelhantes, de carência do funcionamento imaginário, que se expressa sob a forma de um sentimento insuportável de falta, de uma falta essencial que resulta de uma carência imaginária que remonta à infância.

A família tem um papel central no estabelecimento de tais fatores de risco. Não contar histórias para as crianças, deixá-las sozinhas diante de desenhos animados que não tem, praticamente, nenhum efeito estimulante, sem nenhuma solicitação à imaginação, significa correr o risco de reduzir a capacidade imaginária de uma criança.

Por esse motivo, a prevenção, tanto do fracasso escolar, quanto da toxicomania, poderia ser melhor fundamentada sobre os perigos do massacre operado sobre o imaginário das crianças, por uma pretensão à mecanização sistemática das operações mentais.

A escola pode ser, então, o espaço, por excelência, de prevenção desse empobrecimento imaginário.

Esse é mais um dos motivos, e talvez o principal, pelos quais acreditamos que a metodologia dos programas culturais comunitários podem servir como excelentes modelos para programas de prevenção do abuso de drogas para adolescentes, já que eles oferecem a possibilidade de estímulo da atividade imaginativa e da capacidade dos sujeitos envolvidos obterem prazer sensorial através de uma educação alternativa.

Os adolescentes, coordenadores e coordenadores gerais das ONGs pesquisadas são unânimes quanto à riqueza da aplicação dessa educação alternativa, que é baseada na arte e na cultura, de forma continuada e sistemática, e de como ela tem rendido bons frutos na transformação de realidades:

*“A arte estabelece a comunicação. É o melhor tipo de comunicação. Ela é democrática. Todo mundo aprende. Depois que você aprende uma coisa e começa a gostar, você faz cada vez melhor, e isso sai de dentro de você.”* (Diego, 14 anos, adolescente do Espaço de Construção da Cultura)

Enfim, achamos necessário ressaltar mais uma vez a importância da continuidade do trabalho preventivo ao longo do desenvolvimento das crianças, especialmente na adolescência, já que a consideramos como um momento crítico no processo de desenvolvimento. É como se o adolescente estivesse repetindo a fase primitiva da infância, quando o bebê se encontra como um ser isolado, pelo menos até que ele seja capaz de alcançar a capacidade de relacionamento com objetos que estão fora do seu controle onipotente. É interessante observar que, na adolescência, a onipotência apresenta-se também como uma característica notável, que pode ser observada no próprio fascínio adolescente pelas situações perigosas. O pensamento mágico que move suas experiências no mundo pode fazer com que os adolescentes sintam-se verdadeiros “super-heróis”.

Assim como o bebê torna-se, pouco a pouco, capaz de reconhecer e acolher com satisfação os objetos que não são parte integrante dele, os adolescentes

parecem repetir essa batalha. Ao longo desse caminho apresentam-se todos os percalços inerentes ao processo.

Além disso, “a adolescência é o momento em que os sucessos e os fracassos do bebê e da criança retornam para acomodar-se” (WINNICOTT, 1975: 193). É também um novo e importante momento no processo de individuação, onde as questões infantis surgem, com a possibilidade de serem elaboradas, ou não. Por isso a grande fragilidade, e ao mesmo tempo a grande riqueza desse período, que pode ser compreendido como uma nova chance, a ser aproveitada pelo jovem, e também pelo grupo de adultos que se preocupam com sua saúde e bem-estar.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAM, J. **The language of Winnicott: a dictionary and guide to understanding his work.** Northvale, New Jersey, London: Aronson INC, 1990.

ABRAMOVAY, M. **Gangues, Galeras, Chegados e Rappers.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ALVES, M. E. Mais um mauricinho assaltante de edifícios. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 9 jan. 2004. Primeiro Caderno, Editoria Rio, p. 14.

ANDRADE, T. Princípios e perspectivas da redução de danos entre usuários de drogas no Brasil. **Álcool e Drogas, Revista da ABEAD**, Porto Alegre, Ano 1, n. 1/2, p. 51-58, dez. 1998.

BASTOS, F. I. Redução de danos e saúde coletiva: reflexões a propósito das experiências internacional e brasileira. In: SAMPAIO, C. M. A.; CAMPOS, M. A. (Orgs.). **Drogas, dignidade e inclusão social: a lei e a prática de redução de danos.** Rio de Janeiro: Associação brasileira de redutores de danos, 2003.

BARRETO, M. J. O novo projeto da lei de tóxicos. In: RIBEIRO, M. de M.; SEIBEL, S. D. (Orgs.). **Drogas: hegemonia do cinismo.** São Paulo: Memorial da América Latina, 1997. p. 335-341.

BENTO, V. Tóxico, droga e adição: uma introdução à etimologia segundo uma ótica psicanalítica. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v.42, n.7, p. 373-380, 1993.

BERGERET, J. **Les toxicomanes parmi les autres.** Paris: Editions Odile Jacob, 1990.

BERTAZZO, I. Danças da maré. In: VARELA, Drauzio (Org.). **Maré: vida na favela.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 114-125.

BRAGA, R. Violência: promotor afirma que usuários sustentam bandidos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 7 maio. 2003. Primeiro Caderno, Editoria Rio, p.8.

BUCHER, R. **Drogas e drogadição no Brasil.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CAHN, R. **O adolescente na psicanálise: a aventura da subjetivação.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

CALLIGARIS, C. Adolescentes, entre um elefante e as cobras de Samwaad. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2004. Caderno MAIS, p. 3.

CARLINI-COTRIM, B. Apresentação à edição brasileira. In.: MARLATT, G. A. **Redução de danos: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

CARLINI-COTRIM, B.; ROSEMBERG, F. Drogas: prevenção no cotidiano escolar. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo v.74, p. 40-46, ago. 1990.

CARVALHO, V.; CARLINI-COTRIM, B. Atividades extra curriculares e prevenção ao abuso de drogas: uma questão polêmica. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v.26, n.3, p. 145-149, 1992.

CERQUEIRA, S. Crime e Castigo na classe média. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1999. Primeiro Caderno, Editoria Rio, p.8.

CRUZ, M. S. Práticas de ensino, práticas psiquiátricas e o uso abusivo de drogas. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (Orgs.). **Drogas e pós-modernidade**: faces de um tema proscrito. V.2 Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.

DEBORD, G. [1967]. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELUZ, E. A travessia da adolescência e os ritos de passagem nas sociedades primitivas. In: MANONNI, O. (Org.). **A crise da adolescência**. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

DEWEY, J. [1934]. **Art as experience**. New York: Perigee Books: The Berkeley Publishing Group, 1980.

DI FRANCO, C. A. Delinquência bem-nascida. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2001. Primeiro Caderno, Editoria Opinião, p. 6.

DOLTO, F. **A causa dos adolescentes**. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico**: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

ENGLETON, T. **A wakening from modernity**. London: Oxford, 1987.

FILHO, L. Prefácio. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os pensadores: John Dewey).

FREUD, S. [1925] **Prefácio a Juventude Desorientada de Aichhorn**. Obras completas, v.XIX, p. 339-343. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

HAMAD, N. O sauvageon não tem medo do lobo. In: **O adolescente e a modernidade**. 1999, Rio de Janeiro. Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões, Tomo II. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. p. 11-20.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; CARLINI, E. A. A adolescência, o ensino e o abuso de drogas. **Revista Temas**, v.25, n. 49, p. 48-57, jan./jun. 1995.

GIOVACHINI, G. O. adolescente borderline como um objeto transicional. In: OUTEIRAL, J. (Org.). **O adolescente borderline**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOULART, G. A classe média no tráfico. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 15 out. 2003. Primeiro Caderno, Editoria Rio, p.8.

GRIPP, A. A guerra do Rio: no encalço do usuário. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2004. Primeiro Caderno, Editoria Rio, p.9.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUIMARÃES, M. **A rede de sustentação**: um modelo winnicottiano de intervenção em saúde coletiva. 2001. 174f. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001.

HUXLEY, A. **Moksha**. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

JAMESON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

**JORNAL O DIA**. Um retrato dos meninos do crime. Rio de Janeiro, 17 nov. 1999. p.5.

**JORNAL O GLOBO**. A guerra do Rio: violência leva usuários de drogas para a berlinda. Rio de Janeiro, 15 abr. 2004. Primeiro Caderno, Editoria Rio, p. 8.

**JORNAL O GLOBO**. Polícia mata chefe da Rocinha. Rio de Janeiro, 19 abr. 2004. Primeiro Caderno, Editoria Rio, p.10.

JÚNIOR, J. **Da favela para o mundo**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.

KHAN, M. Prefácio. In.: WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

KUPFER, M. C. M. **Psicanálise e educação**. São Paulo: Scipione, 1995.

LACAN, J. **O Seminário. Livro 20**: mais, ainda (1972-1973). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LE MOS, A. Cibercultura. **Net**, Rio de Janeiro, jan. 1998. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cibersoc.html>>. Acesso em: 20 jan. 1998.

LE POLICHET, S. **Les addictions**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

LYOTARD, J. **The postmodern condition**. London: Manchester University Press: 1984.

MACHADO, R. Prefácio. In.: FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MACRAE, E. A excessiva simplificação da questão das drogas nas abordagens legislativas. In: RIBEIRO, M. de M.; Seibel, S. D. (Orgs.). **Drogas**: hegemonia do cinismo. São Paulo: Memorial da América Latina, 1997.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Brasil, laboratório da pós-modernidade. **Revista Caros Amigos**, n. 64, jul. 2002. p. 8-11. Entrevista concedida a Regina Teixeira.

MANSUR, A.; MENDONÇA, M.; BRUM, E. Era ele ou nós: as drogas levam a violência para dentro de casa e produzem crimes desesperados. **Revista Época**, edição 258, Rio de Janeiro, 28 abr. 2003, p. 10.

MARLATT, G. A. **Redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MARQUES, F.; DONEDA, D. A. A política brasileira de redução de danos à saúde pelo uso indevido de drogas. **O Mundo da Saúde**, v.23, n.1, p. 10-19, 1999.

MELMAN, C. **Toxicomania, alcoolismo e delinqüência**: uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.

\_\_\_\_\_. Adolescência e drogas. In: **O adolescente e a modernidade**. 1999, Rio de Janeiro. Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões, Tomo I. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000. p. 11-23.

MENDES, V. Combate às drogas: mais verbas para prevenção. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 27 jan. 2001. Primeiro Caderno, Editoria O País, p.13.

MENEZES, A. P. **Para pensar o afeto**. Rio de Janeiro, 2004. (no prelo).

MINAYO, M. C. **Fala Galera**: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOURÃO, C. **Uma droga de cultura**: a representação social das drogas dos anos 60 aos 90. 1990. 200f. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Enkrateia Toxicon: o combate às drogas e a regulação dos prazeres. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Ano 2, n 1. p. 95-109, 1º Semestre/2002. Instituto de psicologia. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2003.

NOTO, A. R.; FORMIGONI, M. L. A política de Saúde pública no Brasil. **Ciência Hoje**, v. 31, n. 181, p. 45-47, abr. 2002.

NOTO, A. R.; SILVA, E. Dependência química, adolescência e família. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. v.5, p. 92-98, 2002.

RANGEL, R.; JUNGBLUT, C. Crime e castigo. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 15 nov. 2003. Primeiro Caderno, Editoria O País, p.16.

RASSIAL, J. J. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999.

READ, H. [1963]. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**Revista OCAS**. Arte dá emprego. Rio de Janeiro, jun. 2004.

**REVISTA VEJA**. Rio de Janeiro, abr. 2003.

RIZZINI, I. **Pesquisando**: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1999.

RORTY, R. **Escritos filosóficos**: objetivismo, relativismo e verdade. Vol I. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SAMPAIO, C.; CAMPOS, M. **Drogas, dignidade e inclusão social**: a lei e a prática de redução de danos. Introdução. Rio de Janeiro: Associação brasileira de redutores de danos, 2003.

SOUZA, O. Trauma, criatividade e defesa. **Tempo Psicanalítico**, v.35. Rio de Janeiro: Sociedade Iracy Doyle, 2003.

SHUSTERMAN, R. **Vivendo a arte**: o pensamento pragmatista e a estética popular. São Paulo: Ed. 34, 1998.

SOARES, L. E. Repressão às drogas: a regulação dos prazeres. **I Seminário PUC-RIO sobre Drogas e Drogadição**: uma abordagem foucaultiana. Transcrição da apresentação da Mesa Redonda. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 12 e 13 nov. 2001.

SPACENKOPF, M. I. **O olhar do poder**: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- STENGERS, I.; RALET, O. **Le défi hollandais**. Paris: Delagrangue, 1991.
- TEIXEIRA, A. **A pedagogia de Dewey**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores: John Dewey).
- TOLSTOI, L. Infância, adolescência e juventude. **Obras completas**, v.I. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1976.
- VAISBERG, T. A. **Ser e fazer**: enquadres diferenciados na clínica winnicottiana. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.
- VELHO, G. Dimensão cultural e política do mundo das drogas. In: **Drogas**: uma visão contemporânea. 1993, Rio de Janeiro. I Jornada sobre Toxicomania/NEPAD, UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 274-278.
- VENTURA, Z. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- VIANNA, H. **O mundo Funk carioca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Galeras Cariocas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- VINCENT, J. D. A paixão e o humano. In: MORIN, E. (Org.). **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- VUYLSTEEK, K. Toxicomania e prevenção primária In: BERGERET, J.; LEBLANC, J. (Orgs.). **Toxicomanias**: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: Artes médicas, 1991.
- WERNECK, A. Mauricinhos do tráfico. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 26 out. 2003. Primeiro Caderno, Editoria Rio, p.9.
- WINNICOTT, C. Introdução. In.: WINNICOTT, D.W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- WINNICOTT, D. W. [1958] **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- \_\_\_\_\_. [1971] **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. [1939] Agressão e suas raízes. In.: \_\_\_\_\_. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. [1951] Alicerce da saúde mental. In.: \_\_\_\_\_. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. [1956] A tendência anti-social. In.: \_\_\_\_\_. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ZIZEK, S. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.